

Índice

1. Atividades do emissor	
1.1 Histórico do emissor	1
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas	2
1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais	6
1.4 Produção/Comercialização/Mercados	7
1.5 Principais clientes	10
1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal	11
1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior	13
1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira	14
1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)	15
1.10 Informações de sociedade de economia mista	17
1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante	18
1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital	19
1.13 Acordos de acionistas	23
1.14 Alterações significativas na condução dos negócios	24
1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas	25
1.16 Outras informações relevantes	26
2. Comentário dos diretores	
2.1 Condições financeiras e patrimoniais	27
2.2 Resultados operacional e financeiro	39
2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases	40
2.4 Efeitos relevantes nas DFs	44
2.5 Medições não contábeis	45
2.6 Eventos subsequentes as DFs	46
2.7 Destinação de resultados	47
2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs	49
2.9 Comentários sobre itens não evidenciados	50
2.10 Planos de negócios	51
2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional	55
3. Projeções	
3.1 Projeções divulgadas e premissas	57
3.2 Acompanhamento das projeções	58

Índice

4. Fatores de risco	
4.1 Descrição dos fatores de risco	59
4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco	72
4.3 Descrição dos principais riscos de mercado	73
4.4 Processos não sigilosos relevantes	74
4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes	76
4.6 Processos sigilosos relevantes	77
4.7 Outras contingências relevantes	78
5. Política de gerenciamento de riscos e controles internos	
5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado	79
5.2 Descrição dos controles internos	88
5.3 Programa de integridade	92
5.4 Alterações significativas	96
5.5 Outras informações relevantes	97
6. Controle e grupo econômico	
6.1/2 Posição acionária	98
6.3 Distribuição de capital	101
6.4 Participação em sociedades	102
6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico	103
6.6 Outras informações relevantes	104
7. Assembleia geral e administração	
7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	105
7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal	108
7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração	109
7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal	110
7.4 Composição dos comitês	125
7.5 Relações familiares	133
7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle	136
7.7 Acordos/seguros de administradores	139
7.8 Outras informações relevantes	140
8. Remuneração dos administradores	
8.1 Política ou prática de remuneração	141

Índice

8.2 Remuneração total por órgão	146
8.3 Remuneração variável	150
8.4 Plano de remuneração baseado em ações	152
8.5 Remuneração baseada em ações (Opções de compra de ações)	155
8.6 Outorga de opções de compra de ações	156
8.7 Opções em aberto	157
8.8 Opções exercidas e ações entregues	158
8.9 Diluição potencial por outorga de ações	160
8.10 Outorga de ações	161
8.11 Ações entregues	162
8.12 Precificação das ações/opções	163
8.13 Participações detidas por órgão	164
8.14 Planos de previdência	165
8.15 Remuneração mínima, média e máxima	166
8.16 Mecanismos de remuneração/indenização	167
8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração	168
8.18 Remuneração - Outras funções	169
8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)	170
8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada	171
8.20 Outras informações relevantes	172
9. Auditores	
9.1 / 9.2 Identificação e remuneração	173
9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores	174
9.4 Outras informações relevantes	175
10. Recursos humanos	
10.1A Descrição dos recursos humanos	176
10.1 Descrição dos recursos humanos	178
10.2 Alterações relevantes	181
10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados	182
10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados	184
10.4 Relações entre emissor e sindicatos	185
10.5 Outras informações relevantes	186

Índice

11. Transações com partes relacionadas	
11.1 Regras, políticas e práticas	187
11.2 Transações com partes relacionadas	188
11.2 Itens 'n.' e 'o.'	224
11.3 Outras informações relevantes	225
12. Capital social e Valores mobiliários	
12.1 Informações sobre o capital social	226
12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras	227
12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil	228
12.4 Número de titulares de valores mobiliários	229
12.5 Mercados de negociação no Brasil	230
12.6 Negociação em mercados estrangeiros	231
12.7 Títulos emitidos no exterior	232
12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas	233
12.9 Outras informações relevantes	234
13. Responsáveis pelo formulário	
13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE	237
13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores	238
13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual	239

1.1 Histórico do emissor

1.1 – Histórico do Emissor

Banco Pine foi fundado em 1997 por Noberto Pinheiro, banqueiro com reconhecida tradição no mercado financeiro, desde a fundação do BMC, em 1939, pela família Pinheiro.

Em 2007, foi o primeiro Banco Médio a abrir capital na Bolsa de Valores do Brasil, mudando o patamar que o Banco ocupava.

Ao longo dos últimos anos, o Banco avançou na execução da estratégia, diversificando seus negócios e alocando o capital de forma ainda mais eficiente, através da entrada em novas verticais de negócio, como o Varejo Colateralizado Público e Privado e Investidas, além de expandir outras verticais como a Mesa de Clientes e a Mesa de Mercado de Capitais e Operações Estruturadas.

Na linha do tempo abaixo é possível observar alguns dos principais marcos da história do Banco Pine:



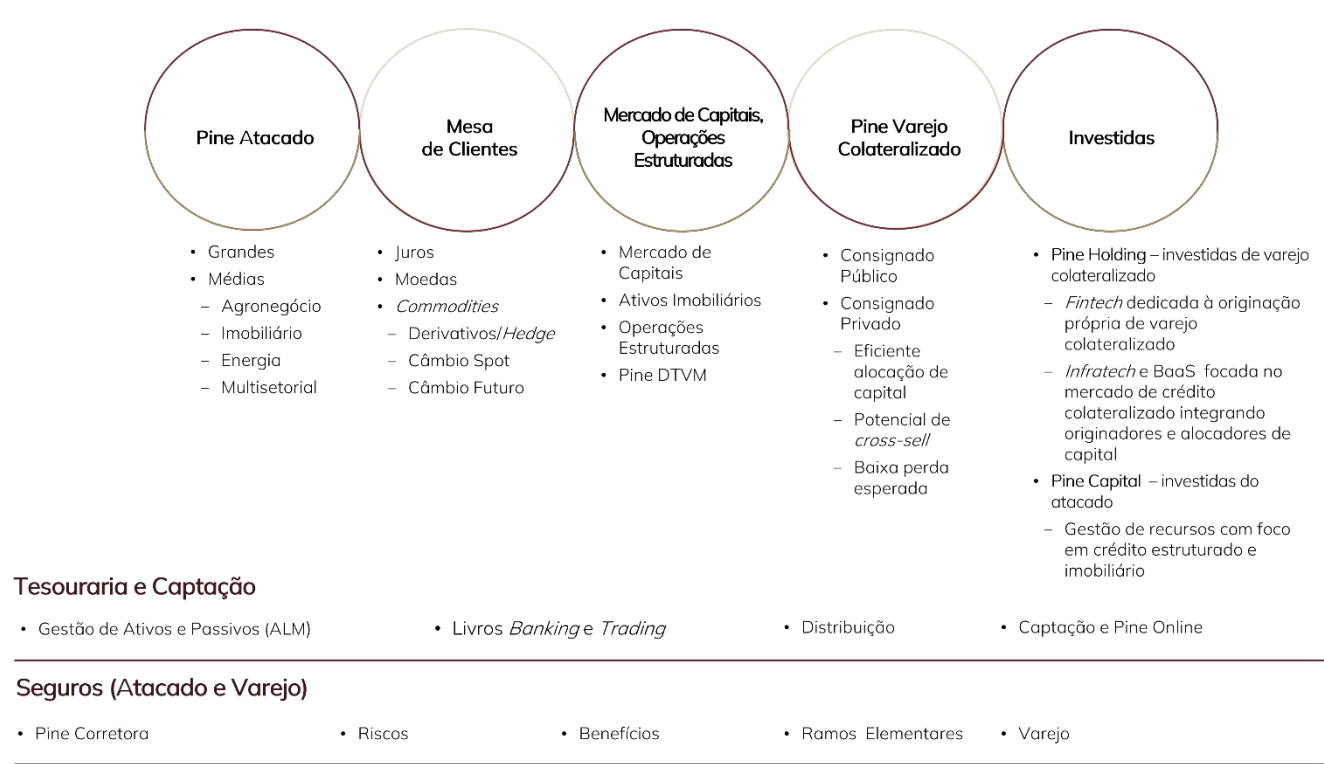
1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

O Banco Pine é um banco brasileiro, de capital aberto, que há mais de vinte e cinco anos destaca-se por financiar e assessorar seus clientes em todo território nacional. A estratégia do Banco é ser ágil e ter competências para desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo, sempre colocando os clientes no centro de tudo que faz.

O Banco se posiciona nas áreas de negócios mostradas abaixo focando em fornecer soluções financeiras completas por meio de uma ampla variedade de produtos e serviços.

NEGÓCIOS



PRODUTOS E SERVIÇOS

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

Empréstimos & Repasses	Recebíveis	Rotativos	Garantias & Gestão de Garantias
Câmbio	Derivativos	Produtos Estruturados	Distribuição
Parcerias	Novos Negócios	Assessoria	Seguros
Investimentos	Serviços (BaaS)	NDF Offshore	Mercado de Capitais
Empréstimos Consignados	Cartões Consignados	<i>Leasing</i>	Gestão de Recursos

Pine Atacado

A vertical de Crédito Corporativo Atacado possui uma ampla linha de produtos de crédito. Como parte do modelo de negócios, cada *officer* de originação do Banco possui determinado número de grupos econômicos em sua carteira de clientes, possibilitando que cada grupo seja acompanhado de perto e de forma personalizada.

As operações de empréstimos corporativos são estruturadas e colateralizadas com vários tipos de garantias, como alienação fiduciária de produtos e de imóveis, recebíveis, aplicações financeiras, entre outros. O Banco procede de forma cuidadosa em cada empréstimo, incluindo negociação, aprovação de crédito, documentação, monitoramento de garantia e a condição financeira do cliente antes e enquanto o empréstimo está em nossa carteira.

Nesse segmento os principais produtos oferecidos aos clientes são: Capital de Giro, Notas Comerciais, Fiança, NCE/CCE, CPR Financeira e trade finance;

O Banco possui uma equipe especializada e eficiente e sistemas de controle abrangentes para oferecer as melhores alternativas para apoiar o crescimento sustentável dos negócios de seus clientes.

Mesa de Clientes

A Mesa de Clientes oferece plataforma ampla e diversificada de produtos e serviços, com soluções diferenciadas em operações financeiras para tesouraria das empresas, com o principal objetivo de proteger e administrar riscos de seus balanços.

A Mesa divide-se em:

- Derivativos: oferece soluções em administração de risco e operações estruturadas, como objetivo de trazer previsibilidade ao balanço de nossos clientes, mitigando riscos de descasamentos de juros, moedas e *commodities*.
- Câmbio, Trade Finance e Service: oferece soluções e produtos estratégicos

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

de *hedge* em moeda estrangeira, estruturação de captações internacionais e composição de garantias para comércio exterior.

Mercado de Capitais e Operações Estruturadas

A vertical composta por:

- Mercado de Capitais: oferece soluções customizadas para captação de recursos no mercado de capitais e focadas em estruturas de crédito colateralizadas.
- Ativos Imobiliários: desenvolvimento, lançamento e comercialização de ativos imobiliários.
- Operações Estruturadas
- Pine DTVM: atua na distribuição de ofertas públicas de valores mobiliários.

Pine Varejo Colateralizado

Atuação no consignado público e consignado privado, com foco em produtos com eficiente alocação da capital, potencial de *cross-sell* e baixa perda esperada.

O Banco oferece o serviço de empréstimo consignado INSS, antecipação de saque aniversário FGTS, entre outros.

Investidas

Pine Holding: investidas de varejo colateralizado

- *Fintech* dedicada à originação própria de varejo colateralizado, com foco em cartões consignados e de benefício, explorando múltiplos canais e provendo soluções de alto valor agregado e margem.
- *Infratech* e BaaS focada no mercado de crédito colateralizado integrando originadores e alocadores de capital. Atua desde a originação até cessão de carteiras, para um número crescente de instituições financeiras, participantes do mercado de capitais, investidores e originadores, que tem ou desejam ter presença no segmento de Crédito Colateralizado

Pine Capital: investidas de Atacado

- Gestão de recursos com foco em crédito estruturado e imobiliário.

Áreas Institucionais – suporte para Atacado e Varejo

- Tesouraria e Captação: vertical responsável pela gestão de ativos e passivos (ALM) do Banco, pela captação de recursos e distribuição e pelos livros de Booking e Trading.

Conta com o Pine Online, uma plataforma voltada para a investidores de perfis diversificados que buscam segurança e estabilidade em seu investimento. Com uma operação 100% digital e zero taxa para abertura e movimentação de

1.2 Descrição das principais atividades do emissor e de suas controladas

conta, os investimentos em CDB, LCA e LCI ofertados pelo Banco se tornaram uma alternativa atrativa para o mercado que busca opções de investimento customizadas de acordo com o perfil e necessidade de cada cliente.

- Seguros: área focada em aproveitar as sinergias existentes com os clientes das demais verticais, gerando *cross-sell* com baixa ou nenhuma alocação de capital, contribuindo para a diversificação dos negócios do Banco. Atuamos nos ramos de riscos, benefícios e varejo.

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

1.3 Informações relacionadas aos segmentos operacionais

Em relação a cada segmento operacional que tenha sido divulgado nas últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social ou, quando houver, nas demonstrações financeiras consolidadas, indicar as seguintes informações:

- a.** produtos e serviços comercializados

Vide item 1.2.

- b.** receita proveniente do segmento e sua participação na receita líquida do emissor

A Companhia não apresenta sua receita por vertical de negócio, contudo, apresenta a seguinte abertura em sua DF:

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO DO EXERCÍCIO (R\$ Milhões)	2023	2024
Receitas da Intermediação Financeira	2.289,2	2.560,5
Operações de Crédito	1.144,9	1.539,2
Resultado de Operações com TVM	832,1	1.037,1
Resultado com Instrumentos Derivativos	267,0	(252,8)
Resultado de Operações de Câmbio	45,2	236,9
Despesa da Intermediação Financeira	(1.783,1)	(2.039,6)
Operações de Captação no Mercado	(1.788,1)	(1.810,9)
Operações de Empréstimos e Repasses	(3,9)	(152,6)
Resultado com PDD, <i>impairments e descontos</i>	8,9	(76,1)
Margem Financeira Líquida	506,1	520,9
Outras Receitas/Despesas Operacionais	(238,0)	(196,3)
Receitas de Prestação de Serviços e Tarifas	53,1	82,0
Despesas de Pessoal e Administrativas	(268,8)	(336,1)
Despesas Tributárias	(49,9)	(30,0)
Outras Receitas (despesas) Operacionais	23,0	64,8
Resultado de Equivalência Patrimonial	4,6	22,9
Resultado Operacional	268,1	324,5
Resultado Não Operacional	34,1	22,0
Resultado Antes da Tributação s/ Lucro	302,1	346,5
Imposto de Renda e Contribuição Social	(75,1)	(43,9)
Participações nos Lucros e Resultados	(46,1)	(44,4)
Lucro (prejuízo) líquido recorrente	180,9	258,2

- c.** lucro ou prejuízo resultante do segmento e sua participação no lucro líquido do emissor

O Banco não apresenta seu lucro líquido nesta segmentação.

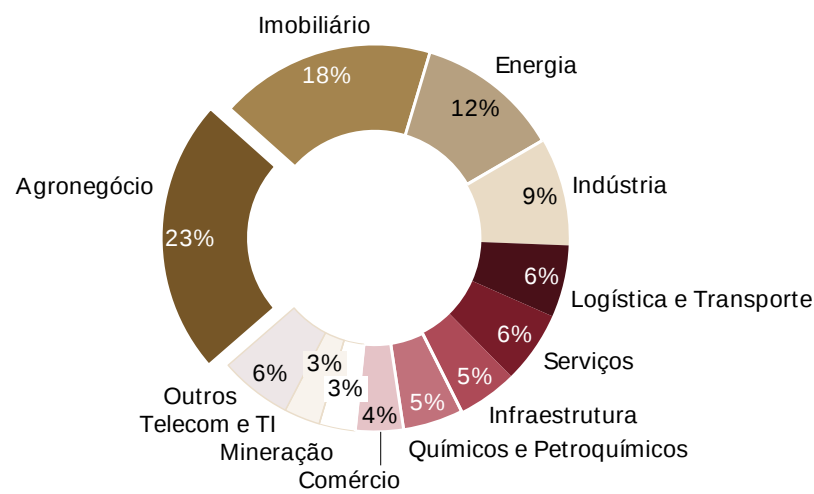
1.4 Produção/Comercialização/Mercados

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

- a. características do processo de produção
- Não aplicável tendo em vista que a Companhia é uma prestadora de serviços financeiros.
- b. características do processo de distribuição
- Não aplicável tendo em vista que a Companhia é uma prestadora de serviços financeiros.
- c. características dos mercados de atuação, em especial:
- i. participação em cada um dos mercados

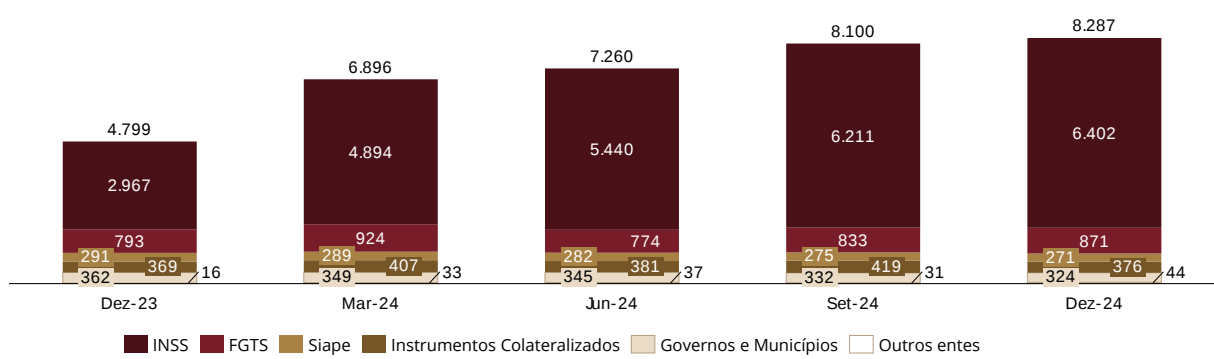
Pine Atacado:

Em 31 de dezembro de 2024, atingimos R\$5,9 bilhões de carteira, distribuídos setorialmente da seguinte forma:



Pine Varejo Colateralizado:

Em 31 de dezembro de 2024, atingimos R\$8,3 bilhões de carteira, distribuídos da seguinte forma:



1.4 Produção/Comercialização/Mercados

ii. condições de competição nos mercados

Nos últimos anos, uma série de inovações tecnológicas e mudanças regulatórias contribuíram para o aumento do número de participantes do sistema financeiro nacional – historicamente bastante concentrado.

Dentre as principais mudanças podemos citar, a autorização de abertura de conta 100% digital, a obrigatoriedade de aceitação de todas as bandeiras em todas as credenciadoras de cartão de crédito, a regulação de pagamentos instantâneos e criação do PIX e, a promoção por parte do Banco Central, da iniciativa do atualmente chamado, Open Finance.

Neste contexto, o aumento da quantidade de instituições financeiras (inclusive com o surgimento das *Fintechs*) e o aumento da oferta de produtos e serviços financeiros têm sido importantes para o aumento da competição entre instituições, tanto no segmento de pessoa física quanto jurídica. O resultado é a queda do “preço” (ou seja, da taxa de juros das operações de crédito) para o tomador de empréstimo.

Vale dizer que parcela relevante das instituições de médio porte tem buscado a diversificação de produtos e a adoção de estratégias de *cross-selling* (venda de produtos ou serviços relacionados e complementares com base no interesse do cliente) e *up-selling* (venda que envolve o incentivo ao cliente para adquirir um produto ou serviço mais sofisticado em comparação ao que originalmente pretendia comprar) a fim de aumentar o volume de receitas. Além disso, os bancos de médio porte têm investido em digitalização de processos e de canais de atendimento e na criação de marcas digitais.

Por fim, o recente aperto das condições financeiras, tanto no âmbito global quanto no local, deve impactar o mercado de crédito bancário, elevando os índices de inadimplência. Ademais, a mudança no ambiente econômico tende a limitar o surgimento de novos *players* e a fomentar movimentos de fusões e aquisições no mercado doméstico.

d. eventual sazonalidade

Devido à natureza específica de alguns dos produtos e serviços do Banco, bem como dos setores econômicos de atuação de seus clientes, os negócios do Banco poderão ser impactados por efeitos de sazonalidade em determinados períodos do ano, ou determinadas circunstâncias de mercado, porém, apesar dessa influência, esses fatores não representam impactos significantes nos resultados do Banco.

1.4 Produção/Comercialização/Mercados

e. principais insumos e matérias primas

- i. descrição das relações mantidas com fornecedores, inclusive se estão sujeitas a controle ou regulamentação governamental, com indicação dos órgãos e da respectiva legislação aplicável

Para o oferecimento de seus produtos e serviços financeiros, o Banco depende fundamentalmente da captação de recursos junto a terceiros, que é realizado através de diversas modalidades, principalmente através de canais de distribuição como *assets*, *private bankings*, corretoras, e outros canais de distribuição. Periodicamente a equipe responsável pela captação institucional faz o acompanhamento desses parceiros, alinhando os interesses comerciais, os resultados e perspectivas do Banco. No âmbito externo, a área internacional é responsável pelas parceiras e linhas abertas com órgãos multilaterais e trade finance, além de participar de emissões no mercado de capitais externo.

Em 2017, o Banco lançou a sua plataforma digital de investimentos, o Pine Online, complementando a captação além das plataformas de terceiros. A plataforma digital mostra uma grande capacidade de expansão na grade de produtos e serviços.

- ii. eventual dependência de poucos fornecedores

O Banco não possui dependência de fornecedores para a execução das suas atividades operacionais.

- iii. eventual volatilidade em seus preços

A volatilidade dos preços referentes a contratos com fornecedores é influenciada por fatores macroeconômicos tais como: taxa de juros, inflação e taxa cambial, dentre outros.

1.5 Principais clientes

1.5 Identificar se há clientes que sejam responsáveis por mais de 10% da receita líquida total do emissor, informando:

a. montante total de receitas provenientes do cliente

O Banco Pine não possui nenhum cliente que, isoladamente, represente mais de 10% da receita líquida total.

b. segmentos operacionais afetados pelas receitas provenientes do cliente

Não há.

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- a.** necessidade de autorizações governamentais para o exercício das atividades e histórico de relação com a administração pública para obtenção de tais autorizações

A Lei nº 4.595 conferiu poderes ao Banco Central para implementar as políticas monetárias e de crédito estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN), bem como fiscalizar as instituições financeiras dos setores público e privado, aplicando-lhes, quando necessário, as penalidades previstas em lei. De acordo com a Lei nº 4.595, o Banco Central é também o responsável, dentre outras atividades, por exercer o controle do crédito e dos capitais estrangeiros, receber recolhimentos compulsórios e depósitos voluntários à vista das instituições financeiras, realizar operações de redesconto e empréstimos a instituições financeiras bancárias, além de exercer a função de depositário das reservas oficiais de ouro e moeda estrangeira. Ao Banco Central compete, ainda, controlar e aprovar o funcionamento, transferência de controle e reorganização societária das instituições financeiras, incluindo o Banco. Possuímos licença de funcionamento emitida pelo Banco Central, bem como autorização para operar carteira de câmbio. Historicamente, mantemos um relacionamento amistoso com o Banco Central, sendo que, desde o início de nossas atividades, não ocorreu qualquer situação que viesse a colocar em risco nossas licenças.

A agência do Banco Pine localizada nas Ilhas Cayman, é sujeita à fiscalização do Cayman Islands Monetary Authority - CIMA. Referida agência é detentora da Licença tipo "B" emitida pelo CIMA em 01 de junho de 2007.

- b.** política ambiental do emissor e custos incorridos para o cumprimento da regulação ambiental e, se for o caso, de outras práticas ambientais, inclusive a adesão a padrões internacionais de proteção ambiental:

Nas instituições financeiras, o compromisso de crescimento sustentável traz a perspectiva de alcançar a efetividade em ações que traduzam benefícios à sociedade e ao meio ambiente. O Banco entende que atuar com responsabilidade social é, antes de tudo, agir de maneira ética e transparente em todas as suas esferas e, através de seu negócio contribuir para o desenvolvimento econômico da sociedade, zelando para que todos os recursos sejam utilizados de maneira consciente e sustentável

O Banco Pine acredita que a gestão de aspectos AMBIENTAL, SOCIAL e de GOVERNANÇA (ESG na sigla em inglês) é essencial para o seu crescimento e perenidade. Nesse sentido, o Banco considera que incorporar estrategicamente questões ESG é uma jornada evolutiva ligada ao propósito da empresa.

A Jornada ESG do Banco Pine para os próximos anos está sendo desenvolvida através das seguintes frentes de atuação:

- Revisão da Estratégia ESG e Adequação da Gestão e Governança ESG;
- Aprimoramento da Gestão de Risco Socioambiental e Climático.

A agenda ambiental, social e de governança está em evolução nos organismos regulatórios nacionais, desta forma o Banco atualizou sua Política de Responsabilidade de Socioambiental e Climática (PRSAC) com base nessas novas orientações. A atualização da PRSAC teve como objetivo a formalização da estrutura de gestão e governança dos aspectos socioambientais e a revisão das diretrizes ESG institucionais. A PRSAC do Pine tem como principais norteadores estratégicos a responsabilidade na condução dos seus negócios através do gerenciamento do risco socioambiental e climático, estabelecendo critérios de avaliação sociais, ambientais e de governança na concessão de crédito.

A Agenda de ESG do Banco Pine tem como arcabouço regulatório as normas emitidas pelos órgãos reguladores e autorreguladores do Sistema Financeiro Nacional, dentre as quais:

1.6 Efeitos relevantes da regulação estatal

- Instrução Normativa BCB nº 153, de 07 de outubro de 2021;
- Instrução Normativa BCB nº 222, de 30 de março de 2022;
- Resolução BCB nº 139, de 15 de setembro de 2021;
- Resolução BCB nº 151, de 06 de outubro de 2021;
- Resolução CMN nº 4.557, de 23 de fevereiro de 2017;
- Resolução CMN nº 4.943, de 15 de setembro de 2021;
- Resolução CMN nº 4.945, de 15 de setembro de 2021;
- Resolução CVM nº 59, de 22 de dezembro de 2021.

O Banco Pine, para tanto, não incorre em custos para o cumprimento da regulamentação ambiental.

- c.** dependência de patentes, marcas, licenças, concessões, franquias, contratos de royalties relevantes para o desenvolvimento das atividades

A administração não identificou dependência do Banco Pine em relação às suas marcas, patentes e outros.

- d.** contribuições financeiras, com indicação dos respectivos valores, efetuadas diretamente ou por meio de terceiros:

- i. em favor de ocupantes ou candidatos a cargos políticos

O Banco Pine não participou e/ou financiou nenhuma campanha eleitoral, tampouco tem vínculo com partidos políticos, candidatos ou políticos eleitos.

- ii. em favor de partidos políticos

O Banco Pine não participou e/ou financiou nenhuma campanha eleitoral, tampouco tem vínculo com partidos políticos, candidatos ou políticos eleitos.

- iii. para custear o exercício de atividade de influência em decisões de políticas públicas, notadamente no conteúdo de atos normativos

O Banco Pine não participou e/ou financiou nenhuma campanha eleitoral, tampouco tem vínculo com partidos políticos, candidatos ou políticos eleitos.

1.7 Receitas relevantes no país sede do emissor e no exterior

1.7 Em relação aos países dos quais o emissor obtém receitas relevantes, identificar:

- a.** receita proveniente dos clientes atribuídos ao país sede do emissor e sua participação na receita líquida total do emissor

O Banco Pine não possui receita líquida relevante proveniente de outros países além do Brasil.

- b.** receita proveniente dos clientes atribuídos a cada país estrangeiro e sua participação na receita líquida total do emissor

O Banco Pine não possui receita líquida relevante proveniente de outros países além do Brasil.

1.8 Efeitos relevantes de regulação estrangeira

1.8 Efeitos Relevantes da regulação estrangeira:

Conforme mencionado no item 1.7 deste Formulário de Referência, o Banco Pine não possui receita líquida relevante proveniente de outros países além do Brasil e, portanto, este item não é aplicável.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

a. Divulgação de informações ASG em relatório anual ou outro documento específico para esta finalidade

A Companhia ainda não divulgou nenhum relatório anual de sustentabilidade. Mas já diagnosticou e adota em sua operação várias práticas de ASG no seu dia a dia. Além disso, a Companhia divulga anualmente o Relatório de Riscos e Oportunidades Sociais, Ambientais e Climáticas (GRSAC) em seu site.

b. Metodologia seguida pela Companhia na elaboração das informações ASG

A Companhia ainda não divulga relatório anual de sustentabilidade.

c. Indicar se as informações ASG são auditadas ou revisadas por entidade independente

A Companhia ainda não divulga relatório anual de sustentabilidade.

d. Indicar a página na rede mundial de computadores onde podem ser encontradas as informações ASG

O Relatório de Governança do Gerenciamento do Risco Social, Ambiental e Climático em seu site (<https://www.pine.com/relacao-com-investidores/gerenciamento-de-risco-e-capital/>).

e. Indicar se o relatório ASG considera a divulgação de uma matriz de materialidade e indicadores-chave de desempenho ASG, e quais são os indicadores materiais para a Companhia

A Companhia ainda não divulga relatório anual de sustentabilidade e nem a matriz de materialidade, apesar da mesma já ter sido realizada, onde as ações a serem tomadas serão elencadas e priorizadas para sua execução na jornada ASG dentro da Companhia.

f. Indicar se o relatório considera os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) estabelecidos pela Organização das Nações Unidas (ONU) e quais são os ODS materiais para o negócio da Companhia

A Companhia ainda não divulga relatório anual de sustentabilidade.

g. Indicar se o relatório considera as recomendações da Força-Tarefa para Divulgações Financeiras Relacionadas às Mudanças Climáticas (TCFD) ou recomendações de divulgações financeiras de outras entidades reconhecidas e que sejam relacionadas a questões climáticas

A Companhia ainda não divulga relatório anual de sustentabilidade.

h. Indicar se a Companhia realiza inventários de emissão de gases do efeito estufa, indicando, se for o caso, o escopo das emissões inventariadas e a página na rede mundial de computadores onde as informações adicionais podem ser encontradas

Não aplicável.

1.9 Informações ambientais sociais e de governança corporativa (ASG)

i. Explicação da Companhia sobre as seguintes condutas, se for o caso:

i. Não divulgação de informações ASG

Não aplicável, dado que a Companhia divulga o GRSAC, conforme acima citado.

ii. Não adoção da matriz de materialidade

A companhia já realizou a sua matriz de materialidade.

iii. Não adoção de indicadores-chave de desempenho ASG

A Companhia está em processo de revisão de processos para se adequar a Resolução nº 193/2021, que aborda o tema.

iv. Não realização de auditoria ou revisão sobre as informações ASG divulgadas

A Companhia está em processo de revisão de processos para se adequar a Resolução nº 193/2021, que aborda o tema.

v. Não consideração dos ODS ou a não adoção das recomendações relacionadas a questões climáticas, emanadas pela TCFD ou outras entidades reconhecidas, nas informações ASG divulgadas

A Companhia está em processo de revisão de processos para se adequar a Resolução nº 193/2021, que aborda o tema.

vi. Não realização de inventários de emissão de gases do efeito estufa

A Companhia está em processo de revisão de processos para se adequar a Resolução nº 193/2021, que aborda o tema.

1.10 Informações de sociedade de economia mista

1.10 Informações de sociedade de economia mista

O Banco Pine não é uma Sociedade de Economia Mista.

1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante*1.11 Aquisição ou alienação de ativo relevante*

Referenciamos os itens 2.4.b e 2.6.b deste formulário, que tratam de participações societárias relevantes ocorridas no exercício social de 2024.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

1.12 Indicar operações de fusão, cisão, incorporação, incorporação de ações, aumento ou redução de capital envolvendo o emissor e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas.

Aumento de Capital - jan/24	
Operação	Aumento de Capital
Data de Deliberação	04/01/2024
Data da Operação	04/01/2024
Valor total	R\$ 44.403.786,00
Tipo	Subscrição Particular
Quantidade de ONs	7.400.631
Quantidade de PNs	14.801.262
Total de Ações	22.201.893
Preço Emissão	R\$ 6,00 (por bônus de subscrição exercido)
Critério para Determinação do preço	O preço foi definido na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2022, na qual foi aprovada a emissão de bônus de subscrição, dentro do limite de capital autorizado, como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital aprovado na mesma reunião. O referido bônus conferiu, aos seus titulares, o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia.
Forma de integralização	Em ações
Mais informações	Informações mais detalhadas sobre a operação estão disponíveis para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores do Banco (https://www.pine.com/relacao-com-investidores/) no menu Investidores > Atas e Comunicados > 2024.

Aumento de Capital - abr/24	
Operação	Aumento de Capital
Data de Deliberação	02/04/2024
Data da Operação	02/04/2024
Valor total	R\$2.563.782,00
Tipo	Subscrição Particular
Quantidade de ONs	427.297
Quantidade de PNs	854.594

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Total de Ações	1.281.891
Preço Emissão	R\$ 6,00 (por bônus de subscrição exercido)
Critério para Determinação do preço	O preço foi definido na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2022, na qual foi aprovada a emissão de bônus de subscrição, dentro do limite de capital autorizado, como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital aprovado na mesma reunião. O referido bônus conferiu, aos seus titulares, o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia.
Forma de integralização	Em ações
Mais informações	Informações mais detalhadas sobre a operação estão disponíveis para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores do Banco (https://www.pine.com/relacao-com-investidores/) no menu Investidores > Atas e Comunicados > 2024.

Aumento de Capital - jul/24	
Operação	Aumento de Capital
Data de Deliberação	01/07/2024, retificado em 08/07/2024
Data da Operação	08/07/2024
Valor total	R\$221.538,00
Tipo	Subscrição Particular
Quantidade de ONs	36.923
Quantidade de PNs	73.846
Total de Ações	110.769
Preço Emissão	R\$ 6,00 (por bônus de subscrição exercido)
Critério para Determinação do preço	O preço foi definido na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2022, na qual foi aprovada a emissão de bônus de subscrição, dentro do limite de capital autorizado, como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital aprovado na mesma reunião. O referido bônus conferiu, aos seus titulares, o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia.
Forma de integralização	Em ações
Mais informações	Informações mais detalhadas sobre a operação estão disponíveis para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores do Banco (https://www.pine.com/relacao-com-investidores/) no menu Investidores > Atas e Comunicados > 2024.

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Aumento de Capital - out/24	
Operação	Aumento de Capital
Data de Deliberação	01/10/2024
Data da Operação	01/10/2024
Valor total	R\$26.676.918,00
Tipo	Subscrição Particular
Quantidade de ONs	4.483.568
Quantidade de PNs	8.967.136
Total de Ações	13.450.704
Preço Emissão	R\$ 6,00 (por bônus de subscrição exercido)
Critério para Determinação do preço	O preço foi definido na Reunião do Conselho de Administração realizada em 14 de fevereiro de 2022, na qual foi aprovada a emissão de bônus de subscrição, dentro do limite de capital autorizado, como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital aprovado na mesma reunião. O referido bônus conferiu, aos seus titulares, o direito de subscrever 1 (uma) ação ordinária e 2 (duas) ações preferenciais de emissão da Companhia.
Forma de integralização	Em ações
Mais informações	Informações mais detalhadas sobre a operação estão disponíveis para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores do Banco (https://www.pine.com/relacao-com-investidores/) no menu Investidores > Atas e Comunicados > 2024.

Aumento de Capital – out/24	
Operação	Aumento de Capital
Data de Deliberação	Proposto em 03/10/2024 e homologado em 25/11/2024
Data da Operação	05/12/2024
Valor total	R\$26.253.123,59
Tipo	Subscrição Particular
Quantidade de ONs	5.598.076
Quantidade de PNs	328.137
Total de Ações	5.926.213

1.12 Operações societárias/Aumento ou redução de capital

Preço Emissão	R\$4,43 (por ação ordinária ou preferencial)
Critério para Determinação do preço	O preço foi definido na Reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de outubro de 2024, na qual foi aprovado aumento de capital da Companhia.
Forma de integralização	Em ações
Mais informações	Informações mais detalhadas sobre a operação estão disponíveis para consulta no site da CVM (www.cvm.gov.br) e no site de Relações com Investidores do Banco (www. https://www.pine.com/relacao-com-investidores/) no menu Investidores > Atas e Comunicados > 2024.

1.13 Acordos de acionistas

1.13. Indicar a celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas e os documentos em que informações mais detalhadas possam ser encontradas

Em 2024, não houve celebração, extinção ou modificação de acordos de acionistas, de modo que o Banco Pine S.A. não possui acordo de acionistas vigente.

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

1.14 Alterações significativas na condução dos negócios

Não houve alterações significativas na condução dos negócios no último exercício social.

1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas*1.15 Contratos relevantes celebrados pelo emissor e suas controladas*

O emissor e suas controladas não celebraram contratos relevantes não diretamente relacionados com suas atividades operacionais no último exercício social.

1.16 Outras informações relevantes

1.16 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram informadas nos itens anteriores.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.1 Comentários dos Diretores:

Os diretores devem comentar sobre:

a. condições financeiras e patrimoniais gerais 2024

Somos um Banco de negócios ágil e focado em desenvolver relacionamentos rentáveis e de longo prazo com nossos clientes. O ano de 2024 foi marcado pela contínua diversificação de nossos negócios, atingimos receita e lucro recorde e tivemos uma melhora substancial na rentabilidade do Banco. Solidificamos a nossa presença no Atacado e melhoramos a qualidade e eficiência de nossas esteiras de crédito, produtos e serviços. Também, consolidamos o nosso ecossistema de Varejo Colateralizado, apresentando crescimento em todas as frentes e em nossas investidas. E, por fim, expandimos e diversificamos o nosso *funding* e fortalecemos a nossa estrutura de capital.

A Carteira de Crédito Expandida cresceu 49% em relação a dezembro de 2023 e atingiu R\$14,3 bilhões. O crescimento ano contra ano é explicado pela retomada da expansão do segmento de atacado focado em grandes empresas e da expansão da carteira de varejo colateralizado. Seguimos diligentes no crescimento da carteira, que novamente apresentou uma melhora na qualidade dos *ratings* com 96,3% classificada entre os *ratings* AA-C, aumento de 1 ponto percentual em relação a dezembro 2023.

No Atacado, reforçamos nossa presença geográfica multisetorial e seguimos diversificando os produtos, incrementando o *cross-sell* de derivativos, produtos, serviços, com destaque para operações estruturadas e colateralizadas e para a operação de seguros. Ao longo do ano, também iniciamos a operação de *leasing*.

A Mesa de clientes entregou resultados crescentes e diversificados, o que reforça a nossa posição como provedores de *hedge* e derivativos para nossos clientes. O robusto resultado em 2024 foi derivado da expansão da base de clientes, da maior volatilidade dos mercados e do foco na execução da estratégia.

Ainda no Atacado, em mercado de capitais, totalizamos R\$1,4 bilhão em emissões e estruturas no ano. Estruturamos o FIDC Correspondente Banqueiro em parceria com o Banco XP e a BYX, focado em direitos creditórios de operações de empréstimos com consignação de INSS e que captou R\$785 milhões, e a emitimos de R\$ 502 milhões de Debênture Financeira lastreada em Saque-Aniversário do FGTS.

No Varejo Colateralizado, encerramos o ano com uma carteira de R\$8,3 bilhões, um crescimento de 73% em relação a dezembro do ano passado. O forte crescimento no período deve-se à eficiência e escalabilidade do nosso modelo de negócio e ao forte crescimento no primeiro trimestre do ano, aproveitando a positiva sazonalidade devido ao aumento do salário-mínimo no período. Desta carteira, 91% é composta por entes federais, produtos com eficiente alocação de capital e performance.

Estamos investindo em times e tecnologia, para montar uma esteira completa de varejo colateralizado que possibilite um maior *cross-sell*, agregando valor ao negócio e nos preparando para aproveitar oportunidades que surjam com as novas regulamentações.

Em relação às nossas investidas no varejo, a BYX vem apresentando resultados crescentes ao longo dos últimos trimestres, encerrando 2024 com R\$71,6 milhões de lucro e apresentando um

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

crescimento de 4 vezes comparado a 2023. Já a AmigoZ, continuou seu processo de expansão e ganho de escala, superando R\$182 milhões de carteira em dezembro de 2024.

No *Funding*, atingimos R\$ 17 bilhões de captação no final do ano, um crescimento de 37% comparado com o mesmo período do ano anterior. Tal crescimento nos possibilita suportar a estratégia do banco e de sua carteira de crédito. Temos sido eficazes na busca de diversificação de nosso *funding*, evidenciado pelo aumento do estoque de letras financeiras sênior, subordinadas e perpétuas, operações compromissadas e debêntures financeiras com lastro em ativos de varejo Colateralizado, CDIs e CDBs de PJs e institucionais com *duration* e custo adequados ao nosso *target*.

Em relação ao desempenho financeiro, encerramos o ano com R\$345 milhões de resultado operacional, uma receita dividida entre Varejo e Atacado e um lucro recorde de R\$ 258 milhões, com ROE de 23%, retornos que atestam a consistência da rentabilidade do Banco.

b. estrutura de capital

Os Diretores da Companhia apresentam abaixo a composição da estrutura de capital da Companhia para o último exercício social:

- Em 31 de dezembro de 2024, a estrutura de capital da Companhia era composta de 4,4% de capital próprio e 95,6% de capital de terceiros.

Em relação a estrutura acionária da Companhia:

- Em 31 de dezembro de 2024, 66,96% das ações eram detidas pelo Controlador e 33,04% das ações compunham o *free float*.

Os Diretores acrescentam que o Estatuto Social da Companhia não prevê cláusulas de resgate de ações.

A Companhia administra seu capital tendo como base parâmetros de otimização da estrutura de capital com foco nas métricas de liquidez e alavancagem que possibilitem um retorno aos seus acionistas, no médio prazo, condizente com os riscos assumidos na operação.

c. capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos

Os Diretores acreditam que a Companhia apresenta condição plena de honrar seus compromissos financeiros. A tabela abaixo evidencia o Lucro Líquido e o caixa livre reportado pela Companhia no exercício social encerrado em 2024.

	31 de dezembro de 2024
Lucro Líquido (R\$ milhões)	258,2
Caixa Livre (R\$ milhões)	2.044

d. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes utilizadas

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

As fontes de captação do Banco Pine são diversificadas, com objetivo de amenizar os descasamentos de prazos e taxas de juros.

A tabela abaixo apresenta a composição da captação em 31 de dezembro de 2024:

CAPTAÇÕES (R\$ Milhões)	Dez24
Depósitos totais	15.448,1
CDB	13.073,3
LCI LCA	1.375,7
CDI	895,5
Outros ¹	103,6
Mercado de capitais	2.024,8
Letras Financeiras ²	787,8
Debêntures Financeiras ³	1.237,0
Captação externa	-
Total Recursos Captados	17.473,0

1 – Outros inclui Depósitos (à vista e interfinanceiros) e DPGE; 2– Inclui Letras Financeiras Subordinadas;
3 – Desconsidera Repasses e Captação Externa;

e. fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não- circulantes que pretende utilizar para cobertura de deficiências de liquidez

O Banco Pine prevê em sua política de gestão do risco de liquidez as medidas a serem tomadas em caso de deficiências de liquidez. Estas ações incluem o incentivo à captação de depósitos a prazo, incremento nas emissões de títulos no mercado externo, reavaliação dos investimentos já aprovados, a diminuição temporária do ritmo de concessão de créditos e acionamento de captação via linha emergencial junto ao FGC.

Para minimizar os impactos de uma crise de liquidez, o Conglomerado PINE tem elaborado um plano de contingência, com uma metodologia que permita a manutenção de um caixa mínimo de forma a garantir o pagamento de obrigações correntes. O Plano de Contingência de Liquidez estabelece um conjunto de medidas, procedimentos e responsabilidades a serem adotados em situações de contingência de liquidez.

A adoção do plano de contingência prevê uma sequência de fases, para as quais são definidas ações gradativas sempre visando à recomposição das suas disponibilidades conforme segue:

1ª fase – Detecção de uma situação de crise de liquidez; 2ª fase – Identificação das causas de crise de liquidez; 3ª fase – Definição das ações a serem aplicadas.

O Banco adota políticas e práticas que visam minimizar a possibilidade de ocorrências de contingências de liquidez. Na opinião dos diretores do Banco, o nível confortável de reservas de caixa gerencial, aliado à gestão prudencial do fluxo futuro de caixa da instituição, garantem a preservação da situação de liquidez do Banco ao longo do tempo.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

f. níveis de endividamento e as características de tais dívidas, descrevendo ainda:

i. contratos de empréstimo e financiamento relevantes

O Banco tem como uma das principais fontes de financiamentos as captações de recursos via depósitos e recursos de aceites e emissão de títulos. Abaixo apresenta-se a tabela com abertura total das captações de recursos por tipo e sua respectiva representatividade sobre o total.

R\$ milhares	31/12/2024	% Total
Depósitos	13.649.168	82,06%
Depósitos à vista	103.631	0,62%
Depósitos interfinanceiros	895.529	5,38%
Depósitos a prazo	12.650.008	76,05%
Obrigações por operações Compromissadas	-	-
Debêntures	-	-
Recursos de aceites e emissão de títulos	2.365.732	14,22%
Recursos de letras de crédito imobiliário	900.957	5,42%
Recursos de letras de crédito do agronegócio	478.681	2,88%
Recursos de letras financeiras	990.016	5,95%
Obrigações por títulos e valores mobiliários no exterior	-	-
Obrigações por empréstimos e repasses	-	-
Empréstimos no exterior	-	-
Repasses do país – instituições oficiais	-	-
Repasses do exterior	-	-
Outras obrigações	618.602	3,72%
Dívida subordinada	618.702	3,72%
Obrigações por cotas de fundos de investimento	-	-
Total	16.633.502	100,00%

Abaixo, apresenta-se os recursos captados por prazo em 31 de dezembro de 2024.

a) Depósitos

		31/12/2024		
		Consolidado		
		Depósitos à Vista	Depósitos a prazo	Depósitos Interfinanceiros
Composição por Vencimento				
Sem vencimento	103.631	-	-	-
Até 30 dias	-	294.336	-	-
De 31 a 60 dias	-	365.617	40.702	-
De 61 a 90 dias	-	314.703	412.518	-
De 91 a 180 dias	-	602.073	-	-
De 181 a 360 dias	-	2.524.974	88.476	-
Acima de 360 dias	-	10.458.309	353.833	-
(+/-) Ajuste ao valor justo ⁽¹⁾		(534.288)		
Total	103.631	14.025.724	895.529	

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

ii. outras relações de longo prazo com instituições financeiras

O Banco Pine não possui outras relações de longo prazo com instituições financeiras, além daquelas mencionadas acima.

iii. grau de subordinação entre as dívidas

A diretoria do Banco Pine informa que na ocorrência das hipóteses de liquidação extrajudicial ou de decretação de falência do Banco, a Lei atribui uma ordem de prioridade de pagamento entre as diversas classes de credores da massa. Especificamente com relação às dívidas que compõem o endividamento do Banco, deve ser observada a seguinte ordem de pagamento: (i) dívidas extraconcursais; (ii) dívidas trabalhistas, (iii) dívidas com garantia real – até o limite do ativo dado em garantia; (iv) dívidas tributárias, (v) dívidas quirografárias em geral; e (vi) dívidas subordinadas.

eventuais restrições impostas ao emissor, em especial, em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos, à emissão de novos valores mobiliários e à alienação de controle societário, bem como se o emissor vem cumprindo essas restrições.

Os diretores informam que, ao final de dezembro de 2024, o Banco não possuía *covenants* financeiros nos contratos de financiamentos firmados.

g. limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados:

O Banco Pine está sujeito aos parâmetros exigidos pelas autoridades monetárias, de acordo com os princípios de Basileia. A Administração julga adequado o atual nível do índice de Basileia (14,5%, sendo 10,6% de Nível I e 4,0% de Nível II em 31 de dezembro de 2024).

Além disto, há restrições com relação à concentração de risco de no máximo 25% do Patrimônio de Referência para uma pessoa ou grupo de pessoas agindo isoladamente ou em interesse comum. Ao final de 2024, o limite era de R\$ 426,8 milhões (25% do PR).

h. alterações significativas em itens das demonstrações de resultado e de fluxo de caixa:

Demonstrações de Resultado do Exercício:

R\$ Milhares	Consolidado		AH %
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Receitas da intermediação financeira	2.560.513	2.289.174	11,9%
Despesas da intermediação financeira	(2.039.628)	(1.783.099)	14,4%
Resultado bruto da intermediação financeira	520.885	506.075	2,9%
Receitas (despesas) operacionais	(196.339)	(238.013)	-17,5%
Resultado operacional	324.546	268.062	21,1%
Resultado não operacional	21.984	34.067	-35,5%
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	346.530	302.129	14,7%
Imposto de renda e contribuição social	(43.874)	(75.119)	-41,6%
Participações no resultado	(44.408)	(46.132)	-3,7%
Lucro líquido do exercício	258.248	180.878	42,8%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Receitas da Intermediação Financeira:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve um aumento de 11,9% nas receitas de intermediação financeira em relação ao exercício anterior, totalizando R\$2.560,5 milhões, conforme variações descritas nos itens abaixo, sendo a rubrica de Operações de Crédito, a mais significativa.

R\$ Milhares	Consolidado		AH %
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Operações de crédito	1.539.243	1.144.897	34,4%
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	1.037.139	832.142	24,6%
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	(252.805)	266.984	-194,7%
Resultado de operações de câmbio	236.936	45.151	424,8%
Total	2.560.513	2.289.174	11,9%

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Operações de crédito:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve um aumento de 34,4% nas receitas com operações de crédito em relação ao exercício anterior, totalizando R\$1.539,2 milhões. Com aumento, principalmente, na linha de Rendas Consignado INSS.

Resultado de operações com títulos e valores mobiliários:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve um aumento de 24,6% no resultado de operações com títulos e valores mobiliários, em relação ao exercício anterior, totalizando R\$1.037,1 milhões. Esta variação ocorreu, principalmente, devido aos melhores resultados das operações com títulos de renda fixa.

Resultado com instrumentos financeiros derivativos:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve uma redução de -194,7% no resultado com instrumentos financeiros derivativos, em relação ao exercício anterior, impactado principalmente por contratos de futuros.

Resultado de operações de câmbio:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve um aumento de 424,8% no resultado de operações de câmbio, em relação ao exercício anterior, com uma receita de R\$236,9 milhões. Por se tratar de, em grande parte, variação cambial de todas as operações em moeda estrangeira, tanto captações, como empréstimos e patrimônio líquido das subsidiárias no exterior, a desvalorização do Real frente ao cenário internacional impactou diretamente essa rubrica.

Despesas da intermediação financeira:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve um aumento de 14,4% nas despesas de intermediação financeira em relação ao exercício anterior, totalizando R\$2.039,6 milhões, conforme variações descritas nos itens abaixo, sendo a rubrica de Operações de captação no mercado, a mais significativa.

R\$ Milhares	Consolidado		AH %
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Operações de captação no mercado	(1.810.894)	(1.788.055)	1,3%
Operações de empréstimos e repasses	(152.621)	(3.923)	3790,4%
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(76.113)	8.879	-957,2%
Total	(2.039.628)	(1.783.099)	14,4%

Operações de captação no mercado:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve um aumento de 1,3% nas operações de captação no mercado em relação ao exercício anterior, totalizando R\$1.810,8 milhões. A variação é explicada, principalmente, pelo aumento nas despesas de depósitos a prazo.

Operações de empréstimos e repasses:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve um aumento de 3790,4% nas operações de empréstimos e repasses em relação ao exercício anterior, totalizando R\$152,6 milhões. A variação se dá, principalmente, por variação cambial.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito totalizaram o montante de R\$76,1 milhões.

Resultado não operacional:

R\$ Milhares	Consolidado		AH %
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024
Receitas não operacionais	55.606	113.997	-51,2%
Despesas não operacionais	(33.622)	(79.930)	-57,9%
Total	21.984	34.067	-35,5%

No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, houve uma redução de -35,5% no resultado não operacional, em relação ao exercício anterior, com receitas no montante de R\$55,6 milhões e despesas no montante de R\$33,6 milhões. O resultado não operacional corresponde, principalmente, ao resultado na venda de bens recebidos em dação de pagamento para a liquidação de operações de crédito.

Demonstrações de Fluxo de Caixa:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Atividades operacionais		
Lucro líquido ajustado	498.852	228.305
Variação de ativos e passivos	1.532.761	(450.850)
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades operacionais	2.031.613	(222.545)
Atividades de investimento		
Alienação (Aquisição) de imobilizado de uso	(37.844)	(2.008)
Alienação (Aquisição) de intangível	(10.456)	-
(Aumento) Redução de capital em controladas	-	-
(Aumento) de capital em coligadas	(8.332)	-
Dividendos recebidos	6.605	-
Aquisição/Alienação de investimentos em coligadas e controladas	1.054	-
Aquisição de outros investimentos	(3)	341
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de investimento	(48.976)	(1.667)
Atividades de financiamento		
Aumento de capital	100.343	670
Aquisição/venda de ações em tesouraria	(28.132)	(6.844)
Juros sobre o capital próprio	(83.196)	(25.710)
Aumento (Redução) em obrigações por dívida subordinada	287.004	143.754
Caixa líquido (aplicado em) proveniente das atividades de financiamento	276.019	111.870
Redução de caixa e equivalentes de caixa	2.258.656	(112.342)
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	205.842	301.559
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalentes de caixa	(136.167)	16.625
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	2.328.331	205.842

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Aquisição de outros investimentos:

Em 18 de março de 2024, o Conselho de Administração autorizou a aquisição de até 7.000.000 de ações de própria emissão de qualquer espécie, tanto ordinária quanto preferencial, para permanência em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento, sem redução do capital social, em conformidade com o parágrafo 5º do artigo 7º do Estatuto Social, bem como com a Resolução CVM nº 77/22. A referida aquisição objetiva viabilizar o pagamento de remuneração variável aos Administradores do Banco Pine, em linha com a Resolução CMN nº 3.921/10.

Em abril de 2024, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R\$7.247, referente a planos de remuneração baseada em ações, concedidos em 16 de junho de 2023 e 21 de julho de 2023, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Em março de 2024, houve a liberação de ações da diretoria estatutária, no montante de R\$7.323, referente a planos de remuneração baseada em ações, concedidos em 28 de fevereiro de 2023 e 29 de fevereiro de 2024, de acordo com a Resolução CMN nº 3.921.

Aumento de capital:

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 25 de novembro de 2024, foi deliberado sobre a homologação parcial do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$26.252,00 milhões mediante emissão de 5.926.213 novas ações nominativas, sendo 5.598.076 ordinárias e 328.137 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência da deliberação do Conselho de Administração em reunião 03 de outubro de 2024 e de acordo com as características e condições estabelecidas no Aviso aos Acionistas divulgado em 03 de outubro de 2024. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 03 de dezembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de outubro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$26.901,00 milhões mediante emissão de 13.450.704 novas ações nominativas, sendo 4.483.568 ordinárias e 8.967.136 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 02 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024 ("Sétimo período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 25 de outubro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$222 mil mediante emissão de 110.772 novas ações nominativas, sendo 36.924 ordinárias e 73.848 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 03 de junho de 2024 a 28 de junho de 2024 ("Sexto período de exercício"). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 24 de julho de 2024.

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 02 de abril de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$2,5 milhões mediante emissão de 1.281.891 novas ações nominativas, sendo 427.297 ordinárias e 854.594 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 (“Quinto período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 23 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de janeiro de 2024, foi deliberado sobre a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$44,4 milhões mediante emissão de 22.201.893 novas ações nominativas, sendo 7.400.631 ordinárias e 14.801.262 preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social é em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição, emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023 (“Quarto período de exercício”). O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen em 26 de janeiro de 2024.

Aquisição/venda de ações em tesouraria:

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o Banco pine recomprou 6.178.300 ações, no montante de R\$28.133, a um custo médio de R\$4,55.

Descrição	Individual e Consolidado		
	Valor	Quantidade	31/12/2024 Custo médio
Ações em tesouraria no início do exercício	6.844	3.533	
Aquisições de ações	28.132	6.178	4,55
Liberações - Remuneração baseada em ações	(14.570)	(5.035)	2,89
Ações em tesouraria no final do exercício	20.406	4.676	

Juros sobre o Capital Próprio:

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 8 de abril de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.615, à base de R\$0,08005042888, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 18 de abril de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 01 de julho de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.852, à base de R\$0,0814303422, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 15 de julho de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 03 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento adicional de juros sobre o capital próprio no montante de R\$35.126, à base de R\$0,159371, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 22 de novembro de 2024.

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 04 de outubro de 2024, foi deliberado sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio no montante de R\$16.890, à base de R\$0,0766333, correspondente ao valor bruto por ação, sujeito à retenção do imposto de renda na fonte à alíquota

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

de 15%, conforme previsto no parágrafo §2º do artigo 9º da Lei nº 9.249, de 26 de dezembro de 1995. O pagamento ocorreu no dia 21 de outubro de 2024

2.1 Condições financeiras e patrimoniais

2.2 Resultados operacional e financeiro

2.2 Comentários dos Diretores:

a. resultados das operações do emissor, em especial:

i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Os principais componentes e fatores que afetaram os resultados operacionais da Companhia estão descritos no item 2.1.h acima.

Adicionalmente, a consolidação do ecossistema de Varejo Colateralizado, o maior nível de cross-sell no Atacado através do Crédito Corporativo e das verticais Mesa de Clientes e Operações Estruturadas e o maior resultado de equivalência patrimonial foram destaques no ano de 2024, contribuindo para a diversificação dos negócios e alocação eficiente de capital da Companhia.

b. variações relevantes das receitas atribuíveis a introdução de novos produtos e serviços, alterações de volumes e modificações de preços, taxas de câmbio e inflação:

As operações do Banco Pine dependem do desempenho da economia brasileira. A demanda por crédito, serviços financeiros e a capacidade de pagamento por parte dos clientes são impactadas diretamente por variáveis macroeconômicas, tais como a atividade econômica, renda, desemprego, inflação, flutuações nas taxas de juros e de câmbio.

c. impactos relevantes da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro do emissor:

Durante os períodos de queda nas taxas de juros, há uma pressão sobre a receita financeira, pois as taxas de juros sobre os ativos que rendem juros também tendem a diminuir. Ao mesmo tempo, também há uma possibilidade de redução da despesa financeira, pois as taxas de juros sobre as obrigações, nas quais incidem juros, também tendem a cair. Mudanças nos volumes dos ativos e obrigações sobre as quais incidem juros também afetam as receitas e despesas financeiras do Banco.

Além disso, quando o Real se desvaloriza, ocorrem: (i) perdas nos passivos denominados em/ou indexados em moeda estrangeira, tais como títulos denominados em Dólares e empréstimos em moeda estrangeira, na medida em que o custo em Reais da despesa financeira relativa aumenta; e (ii) ganhos nos ativos denominados ou indexados em moeda estrangeira, tais como os títulos e operações de crédito indexados ao Dólar, quando a receita desses ativos mensurada em Reais aumenta. Opostamente, quando o Real se valoriza, ocorrem: (i) perdas nos ativos denominados e/ou indexados em moeda estrangeira; e (ii) ganhos nos passivos denominados e/ou indexados em moeda estrangeira.

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

2.3 Comentários dos Diretores:

a. mudanças nas práticas contábeis que tenham resultado em efeitos significativos sobre as informações previstas nos campos 2.1 e 2.2:

Não ocorreram mudanças significativas nas práticas contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2024, com exceção à menção dos impactos da adoção inicial da Resolução nº 4.966/21.

Adoção de Novas Normas e Interpretações:

Instrumentos Financeiros

- A partir de 1º de janeiro de 2025, passaram a vigorar as seguintes regulamentações: Resolução CMN nº 4.966/21, Resolução BCB nº 352/23, juntamente com as normas complementares correspondentes aplicáveis ao Banco.

- Em novembro de 2021, o Conselho Monetário Nacional (CMN) publicou a Resolução CMN nº 4.966/21, a qual introduz novas diretrizes contábeis para instrumentos financeiros, a nova resolução substitui as resoluções e circulares do Bacen que direcionavam a classificação e mensuração dos instrumentos financeiros (circulares nº 3.068/01 e nº 3.082/03) e da provisão para devedores duvidosos (Resolução CMN nº 2.682/99), que estabelecia a base de mensuração da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito das instituições financeiras desde 1999.

- A Resolução CMN nº 4.966/21 estabelece que as instituições financeiras devem avaliar seus instrumentos financeiros e classificá-los e mensurá-los de acordo com os modelos de negócio estabelecidas para cada ativo e passivo financeiro. Entre outros aspectos a resolução requer que as instituições mensurem sua provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito com base em conceito de perda esperada, sem a necessidade de aguardar eventual inadimplência, tornando a provisão mais precisa em relação às futuras perdas que a instituição venha a verificar em períodos subsequentes.

- No exercício de 2023, as Resoluções CMN nº 5.100/23 e BCB nº 352/23 foram emitidas, sendo complementares à CMN nº 4.966/21, e dispõem de diretrizes adicionais, principalmente em relação ao tratamento às seguintes matérias:

- Aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros;
- Constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito;
- Mensuração de instrumentos financeiros;
- Evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras;
- Reconhecimento de componentes imateriais na taxa efetiva de juros; e
- Apropriação de receita utilizando o método de taxa efetiva de juros.

Hedge Accounting

- Os requisitos de Hedge Accounting estabelecem a representação, nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, do efeito da gestão de riscos de uma instituição no que tange

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

à utilização de instrumentos financeiros para gestão das exposições que afetam os resultados da entidade.

- Ressalta-se que as operações de hedge devem ser reclassificadas a partir de 1º de janeiro de 2027 para as novas categorias descritas abaixo:
- Hedge de valor justo
- Hedge de fluxo de caixa;
- Hedge de investimento líquido no exterior.

Renegociação e Reestruturação

Os requisitos estabelecem que para apuração do valor contábil dos saldos de operações de reestruturação de ativos financeiros, o mesmo deve ser reavaliado para representar o valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados, descontados pela taxa de juros efetiva originalmente contratada. No caso de renegociação de instrumentos financeiros não caracterizada como reestruturação, a instituição deve reavaliar o instrumento para que passe a representar o valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições contratuais renegociadas.

Fica facultado, até 31 de dezembro de 2026, o uso da taxa de juros efetiva repactuada para a apuração do valor presente dos fluxos de caixa contratuais reestruturados. O Banco Pine optou por aderir a faculdade e apresenta os saldos reestruturados a partir do valor presente dos fluxos de caixa descontados pela taxa de juros efetiva, conforme as condições renegociadas.

Plano de Contas (Cosif)

A Resolução BCB nº 426/23, a 433/23, 390/24 e 537/24 a 543/24 com vigência a partir de 1º de janeiro de 2025, dispõe sobre a estrutura do elenco de contas do Cosif a ser observado pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen.

Imposto de Renda e Contribuição Social

Em 16 de novembro de 2022, foi publicada a Lei nº 14.467, com produção de efeitos a partir de 1º de janeiro de 2025, que “dispõe sobre o novo tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil”, exceto para as administradoras de consórcio e instituições de pagamento.

Transição

De acordo com o Artigo 94 da Resolução BCB nº 352/23, os princípios estabelecidos nesta resolução foram aplicados de forma prospectiva às demonstrações financeiras individuais e consolidadas a partir de 1º de janeiro de 2025. Portanto, os saldos referentes aos períodos findos de 2024 não foram ajustados e não requerem republicação, de modo que os efeitos da adoção inicial, quando aplicável, foram contabilizados no patrimônio líquido na conta de lucros acumulados de 1º de janeiro de 2025.

Impactos decorrentes da adoção da Resolução CMN nº 4.966/21 e regras complementares

Por fim, em atendimento ao art. 78 da Res. CMN no 4.966/21, os impactos contábeis mensurados pela Administração representam entre 10% a 14% sobre o Patrimônio Líquido, já líquido dos efeitos tributários, essencialmente em função das diferenças na metodologia de mensuração da Provisão para Perda esperada, que inclui provisão mínima, assim como provisão adicional. Ademais, o reconhecimento das Receitas e Despesas pela Taxa Efetiva quanto a aplicação da norma é prospectiva, não havendo impactos em 1º de janeiro de 2025. Além disso, as reclassificações de

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

instrumentos financeiros mensurados ao Custo Amortizado para instrumentos financeiros mensurados ao Valor Justo no Resultado, não terão impactos no patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2025, uma vez que essas operações são objeto de hedge.

Resoluções do CMN que entrarão em vigor em períodos futuros:

Instrumentos Financeiros

Instruções Normativas nº 426/23 e 433/23 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, definem as rubricas contábeis do elenco de contas do Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo Banco Central do Brasil (Cosif) para utilização das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Pine avaliou e mencionou os impactos da aplicação da referida norma, na Nota 2 - Adoção de Novas Normas e Interpretações.

Resolução BCB nº 352/23 - revoga a Resolução BCB nº 309/23 e tem início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre procedimentos contábeis sobre a definição de fluxos de caixas de ativo financeiro como somente pagamento de principal e juros; a aplicação da metodologia para apuração da taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros; a constituição de provisão para perdas associadas ao risco de crédito; e a evidenciação de informações relativas a instrumentos financeiros em notas explicativas a serem observados pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Pine avaliou e mencionou os impactos da aplicação da referida norma, na Nota 2 - Adoção de Novas Normas e Interpretações.

Lei nº 14.467/22 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, alterou o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das Instituições financeiras e demais autorizadas a funcionar pelo Bacen. O Banco Pine avaliou e mencionou os impactos da aplicação da referida norma, na Nota 2 - Adoção de Novas Normas e Interpretações.

Resolução CMN nº 4.966/21 - com início de vigência principal em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros, bem como para a designação e o reconhecimento das relações de proteção contabilidade de hedge, incorporando conceitos do CPC 48 - Instrumentos Financeiros. Dentre as principais mudanças está a classificação de instrumentos financeiros, reconhecimento de juros em caso de atraso, cálculo da taxa efetiva contratual, baixa a prejuízo e reconhecimento da provisão e classificação das operações com problemas de crédito. A Resolução estabelece a obrigação de remessa ao Bacen de um plano para a implementação da regulamentação prevista na norma. O Banco Pine avaliou e mencionou os impactos da aplicação da referida norma, na Nota 2 - Adoção de Novas Normas e Interpretações.

"Em atendimento ao art. 76, parágrafo único, inciso II, o Banco Pine, de forma resumida, destaca no plano de implementação da referida resolução:

Conceitos e critérios contábeis aplicáveis aos instrumentos financeiros, estabelecendo novas diretrizes para classificação, mensuração e contabilização de ativos e passivos financeiros, impairment e hedge sendo:

Classificação e Mensuração;

Impairment, Cura e Taxa Efetiva; e

Classificação do Hedge.

"O Banco Pine entende que o Plano de Implementação tem como objetivo dar diretrizes para

2.3 Mudanças nas práticas contábeis/Opiniões modificadas e ênfases

conversão das práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Bacen para as Normas Internacionais de Relatório Financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS), até janeiro de 2025, conforme previsto na Resolução nº 4.966/21 Art. 81º e inciso II. O Plano foi revisado e readequado, inclusive atendendo à requisitos da Resolução nº 5.100/23, norma complementar à Resolução 4.966/21.

O Plano de Implementação, não se trata de um plano definitivo e será atualizado conforme evolução do projeto de implementação e/ou normativos que serão emitidos pelo Bacen, de acordo com as etapas abaixo:

- a) Apresentação para principais áreas impactadas;
- b) Criação de grupo de trabalho com pelo menos 1 colaborador por área;
- c) Reuniões com o grupo de trabalho para início das atividades;
- d) Criação, definições e aprovações das políticas e memorandos técnicos;
- e) Reuniões com os fornecedores sobre impactos da norma;
- f) Atualizar os scripts ou parâmetros sistêmicos e testes (homologação);
- g) Mensurar os impactos conforme o avanço dos trabalhos; e
- h) Aplicação completa da Resolução CMN nº 4.966/21.

Arrendamento mercantil

Resolução CMN nº 4.975/21 – Com início de vigência em 01 de janeiro de 2025, dispõe sobre os critérios contábeis aplicáveis às operações de arrendamento mercantil realizadas pelas instituições financeiras e pelas demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, devendo essas instituições observarem o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - (CPC 06 – R2) – Arrendamentos, no reconhecimento, na mensuração, na apresentação e na divulgação de operações de arrendamento mercantil, conforme regulação específica. o Banco Pine adotará, de forma prospectiva, a aplicação da norma, para os contratos a serem celebrados a partir de 1º janeiro de 2025.

b. opiniões modificadas e ênfases presentes no relatório do auditor

Não ocorreram ressalvas ou ênfases no relatório dos auditores independentes que examinaram as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

2.4 Efeitos relevantes nas DFs

2.4 Os diretores devem comentar os efeitos relevantes que os eventos abaixo tenham causado ou se espera que venham a causar nas demonstrações financeiras do emissor e em seus resultados:

a. introdução ou alienação de segmento operacional:

Este item não é aplicável, visto que não houve introdução ou alienação de segmento operacional no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

b. constituição, aquisição ou alienação de participação societária:

- **Aquisição de participação societária na Byx Capital Ltda.**

Em 28 de outubro de 2022, a Companhia subscreveu debêntures conversíveis em ações ordinárias da BYX Capital S.A. ("BYX Capital"), da espécie com garantia real e fidejussória, em série única, para colocação privada, totalizando o montante total de R\$16.980.000,00. Em 30 de junho de 2023, essas debêntures foram convertidas em 30.333 ações ordinárias representativas de 30% do capital social da BYX Capital. A referida participação nas empresas do Grupo BYX tem efeito nas demonstrações financeiras da Companhia através da linha de resultado de equivalência patrimonial, referente à participação da Companhia no lucro da BYX.

- **Constituição da Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.**

Em 22 de dezembro de 2023, a Companhia recebeu aprovação do Banco Central do Brasil para a constituição de uma Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda. Tal constituição vai em linha com a estratégia da Companhia de diversificação dos serviços prestados e ampliação de seus produtos.

- **Constituição da Pine Holding S.A.**

Em 24 de maio de 2024, a Companhia realizou a constituição de uma *holding* denominada Pine Holding S.A., cuja participação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil. A constituição da referida sociedade teve como objetivo abarcar as participações da Companhia nas investidas da vertical de Varejo.

- **Aquisição de participação societária na Boreal Capital Ltda.**

Em 2 de julho de 2024, a Companhia adquiriu a totalidade do capital social da gestora de recursos FVX Capital Ltda., atualmente denominada Boreal Capital Ltda., cuja participação foi aprovada pelo Banco Central do Brasil. Tal aquisição vai em linha com a estratégia da Companhia de diversificação dos serviços prestados e ampliação de seus produtos, na vertical de Atacado.

c. eventos ou operações não usuais:

Este item não é aplicável, visto que não houve eventos ou operações não usuais no exercício social findo em 31 de dezembro de 2024.

2.5 Medições não contábeis

2.5 Caso o emissor tenha divulgado, no decorrer do último exercício social, ou deseje divulgar neste formulário medições não contábeis, como Lajida (lucro antes de juros, impostos, depreciação e amortização) ou Lajir (lucro antes de juros e imposto de renda), o emissor deve:

a. informar o valor das medições não contábeis:

Não houve divulgação de medições não contábeis no último exercício social em nossas demonstrações financeiras.

b. fazer as conciliações entre os valores divulgados e os valores das demonstrações financeiras auditadas:

Não aplicável.

c. explicar o motivo pelo qual entende que tal medição é mais apropriada para a correta compreensão da sua condição financeira e do resultado de suas operações:

Não aplicável.

2.6 Eventos subsequentes as DFs

2.6 Identificar e comentar qualquer evento subsequente às últimas demonstrações financeiras de encerramento de exercício social que as altere substancialmente:

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas (“Demonstrações Financeiras”) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foram emitidas pelo Banco em 12 de fevereiro de 2025. Nesse sentido, o Banco Pine informou em suas Demonstrações Financeiras, na nota explicativa de Eventos Subsequentes, o seguinte evento:

- Aumento de capital social

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 3 de janeiro de 2025, foi deliberada a homologação do aumento do capital social, dentro do limite do capital autorizado, no montante de R\$92.724,00 (noventa e dois mil e setecentos e vinte e quatro reais), mediante emissão de 46.362 (quarenta e seis mil e trezentas e sessenta e duas) novas ações nominativas, sendo 15.454 (quinze mil e quatrocentas e cinquenta e quatro) ordinárias e 30.908 (trinta mil e novecentas e oito) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. O referido aumento de capital social ocorreu em decorrência do exercício de parte dos Bônus de Subscrição emitidos em 27 de abril de 2022 como vantagem adicional aos subscritores das ações de emissão da Companhia no âmbito do aumento de capital social homologado em Reunião do Conselho de Administração realizada em 27 de abril de 2022, no período de 2 de dezembro de 2024 a 30 de dezembro de 2024. O aumento de capital foi aprovado pelo Banco Central do Brasil em 27 de janeiro de 2025.

2.7 Destinação de resultados

2.7 Os diretores devem comentar a destinação dos resultados sociais, indicando:

a. regras sobre retenção de lucros:

(a) Nos termos do artigo 193 da lei 6.404/76 e do artigo 40 do Estatuto Social do Banco, o lucro líquido apurado em cada exercício social, será destinado:

(b) 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá a 20% (vinte por cento) do capital social. No exercício em que o saldo da reserva legal acrescido dos montantes das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações exceder 30% (trinta por cento) do capital social, não será obrigatória a destinação de parte do lucro líquido do exercício para a reserva legal;

(c) uma parcela, por proposta dos órgãos da administração, poderá ser destinada à formação de reserva para contingências e reversão das mesmas reservas formadas em exercícios anteriores, nos termos do artigo 195 da Lei das Sociedades por Ações;

(d) uma parcela destinada ao pagamento de um dividendo obrigatório não inferior, em cada exercício, a 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual ajustado, na forma prevista pelo artigo 202 da Lei de Sociedades por Ações;

(e) no exercício em que o montante do dividendo obrigatório, calculado nos termos do item (c) acima, ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos de administração, destinar o excesso à constituição de reserva de lucros a realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei das Sociedades por Ações.

(f) O saldo do lucro líquido do exercício, verificado após as distribuições acima previstas, será transferido para a conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias ficando à disposição da Assembleia Geral. Por proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração, a Assembleia Geral poderá manter naquela conta, até o limite de 95% (noventa e cinco por cento) do valor do capital social integralizado, visando a manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas do Banco. Ainda, o saldo da conta Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias poderá ser utilizado pelo Banco, mediante autorização do Conselho de Administração, para aquisição de ações de sua própria emissão para manutenção em tesouraria e posterior alienação ou cancelamento; (e.1) Na hipótese da proposta da Diretoria sobre a destinação a ser dada ao lucro líquido do exercício conter previsão de distribuição de dividendos e/ou pagamento de juros sobre o capital próprio em montante superior ao dividendo obrigatório nos termos do item (c) acima, e/ou retenção de lucros de acordo com o Artigo 196 da Lei das Sociedades por Ações, o saldo do lucro líquido para fins de constituição da reserva estatutária será determinado após a dedução integral dessas destinações.

b. regras sobre distribuição de dividendos:

O Banco Pine possui uma Política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio válida até maio de 2025. A referida política se encontra disponível no site de RI do Banco, no endereço www.ri.pine.com

c. periodicidade das distribuições de dividendos:

A distribuição de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio ("JCP) e eventuais complementações

2.7 Destinação de resultados

são aprovadas em reuniões do Conselho de Administração e referendadas na Assembleia Geral Ordinária.

d. eventuais restrições à distribuição de dividendos impostas por legislação ou regulamentação especial aplicável ao emissor, assim como contratos, decisões judiciais, administrativas ou arbitrais:
Não há restrições especiais para distribuição de dividendos, além daquelas previstas na Lei das Sociedades por Ações.

e. se o emissor possui uma política de destinação de resultados formalmente aprovada, informar órgão responsável pela aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado:
O Banco Pine possui uma Política de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio válida até maio de 2025. A referida política se encontra disponível no site de RI do Banco, no endereço www.ri.pine.com

2.8 Itens relevantes não evidenciados nas DFs

2.8 Os diretores devem descrever os itens relevantes não evidenciados nas demonstrações financeiras do emissor, indicando:

a. os ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem no seu balanço patrimonial (off-balance sheet items), tais como:

i. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade não tenha retido nem transferido substancialmente os riscos e benefícios da propriedade do ativo transferido, indicando respectivos passivos

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

ii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

iii. contratos de construção não terminada

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

iv. contratos de recebimentos futuros de financiamentos

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

b. outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras:

Não aplicável, tendo em vista que não há ativos dessa natureza fora do balanço.

2.9 Comentários sobre itens não evidenciados

2.9 Em relação a cada um dos itens não evidenciados nas demonstrações financeiras indicados no item 2.8, os diretores devem comentar:

a. **como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras do emissor:**
Não aplicável.

b. **natureza e o propósito da operação:**
Não aplicável.

c. **natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor do emissor em decorrência da operação:**
Não aplicável.

2.10 Planos de negócios

2.10 Os diretores devem indicar e comentar os principais elementos do plano de negócios do emissor, explorando especificamente os seguintes tópicos:

a. investimentos, incluindo:

i. descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos

Participações em controladas e coligadas avaliadas ao Método de equivalência patrimonial

							31/12/2024
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas e coligadas
Subsidiárias							
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.) ⁽¹⁵⁾	100,0000	310,000	310	2,974	2,662	2,974	2,662
Pine Investimentos DTM Ltda.	100,0000	892,300	4,765	6,790	94	6,790	94
Pine Assessoria e Consultoria Ltda. ^{(15) (17) (18)}	99,9800	499,999	500	35,777	35,086	35,777	35,086
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ^{(15) (2) (11) (12)}	100,0000	829,415,435	572,297	600,288	30,759	600,288	30,759
Pine Corretora de Seguros Ltda. ^{(5) (15) (20)}	99,9800	492,156	18,102	19,571	(61)	19,571	(61)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário ⁽¹⁹⁾	100,0000	53,200,000	53,200	53,801	(464)	53,801	(464)
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda. ⁽⁷⁾	100,0000	227,891,066	97,993	96,095	(1,454)	96,095	(1,454)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais LTDA. ⁽⁵⁾	100,0000	10,000	10	10	-	10	-
Pine Holding S.A. ⁽¹⁴⁾	99,0000	99	-	-	-	-	-
	Participação %	Quantidade de ações/cotas possuídas	Capital social	Patrimônio líquido ajustado	Resultado líquido do exercício	Valor do investimento	Resultado de participação em controladas e coligadas
Subsidiárias							
Pine Capital Ltda. (Anteriormente denominada Pine Planejamento e Serviços Ltda.)	100,0000	10,000	10	426	(185)	426	(185)
Pine Investimentos DTM Ltda.	100,0000	892,300	4,765	6,696	238	6,696	238
Pine Assessoria e Consultoria Ltda.	100,0000	500,000	500	9,245	5,719	9,245	5,719
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. ^{(1) (2)}	100,0000	819,995,144	565,797	563,029	(2,052)	563,029	(2,052)
Pine Corretora de Seguros Ltda.	100,0000	492,157	19,102	20,457	(2,064)	20,457	(2,064)
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário	100,0000	53,200,000	53,200	61,265	9,505	61,265	9,505
Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda.	100,0000	86,030,600	36,993	36,549	(1,890)	36,549	(1,890)
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais LTDA. ⁽⁵⁾	100,0000	10,000	10	10	-	10	-
Coligadas - Mensuradas pelo Método de Equivalência Patrimonial							
Amigoz Ltda. (Anteriormente denominada BYX Produtos S.A.) ⁽⁴⁾	40,0000	6,668	17	(3,087)	(4,622)	1,494	(614)
BYX Capital Ltda. ⁽³⁾	30,0000	1,285,715	4,286	41,724	26,977	20,255	5,258
Total					31,626	719,426	13,915

- (1) Em reunião de sócios realizada em 09 de janeiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$29.891, mediante emissão de 43.319.875 novas quotas. Referidas novas quotas são subscritas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A., estando dispensada a integralização de tal parcela devida decorrente deste aumento de capital, considerando que: (i) em razão da redução de capital deliberada em 03 de outubro de 2022, a Sociedade deve restituir parte do valor das quotas aos sócios ou dispensar as prestações ainda devidas; (ii) houve a restituição de parte do valor das quotas ao sócio Banco Pine S.A.. Dessa forma, o valor remanescente a ser reembolsado ao sócio Banco Pine S.A., será realizado através de dispensa da parcela de integralização devida, em razão deste aumento de capital
- (2) Em reunião de sócios realizada em 01 de fevereiro de 2023, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$145.506, mediante emissão de 210.878.619 novas quotas. Referidas novas quotas, são subscritas e integralizadas exclusivamente pelo sócio Banco Pine S.A..
- (3) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R\$10.589 (R\$7.737 em 31 de dezembro de 2023).
- (4) Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de investimentos inclui ágio no montante de R\$2.220 (R\$1.494 em 31 de dezembro de 2023).
- (5) Em 26 de dezembro de 2023, O Bacen aprovou a participação do Banco Pine em uma

2.10 Planos de negócios

sociedade do Conglomerado, constituída sob a denominação Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda, cujo objeto social é (i) a comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (ii) assessoria e consultoria na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; (iii) a intermediação de negócios na comercialização de ativos ambientais de qualquer natureza e origem; e (iv) a participação em outras sociedades como acionista ou quotista que possuam como objeto social atividades complementares e/ou sinérgicas ao objeto social da Sociedade; os ativos ambientais aqui mencionados compreendem, mas não se limitam a, Créditos de Carbono, Créditos de Descarbonização (“CBIOS”). O tempo de duração da Sociedade é indeterminado. O Banco Pine é sócio único, com 100% das quotas sociais.

(6) O Conselho de Administração, em reunião realizada em 19 de janeiro de 2024, aprovou: (a) a participação do Banco Pine nas sociedades Byx Corretora de Seguros Ltda. (“Byx Corretora”), no percentual de até 40% e Amigoz Corretora de Seguros Ltda. (“Amigoz Corretora”), no percentual de até 65%, participações estas indiretas, em razão da participação do Banco Pine na Byx Capital S.A. (“Byx Capital”), a qual será a sócia única da Byx Corretora; e (ii) na Byx Produtos S.A. (“Byx Produtos”), a qual será a sócia única da Amigoz Corretora; (b) o aumento da participação do Banco Pine nas sociedades: Byx Produtos, em 25%, passando a participação de 40%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 27 de abril de 2023, para até 65%; (ii) Byx Capital, em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 29 de junho de 2023, para até 40%; e Byx Originação Ltda. (“Byx Originação”), em 10%, passando a participação de 30%, conforme aprovado em reunião do Conselho de 25 de outubro de 2023, para até 40%, esclarecendo-se que a participação do Banco Pine é indireta, em razão da participação do Banco Pine na Byx Capital, a qual será a sócia única da Byx Originação; todos os aumentos de participação foram aprovados pelo Bacen em 03 de maio de 2024. Com relação à Byx Produtos, cuja denominação foi alterada para Amigoz S.A. (“Amigoz”) e o tipo jurídico para limitada, em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 28 de março de 2024, a participação atual do Banco Pine é de 50,29%, decorrente do aumento de capital deliberado em Assembleia Geral Extraordinária realizada na mesma data, no valor de R\$5.330, tendo o Banco Pine integralizado R\$2.672. Do montante total de capital social, R\$638 de outros acionistas, será integralizado até 31 de dezembro de 2025. No que tange à Byx Capital, cujo tipo jurídico foi transformado para limitada em Assembleia Geral Extraordinária de 30 de dezembro de 2023, a participação atual do Banco Pine é de 32,74%, decorrente da cessão e transferência de 153.428 quotas, pelo montante de R\$5.660, de titularidade da Byx Capital, mantidas em tesouraria, ao Banco Pine, conforme 3ª alteração contratual de 18 de março de 2024. Por fim, em relação à Byx Originação, considerando que a Byx Capital é a sócia única da referida Sociedade, a participação do Banco Pine é refletida por meio da participação na Byx Capital, ou seja, 32,74%.

(7) Em 21 de março de 2024, foi aprovado o aumento de capital social no montante de R\$61.000, mediante emissão de 141.860.466 novas quotas. Referidas novas quotas, são subscritas e integralizadas pelo sócio único Banco Pine S.A., que integraliza os montantes de R\$43.486 em moeda corrente nacional e R\$17.514 por meio da cessão do direito de opção de compra de ativos.

(8) Em instrumento particular datado de 22 de maio de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.

2.10 Planos de negócios

(9) Em Instrumento de deliberação datado de 15 de maio de 2024, foi aprovado a distribuição de lucros à conta de Reservas de Lucros - Reservas Estatutárias, no montante de R\$414, ao sócio único, que não foi liquidado até 31 de dezembro de 2024.

(10) No primeiro semestre de 2024, houve o recebimento de dividendos no montante de R\$5.956.

(11) Em Alteração Contratual datada de 30 de julho de 2024, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$6.300, mediante emissão de 9.130.435 novas cotas.

(12) Em Alteração Contratual datada de 19 de agosto de 2024, foi deliberado sobre o aumento do capital social da P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., no montante de R\$200, mediante emissão de 289.856 novas cotas.

(13) Em Alteração Contratual datada de 29 de agosto de 2024, foi deliberado sobre o aumento do capital social da Pine Planejamento e Serviços Ltda., no montante de R\$300, mediante emissão de 300.000 novas cotas. Foi deliberado também sobre a alteração do nome empresarial para Pine Capital Ltda.

(14) Em Assembleia Geral de Constituição datada de 24 de maio de 2024, foi deliberado sobre a constituição da Pine Holding S.A. e a subscrição de 100 ações ordinárias, totalizando R\$100 reais. O Banco Pine subscreveu 99 ações ordinárias nominativas, totalizando o montante de R\$99 reais.

(15) Em instrumento particular datado de 1º de outubro de 2024, foi deliberado sobre a alteração de sociedade limitada unipessoal para sociedade limitada, em razão do ingresso de mais um sócio.

(16) Em 28 de junho de 2024, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional ao sócio minoritário, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R\$728.

(17) Em 1º de outubro de 2024, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional ao sócio minoritário, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R\$260.

(18) Em 30 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R\$8.295, sendo pago R\$7.515 ao Banco Pine e R\$780 ao sócio minoritário.

(19) Em 30 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos, a conta das Reservas de Lucros – Reservas Estatutárias, no montante total de R\$7.000.

(20) Em 30 de dezembro de 2024, foi deliberado sobre a distribuição de dividendos de forma desproporcional ao sócio minoritário, a conta das Reservas de Lucros Reservas Estatutárias, no montante total de R\$97.

ii. fontes de financiamento dos investimentos

O financiamento dos investimentos do Banco é feito por meio de seu capital próprio.

2.10 Planos de negócios

iii. desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não possui desinvestimentos relevantes em andamento ou previstos.

b. desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor:

Não houve aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que podem influenciar materialmente a capacidade produtiva da Companhia.

c. novos produtos e serviços, indicando:

i. descrição das pesquisas em andamento já divulgadas

Não aplicável.

ii. montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

iii. projetos em desenvolvimento já divulgados

Não aplicável.

iv. montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços

Não aplicável.

d. oportunidades inseridas no plano de negócios do emissor relacionadas a questões ASG:

Das oportunidades relacionadas a questões ASG observadas pela Companhia, destacam-se: (i) na vertical de Mercado de Capitais e Crédito Estruturado, na participação em ofertas de títulos de dívida com o certificado Green Bond; (ii) na vertical de Empresas e Mesa de Clientes, a possibilidade de conceder crédito/ atender a empresas que tenham suas atividades relacionadas a geração de impactos socioambiental e climático positivos; (iii) em dezembro de 2023 foi aprovada pelo Bacen a constituição de uma Comercializadora de Ativos Ambientais.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

2.11 Comentar sobre outros fatores que influenciaram de maneira relevante o desempenho operacional e que não tenham sido identificados ou comentados nos demais itens desta seção:

Há diferenças de GAAPs entre as demonstrações financeiras em BRGGAP e em IFRS.

As demonstrações financeiras consolidadas completas em IFRS, estão disponíveis no site de relações com investidores do Banco: ri.pine.com.

As principais diferenças estão em relação aos conceitos abaixo:

a) Ajuste IFRS 9 - Perda ao valor recuperável de empréstimos e recebíveis - Impairment

Baseando-se na orientação fornecida pelo IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, o Banco Pine estima a provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. O BRGAAP baseia-se na Resolução 2.682/99.

b) Ajuste IFRS 9 – Diferimento de tarifas bancárias e comissões (taxa efetiva de juros)

Em consonância com o IFRS 9 “Instrumentos Financeiros”, as tarifas bancárias, comissões e custos financeiros que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculados ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Para o BRGAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

c) Ajuste IFRS 15 – Contrato de seguros

Refere-se ao acordo comercial entre o Banco Pine e a Seguradora. No exercício de 2021, houve cessão do contrato de direito de exclusividade, sem cláusulas de obrigação de desempenho, portanto o saldo foi revertido contra resultado.

d) Ajuste IFRS 16 - Aluguel

O Banco Pine arrenda predominantemente ativos objetos dos contratos de arrendamento de negócios mobiliários e imobiliários referentes aos mecanismos de funcionamento de seu negócio. Em seu registro inicial, os arrendamentos são reconhecidos como um ativo de direito de uso e um passivo correspondente na data em que o ativo arrendado se torna disponível para uso pelo Banco. O direito de uso a ser registrado é mensurado ao seu custo em contrapartida ao passivo de arrendamento que representa o valor presente dos pagamentos do arrendamento que não são efetuados até a data. Para o BRGAAP, os alugueis são reconhecidos como despesa administrativa.

e) Ajuste IFRS - Crédito Tributário

O IAS 12 requer a contabilização de imposto de renda e contribuição social diferidos para as diferenças temporárias tributáveis ou dedutíveis. Os ajustes de

Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos, calculados sobre os ajustes de IFRS, foram refletidos na reconciliação. Adicionalmente, são constituídos créditos tributários sobre as diferenças temporárias, no pressuposto de geração de lucros tributáveis futuros suficientes para a compensação desses créditos.

2.11 Outros fatores que influenciaram de maneira relevantes o desempenho operacional

f) Ajuste IFRS - MTM Hedge

Em consonância com o IFRS 9 "Instrumentos Financeiros", somente a parte do ganho ou perda resultante do instrumento de hedge qualificado como hedge accounting de fluxo de caixa, que é determinada como hedge eficaz, deve ser reconhecida diretamente como outros resultados abrangentes. O IFRS 9 também requer que a descontinuidade do hedge accounting de fluxo de caixa e o ganho ou a perda cumulativa resultante do instrumento de hedge que se mantém reconhecido como resultados abrangentes, desde o período em que o hedge estava em vigor, deve permanecer reconhecido separadamente no patrimônio líquido até a liquidação do objeto do hedge.

3.1 Projeções divulgadas e premissas

3.1 Projeções

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

3.2 Acompanhamento das projeções

3.2 *Na hipótese de o emissor ter divulgado, durante os 3 últimos exercícios sociais, projeções sobre a evolução de seus indicadores*

- a. informar quais estão sendo substituídas por novas projeções incluídas no formulário e quais delas estão sendo repetidas no formulário.

A Companhia não divulga mais projeções.

As projeções para o ano de 2022 foram divulgadas na respectiva versão do Formulário de Referência.

- b. quanto às projeções relativas a períodos já transcorridos, comparar os dados projetados com o efetivo desempenho dos indicadores, indicando com clareza as razões que levaram a desvios nas projeções.

As comparações para o ano de 2022 foram divulgadas na respectiva versão do Formulário de Referência.

- c. quanto às projeções relativas a períodos ainda em curso, informar se as projeções permanecem válidas na data de entrega do formulário e, quando for o caso, explicar por que elas foram abandonadas ou substituídas.

Não aplicável, tendo em vista que a Companhia não divulga projeções.

4.1 Descrição dos fatores de risco

4.1 Descrição dos fatores de risco

Decisões desfavoráveis em processos judiciais ou administrativos podem nos afetar de forma adversa.

O Banco e suas controladas são partes em processos nas esferas judiciais e administrativas, incluindo ações indenizatórias, trabalhistas, previdenciárias, fiscais, cíveis e regulatórias. Não há como garantir que tais processos serão julgados favoravelmente ou, ainda, que os valores provisionados pelo Banco sejam suficientes para a cobertura dos valores decorrentes de eventuais condenações. Decisões contrárias aos interesses do Banco e suas controladas que eventualmente alcancem valores substanciais de pagamento, que afetem a imagem do Banco ou de suas controladas ou impeçam a realização de seus negócios conforme inicialmente planejados, poderão causar um efeito adverso relevante nos negócios do Banco ou de suas controladas, na sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Os acionistas podem sofrer diluição de sua participação acionária.

O Banco pode decidir, por motivo de necessidade de recursos adicionais, busca por capital adicional ou outro, realizar um aumento de seu Capital. Qualquer recurso adicional obtido por meio de aumentos no capital pode diluir a participação dos investidores caso eles não participem proporcionalmente do aumento de capital.

O Banco pode não distribuir dividendos ou juros sobre o capital próprio.

O dividendo obrigatório do Banco Pine é de no mínimo 25% do lucro líquido ajustado, na forma da Lei das Sociedades por Ações e do Estatuto Social, apurado nas demonstrações financeiras não consolidadas. A declaração anual de dividendos, incluindo o pagamento de dividendos além do dividendo mínimo obrigatório, exige aprovação em Assembleia Geral Ordinária por maioria de votos de acionistas titulares das ações do Banco Pine e dependerá de diversos fatores. Dentre esses fatores estão os resultados operacionais, as condições financeiras, as necessidades de caixa e as perspectivas futuras da Companhia, entre outros fatores que o Conselho de Administração e acionistas do Banco Pine julguem relevantes. O lucro líquido pode ser utilizado para compensar prejuízo ou então ser retido, conforme previsto na Lei das Sociedades por Ações, podendo não haver lucro líquido disponível para pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio adicionais ao mínimo obrigatório.

a. Seus acionistas, em especial os acionistas controladores

Os interesses de nosso acionista controlador podem conflitar com os interesses de nossos outros acionistas.

Nosso acionista controlador tem o poder de eleger os membros do Conselho de Administração e de tomar decisões em todos os pontos importantes que requerem aprovação dos acionistas, com reorganizações societárias e vendas de ativos. Os interesses do acionista controlador podem não coincidir com os interesses dos demais acionistas. Adicionalmente, qualquer mudança no controle pode afetar materialmente nossa Administração, nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

b. Suas controladas e coligadas

Podemos ser adversamente impactados em decorrência de contingências relacionadas às nossas controladas ou coligadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

O Banco Pine possui participações diretas nas seguintes empresas: Pine Assessoria e Consultoria Ltda., Pine Corretora de Seguros Ltda., Pine Investimentos DTVM Ltda., P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda., Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda., Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda., Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda., Pine Capital Ltda. e Pine Holding Ltda., sendo que o resultado dessas participações compõe o resultado do Banco. Eventualmente, o Banco poderia sofrer impactos, embora não relevantes, em razão de resultados negativos advindos de contingências legais ou societárias envolvendo referidas empresas.

c. Seus administradores

A saída de membros-chave de nossa administração sênior pode afetar adversamente nossos negócios podem ser adversamente afetados.

O Banco depende dos membros de sua administração sênior para o desenvolvimento e execução de suas estratégias comerciais e políticas de investimento bem como para continuar competitivo no mercado e atingir sua meta de crescimento. Consequentemente, o crescimento e sucesso futuro do Banco dependem em amplo grau, da sua capacidade de manter e motivar os membros-chave de sua administração sênior e de contratar, manter e motivar, de forma estratégica, novos talentos. Dado que o mercado para profissionais qualificados do mercado financeiro é extremamente competitivo, pode ser desafiador contratar, manter tais profissionais no quadro de colaboradores do Banco. Se os membros-chave da equipe de administração sênior do Banco se demitirem, ou se o Banco for incapaz de continuar a atrair e manter uma administração especializada, seus negócios, condição financeira e resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

d. seus fornecedores

Os fornecedores contratados por nós podem não ser capazes de entregar produtos ou realizar os serviços nos prazos que necessitamos.

Utilizamos prestadores de serviços e/ou fornecedores para manter, apoiar e auxiliar nossas áreas de *backoffice*, sistemas de comunicação e tecnologia. A falta no cumprimento das obrigações por parte desses prestadores de serviços, como descumprimento de cronograma, entrega de produtos, entre outros, pode afetar nossos negócios, nossa condição financeira e resultados operacionais. Adicionalmente, caso o não sejamos capazes de manter ou renovar os contratos com os atuais prestadores de serviços, poderão ocorrer dificuldades na integração dos sistemas aos novos prestadores, o que poderá ocasionar problemas operacionais. Adicionalmente, a substituição desses prestadores de serviços poderá não ocorrer em tempo hábil ou ocasionar falhas no período de transição, o que também poderá impactar as operações do Banco.

e. seus clientes

A avaliação de crédito de clientes do Banco pode se deteriorar.

Alguns de nossos empréstimos são fornecidos para tomadores cuja avaliação de crédito, por questões macroeconômicas e de gestão do próprio cliente, pode se deteriorar. Esses tomadores apresentam risco de perda maior que aqueles tomadores com avaliação de crédito mais elevada. O Banco Pine avalia todas as garantias que são fornecidas em relação a esses empréstimos. Se não analisarmos corretamente o crédito de nossos tomadores e as garantias por eles fornecidas, tais fatores podem afetar adversamente nossos negócios, nossa condição financeira e resultados operacionais, na medida em que podem causar prejuízos pela não recuperação total ou parcial das quantias emprestadas.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Restrições legais nos clientes podem reduzir a demanda pelos serviços prestados por nós.

Novas leis ou regulamentações ou mudanças na aplicação das leis ou regulamentações existentes aplicáveis aos clientes de serviços bancários também podem afetar negativamente o Banco. Por exemplo, as mudanças na aplicação da legislação antitruste podem afetar o nível de operações societárias envolvendo Banco e as mudanças na regulação podem vir a restringir as atividades dos clientes e, portanto, os serviços que prestamos a tais clientes.

f. aos setores da economia nos quais o emissor atue

Nossa carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos está sujeita às variações de mercado resultantes de mudanças na economia no Brasil e no mundo.

Em 31 de dezembro de 2024, nossa carteira de títulos e valores mobiliários e derivativos representava um percentual relevante do total de nosso ativo, e os ganhos de capital ou perdas relacionados a esses investimentos podem impactar nossos resultados operacionais. A realização desses ganhos e/ou perdas é efetuada no momento em que vendemos esses investimentos ou no momento em que os contabilizamos por seu respectivo valor de mercado, o que pode variar significativamente de um período para outro. Não podemos antever a quantia de reserva de lucros e perdas em um período futuro qualquer, bem como as variações que ocorrem em um período qualquer não podem ser usadas como um parâmetro para outro período qualquer. Perdas e ganhos em uma carteira de investimentos podem causar variação na receita de um período para outro.

Descasamentos entre nossa carteira de empréstimos e nossas fontes de financiamento podem afetar adversamente nossos resultados operacionais e nossa habilidade de aumentar nossa carteira de empréstimos.

Estamos sujeitos a descasamentos em taxas de juros, datas de vencimento e taxas cambiais entre nossos direitos e obrigações. Nossa rentabilidade depende de nossa habilidade para casar nossas fontes de financiamento e os juros que ganhamos sobre nossa carteira de empréstimos. Dependemos de financiamentos provenientes de depósitos de curto prazo e valores mobiliários, alguns dos quais podem possuir data de vencimento anterior à dos empréstimos. Variações nas datas de vencimentos para esses depósitos podem acarretar no aumento dos efeitos de variações de taxas de juros e resultar em risco de liquidez, se formos incapazes de alavancar financiamentos adicionais. Além disso, nós emitimos notas denominadas ou indexadas em dólares norte-americanos e qualquer depreciação do real frente ao dólar norte-americano pode aumentar os custos de financiamentos relacionados a essas notas, se não mantivermos uma operação de cobertura. Qualquer aumento nos custos de financiamento em razão de quaisquer destes riscos pode requerer que aumentemos as taxas de juros de empréstimos a nossos clientes, o que pode impactar adversamente nossa estratégia para atrair novos clientes e aumentar nossa carteira de empréstimos e pode afetar adversamente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

Podemos sofrer perdas significativas em nossas atividades de negociação e investimento devido a flutuações do mercado e volatilidade.

O Banco mantém grandes posições de negociação e investimento em renda fixa, moeda, *commodities* e no mercado de ações. Na medida em que o Banco detém posições em quaisquer desses ativos, em qualquer localidade, uma recessão nesses mercados pode resultar em perdas decorrentes do declínio do valor das posições. Ao mesmo tempo, na medida em que o Banco detém posições vendidas em quaisquer desses mercados, uma recuperação nesses mercados pode expor o Banco a perdas potencialmente ilimitadas enquanto não houver sucesso do Banco em compensar tais posições através da aquisição de

4.1 Descrição dos fatores de risco

ativos de mercados em ascensão, afetando adversamente a condição financeira e operacional do Banco.

Estamos sujeitos a riscos de liquidez que podem afetar nossas operações e seus resultados.

A manutenção de nível de liquidez adequado é fundamental para os negócios do Banco, possibilitando que suas obrigações perante clientes e centrais de liquidação (*clearings*) sejam honradas e evitando que escassez de caixa gere dificuldade em honrar os seus vencimentos a pagar.

Caso, por qualquer motivo, haja um problema de liquidez ou de fluxo de caixa, levando a um descasamento entre ativos e passivos, inclusive considerando-se os diferentes prazos de liquidação de operações de clientes, o Banco poderá não ser capaz de cumprir com suas obrigações financeiras perante clientes e centrais de liquidação (*clearings*).

Estamos sujeitos a diversos riscos operacionais inerentes ao nosso negócio, incluindo aqueles relacionados ao funcionamento dos nossos sistemas operacionais.

Os negócios do Banco são dependentes da sua capacidade de processar e monitorar de forma eficiente e exata, diariamente, um grande número de operações, muitas das quais altamente complexas, em diversos mercados e com diversas moedas. Essas operações, bem como os serviços de tecnologia da informação que o Banco presta aos seus clientes, devem observar com frequência tanto as jurisdições como diretrizes específicas dos clientes, quanto às normas legais, fiscais e regulatórias. A administração de riscos operacional, legal, fiscal e regulatório do Banco exige, dentre outras coisas, políticas e procedimentos para registrar adequadamente e verificar um grande número de operações e eventos, além disso, estas políticas e procedimentos podem não ser totalmente eficazes.

A capacidade do Banco de realizar negócios poderá ser afetada de forma adversa, em função de problemas relacionados à infraestrutura dos seus negócios, às localidades em que está localizada. Isto pode incluir a interrupção de serviços elétricos, de comunicação, internet, transporte, sistemas de segurança e de informática ou outros serviços utilizados pelo Banco ou por terceiros com os quais o Banco realiza negócios. Se qualquer desses serviços de infraestrutura não operarem de maneira adequada ou forem desabilitados, o Banco poderá incorrer em prejuízo financeiro, interrupção dos seus negócios, responsabilidade perante clientes, intervenção regulatória ou danos à sua reputação. Também poderão advir prejuízos em decorrência de pessoal inadequado, processos e sistemas de controle interno equivocados ou falhos, falhas dos sistemas de informação ou de eventos externos que interrompam as operações comerciais normais, tais como atos terroristas, desastres naturais ou sabotagem. Adicionalmente, a estrutura de seus controles e procedimentos de mitigação de risco operacional pode se revelar inadequada ou ser burlada. As despesas relacionadas à prevenção, tratamento ou mitigação dos eventuais problemas referidos acima podem ser significativas.

As consolidações ocorridas no setor, seja entre participantes do mercado ou entre intermediários financeiros, aumentam o risco de falha operacional uma vez que sistemas complexos incompatíveis precisam ser integrados, geralmente de forma acelerada. Ademais, a interconectividade de múltiplas instituições financeiras com agentes, bolsas de valores e câmaras de compensação centrais aumentam o risco de que uma falha operacional em uma instituição possa causar uma falha operacional em todo o setor, o que pode vir a prejudicar o Banco.

Podemos ter dificuldade em recuperar o valor garantido de empréstimos inadimplentes, o que pode nos afetar negativamente.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Quando nossos clientes se tornam inadimplentes em empréstimos, o único recurso, depois de esgotar todas as medidas de cobrança extrajudicial, é executar a referida garantia. Ao lidar com devedores em situação financeira crítica, a recuperação desses empréstimos também pode estar sujeita a processos de insolvência, nos quais a reivindicação do Banco pode ser alocada após os demais credores considerados preferenciais, tais como funcionários e autoridades fiscais. Além disso, uma vez que seja obtida uma sentença judicial, a execução da sentença para obter a garantia para venda envolve frequentemente obstáculos adicionais. Considerando os procedimentos aplicáveis em processos judiciais para cobrança de dívidas e a baixa liquidez em certos mercados, o Banco pode não conseguir executar as garantias, o que pode afetar adversamente sua condição financeira e resultados operacionais.

Mudanças promovidas pelo Banco Central na taxa básica de juros podem nos afetar adversamente.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central ("COPOM") periodicamente estabelece a taxa SELIC (taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro), a qual serve como um importante instrumento para o cumprimento de metas inflacionárias. O COPOM tem frequentemente ajustado a taxa básica de juros em razão do comportamento da inflação, para estimular o crescimento econômico e para atingir os objetivos determinados pela política econômica do Governo Federal. Aumentos na taxa básica de juros podem nos afetar adversamente, por meio da redução da demanda por crédito, do aumento dos custos de captação e aumento do risco de inadimplência dos clientes, dentre outros. Por outro lado, reduções na taxa básica de juros podem nos afetar adversamente, por meio da redução da receita proveniente dos ativos geradores de receita e diminuição das margens, dentre outros.

Exposição a títulos de dívida emitidos pelo Governo Federal pode ter um efeito adverso sobre nossos negócios.

Assim como muitos outros bancos brasileiros, o Banco investe em títulos de dívida emitidos pelo Governo Federal. Qualquer incapacidade do Governo Federal em efetuar pagamentos a tempo sob esses títulos poderá ter um efeito material adverso sobre nossos resultados operacionais e nossa condição financeira. Além disso, uma diminuição significativa no valor de mercado desses títulos poderá ter um efeito material adverso sobre nossa condição financeira, capitalização e resultados operacionais.

Mudanças sobre as regras de imposto para produtos que lastreiam operações agrícolas e imobiliárias podem afetar negativamente nossas operações.

Instrumentos financeiros como as Letras de Crédito Agrícola e Letras de Crédito Imobiliário são amplamente usadas por bancos como *funding* para operações nos setores agrícola e imobiliário, respectivamente, uma vez que estes possuem o benefício fiscal (isenção) para os investidores. Desta forma, estes instrumentos são bastante atrativos para as instituições financeiras, do ponto de vista de custos e prazos de captação, além de pulverizar os depósitos, em sua grande maioria, em pessoas físicas. Se houver a mudança na regra de imposto para estes instrumentos, acabando com a sua atratividade, incorremos o risco de impactos em nossas operações, pois teremos que buscar outras fontes de captação de perfil não tão atrativos. Além disto, os respectivos setores podem ser impactados com uma menor oferta de crédito por parte dos bancos, afetando a cadeia como um todo.

Um ambiente cada vez mais competitivo no setor bancário brasileiro pode afetar negativamente nossos objetivos de negócio.

O setor bancário brasileiro é altamente competitivo, sendo que enfrentamos concorrência de

4.1 Descrição dos fatores de risco

outros bancos brasileiros e internacionais. A indústria bancária brasileira é concentrada, visto que aproximadamente 80% dos ativos estão entre os cinco maiores Bancos. Esta concentração se deu principalmente devido às grandes consolidações entre bancos privados e privatização de bancos estatais, além de liquidação de alguns bancos.

A concorrência se intensificou como resultado das consolidações recentes entre as instituições financeiras no Brasil e de normas que aumentam a capacidade do cliente de transferir negócios de uma instituição financeira para outra. O aumento da concorrência pode afetar adversamente os resultados dos nossos negócios e nossa situação econômica em virtude, dentre outros fatores, da dificuldade em expandir a base de clientes e das nossas operações, resultando na redução da rentabilidade sobre nossas atividades. Poderemos estar sujeitos a novas pressões sobre preços, na medida em que muitos de nossos concorrentes podem buscar obter participação de mercado por meio da redução de preços. Em razão do risco do aumento da concorrência, não se pode garantir que seremos capazes de executar com sucesso nosso objetivo de investimento de criar valor aos titulares de nossas ações.

Se não pudermos acompanhar o rápido desenvolvimento tecnológico para fornecer novos produtos e serviços inovadores, nossas receitas podem ser impactadas.

As mudanças tecnológicas rápidas, significativas e disruptivas continuam a afetar o setor de serviços financeiros. Dispositivos móveis e plataformas digitais são cada vez mais utilizados para transações financeiras. O Banco pode perder clientes se não proporcionar uma experiência satisfatória nesses canais. Diferentes dispositivos móveis e plataformas digitais utilizam uma grande variedade de técnicas e configurações, que aumentam os desafios envolvidos na prestação de serviços financeiros por meio eletrônico. Além disso, várias outras empresas com recursos significativos e uma série de startups inovadoras introduziram produtos e serviços focados em soluções digitais.

Não podemos prever todos os efeitos das mudanças tecnológicas em nossos negócios. Além das nossas próprias iniciativas, dependemos, em parte, em terceiros para o desenvolvimento e acesso a novas tecnologias. Novos serviços e tecnologias aplicáveis ao setor de serviços financeiros podem surgir e tornar obsoletas as tecnologias que o Banco atualmente utiliza em seus produtos e serviços. Desenvolver e incorporar novas tecnologias em seus produtos e serviços podem exigir investimentos substanciais e um tempo considerável e, em última análise, podem não ser bem-sucedidas. Além disso, a nossa capacidade de adotar novos produtos e serviços e desenvolver novas tecnologias pode ser inibida por padrões do setor, mudanças em leis e regulamentações, resistência de clientes, direitos de propriedade intelectual de terceiros ou outros fatores.

O sucesso do Banco dependerá, em parte, da sua capacidade de desenvolver e incorporar novas tecnologias, enfrentar os desafios representados pelo mercado em rápida evolução para serviços financeiros prestados por meio eletrônico e de adaptação a mudanças tecnológicas; se não pudermos fazer de forma oportuna ou rentável, os nossos negócios e resultados operacionais podem ser adversamente afetados.

A relativa volatilidade e a falta de liquidez do mercado brasileiro de valores mobiliários poderão limitar substancialmente a capacidade dos investidores de vender as ações de emissão do Banco Pine.

Um mercado de negociação ativo e líquido para as nossas ações poderá não se desenvolver, limitando a capacidade dos investidores de venderem as ações pelo preço e no momento desejado. Os mercados de valores mobiliários brasileiros são significativamente menos líquidos e mais concentrados e voláteis que outros mercados de valores mobiliários globais, podendo limitar substancialmente a capacidade dos titulares de ações de vender suas ações a preços satisfatórios e no momento desejado, afetando adversamente, dessa forma, o valor

4.1 Descrição dos fatores de risco

de mercado das nossas ações.

O preço de mercado das nossas ações poderá flutuar de modo significativo por diversos motivos, inclusive em resposta aos fatores de risco indicados neste Formulário ou por motivos não relacionados ao nosso desempenho.

g. *à regulação dos setores em que o emissor atue*

Riscos legais e regulatórios são inerentes e substanciais aos nossos negócios.

O setor de serviços financeiros está sujeito a extensa regulamentação, tanto no Brasil como no exterior. Os mercados financeiros e de capitais brasileiros estão sujeitos a um intenso e permanente controle regulatório por parte do governo brasileiro, especialmente do CMN, do BACEN, da CVM e da SUSEP, os quais, em cada caso, afetam diretamente os negócios do Banco e/ou de suas controladas, podendo afetar suas operações e linhas de produtos.

O Banco e suas controladas estão sujeitas a uma extensa regulamentação por parte de organizações governamentais e reguladoras nas jurisdições em que operam, cujas exigências se destinam a assegurar a integridade dos mercados financeiros e proteger os investidores, aumentando os custos de *compliance* dos agentes desses mercados.

Além disso, referida regulamentação está sujeita a constantes mudanças. As normas do governo brasileiro e suas intervenções podem afetar negativamente as operações e rentabilidade do Banco e de suas controladas. Leis e regulamentos existentes podem sofrer alterações, sua aplicação e interpretação também estão sujeitas a mudanças, e novas leis e regulamentos podem ser adotados. O Banco e suas controladas podem ser negativamente afetados por mudanças na regulamentação, inclusive aquelas relacionadas com: (i) exigências mínimas de capital; (ii) exigências para investimentos em capital fixo; (iii) limites e outras restrições de crédito; (iv) exigências contábeis; e (v) intervenção, liquidação e/ou sistemas gerenciais especiais e temporários.

A responsabilização legal ou ações regulatórias contra o Banco pode acarretar danos significativos à sua reputação ou prejudicá-lo de outra forma, o que, por sua vez, pode causar sérios prejuízos às perspectivas comerciais do Banco. O Banco enfrenta riscos legais significativos em seus negócios e o volume e o valor dos danos pleiteados em litígios propostos em face de intermediários financeiros estão crescendo. O Banco também enfrenta a possibilidade das contrapartes em operações comerciais complexas ou de alto risco alegarem que o Banco deixou de lhes comunicar os riscos, ou que não tinham autorização nem permissão para celebrar essas operações com o Banco ou ainda que suas obrigações perante o Banco não são exequíveis.

O Banco pode estar também sujeito a perdas decorrentes de processos judiciais e administrativos, incluindo processos fiscais e perante o BACEN e a CVM, incluindo multas, penalidades e danos reputacionais.

Nossos negócios são altamente dependentes do ambiente regulatório vigente.

O setor de serviços financeiros está sujeito à extensa regulamentação, tanto no Brasil como no exterior e, em diversas jurisdições, ao aumento da supervisão por parte das autoridades e legisladores fiscais. O Governo Federal historicamente tem implementado ou mudado regulamentos que afetam as instituições financeiras, como parte de sua implementação de política econômica. Tais regulamentos são regularmente modificados pelo Governo Federal para controlar a disponibilidade de crédito e para reduzir ou aumentar o consumo e assegurar a integridade do mercado financeiro. As instituições financeiras brasileiras estão sujeitas à extensiva e continuada revisão regulatória pelo Governo Federal, e inclusive correm o risco de intervenção significativa por parte de autoridades regulatórias, inclusive atividade de fiscalização e de auditoria, adoção de novas regulamentações mais onerosas ou restritivas e

4.1 Descrição dos fatores de risco

ainda processos judiciais ou administrativos que podem acarretar sanções substanciais. Ademais, recentes retrações do mercado levaram a diversas propostas de regulamentação adicional do setor de serviços financeiros. Essas regulamentações podem limitar as atividades comerciais do Banco, aumentando os custos para sua observância e, na medida em que a regulamentação controle estritamente as atividades das empresas de serviços financeiros, o Banco terá mais dificuldade para se distinguir de seus concorrentes.

Não temos qualquer controle sobre os regulamentos relativos às nossas operações, incluindo regulamentos que estabelecem:

- requerimentos de capital mínimo;
- procedimentos internos para avaliação da adequação de capital; o requisitos de depósito e/ou reservas compulsórias;
- requisitos de investimentos em ativos de renda fixa;
- limites de empréstimo e outras restrições de crédito, inclusive alocações compulsórias;
- limites e outras restrições em notas de prestação de serviços ou outros temas;
- requisitos quanto à lavagem de dinheiro, manutenção de registros e questões éticas;
- limites ou outras restrições sobre taxas de juros cobradas por instituições financeiras ou do período para capitalização de juros;
- requerimentos contábeis e estatísticos;
- requisitos e restrições para determinadas transações;
- limites de exposição ao risco;
- controles de preço e de salário;
- política e regulamentação fiscal;
- outros requisitos ou limitações impostas, incluindo medidas prudenciais preventivas.

A estrutura regulatória que estabelece as diretrizes das instituições financeiras brasileiras, incluindo bancos, corretoras, empresas de *leasing* e seguradoras, vem evoluindo continuamente. Essas mudanças poderiam materialmente afetar nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

O Banco Central pode alterar o nível de reservas e depósitos compulsórios que os bancos brasileiros devem manter junto ao Banco Central. Os requisitos de reserva e depósito compulsório podem reduzir nossa liquidez e nossa habilidade de fornecer empréstimos e outros investimentos. Atualmente, o Banco Pine não está sujeito a depósito compulsório para depósitos a prazo. O Banco Central pode aumentar, no futuro, os requisitos de reserva ou estabelecer requisitos de nova reserva ou depósito compulsório, e esses desenvolvimentos podem afetar materialmente nossa condição financeira e nossos resultados operacionais.

O Decreto nº 22.626/33, também conhecido como Lei de Usura, proíbe os bancos de estabelecer taxas de juros maiores que 12% ao ano. Adicionalmente, a Lei da Reforma Bancária, Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, ("Lei nº 4.595"), isentou os bancos dessa proibição, cuja exceção foi confirmada em diversas decisões recentes. Quaisquer mudanças na interpretação dessa exceção, aditamentos nas leis aplicáveis ou regulamentos limitando a taxa de juros que podemos aplicar sobre nossos empréstimos, podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

4.1 Descrição dos fatores de risco

Requerimentos de capital mínimo estabelecidos no sistema bancário podem afetar negativamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

A Resolução nº 4.192, de 01 de março de 2013, estabelece metodologia de cálculo da Basileia, que deve ser apurada pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Os principais objetivos são: (i) aperfeiçoar a capacidade das instituições financeiras absorverem choques provenientes do sistema financeiro ou dos demais setores da economia; (ii) reduzir o risco de contágio do setor financeiro sobre o setor real da economia; (iii) auxiliar a manutenção da estabilidade financeira; e (iv) promover o crescimento econômico sustentável.

Adicionalmente, como resultado de quaisquer mudanças adversas futuras no ambiente econômico brasileiro ou da implementação das regras de adequação de capital revisadas, o Banco pode ser incapaz de alcançar os requerimentos de adequação do capital mínimo aplicável. Além disso, o Banco também pode ter de limitar seus empréstimos, venda de ativos ou tomar outras medidas que possam afetar negativamente nossos resultados operacionais e condição financeira.

Estamos sujeitos a riscos associados ao não cumprimento das leis de Proteção de Dados (nacionais e internacionais), podendo ser afetados adversamente pela aplicação de multas e outros tipos de sanções.

A Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018 – “LGPD”) estabeleceu um novo marco legal a ser observado nas operações de tratamento de dados pessoais e prevê, entre outros, os direitos dos titulares de dados pessoais, as bases legais aplicáveis à proteção de dados pessoais, os requisitos para obtenção de consentimento, as obrigações e requisitos relativos a incidentes de segurança e vazamentos e a transferências de dados, bem como a autorização para a criação da Autoridade Nacional de Proteção de Dados.

Se não se cumprir a LGPD, o Banco e suas controladas podem estar sujeitos às sanções, de forma isolada ou cumulativa, de advertência, obrigação de divulgação de incidente, bloqueio temporário e/ou eliminação de dados pessoais e multa calculada sobre o faturamento. Além disso, o Banco pode ser responsabilizado por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pelo próprio Banco e solidariamente responsáveis por danos materiais, morais, individuais ou coletivos causados pelas suas controladas, devido ao não cumprimento das obrigações estabelecidas pela LGPD. Se o Banco não for capaz de usar medidas suficientes para proteger os dados que são administrados e armazenados ou para manter a conformidade com a LGPD, poderá incorrer em custos que possam ter um efeito adverso em sua reputação e em seus resultados operacionais.

O Banco gerencia e mantém informações pessoais confidenciais de clientes no curso normal de seus negócios. Divulgações não autorizadas ou violações de segurança podem sujeitar o Banco a ações judiciais e sanções administrativas, bem como a danos que podem afetar materialmente e adversamente seus resultados operacionais, condição financeira e perspectivas. Além disso, os negócios do Banco estão expostos a riscos de possível descumprimento de políticas, desvios de conduta ou negligência e fraude de funcionários, o que pode resultar em sanções regulatórias e sérios danos à reputação ou danos financeiros. Adicionalmente, o Banco pode ser obrigado a relatar eventos relacionados a problemas de segurança da informação (incluindo quaisquer problemas de segurança cibernética), eventos em que as informações do cliente podem estar comprometidas, acesso não autorizado e outras violações de segurança às autoridades reguladoras relevantes. Qualquer interrupção ou desaceleração significativa aos sistemas do Banco podem causar a perda ou a entrega de informações, incluindo dados relacionados a solicitações de clientes, com atrasos ou erros para clientes, o que poderá reduzir a demanda pelos serviços e produtos e afetar material e adversamente o Banco.

O Banco pode enfrentar vários riscos de segurança cibernética, incluindo, mas não se

4.1 Descrição dos fatores de risco

limitando a: penetração de seus sistemas e plataformas de tecnologia da informação, por terceiros, infiltração de *malware* (como vírus de computador) em seus sistemas, contaminação (intencional ou acidental) de suas redes e sistemas por terceiros com quem troca dados, acesso não autorizado a dados confidenciais de clientes e/ou proprietários por pessoas dentro ou fora de sua organização e ataques cibernéticos que causam degradação de sistemas ou indisponibilidade de serviço que podem resultar em perdas de negócios.

O Banco pode não ser capaz de proteger com sucesso seus sistemas e plataformas de tecnologia da informação contra estas ameaças. Os ataques cibernéticos podem dar origem à perda de quantidades significativas de dados de clientes e outras informações sensíveis, bem como níveis significativos de ativos líquidos. Além disso, os ataques cibernéticos podem dar origem à inutilização dos sistemas de tecnologia da informação usados para atender clientes. Como as tentativas de ataques continuam a evoluir em escopo e sofisticação, o Banco pode incorrer em custos significativos em sua tentativa de modificar ou aprimorar suas medidas de proteção contra estes ataques, ou investigar ou corrigir qualquer vulnerabilidade ou violação resultante ou em comunicar ataques cibernéticos aos seus clientes.

Adicionalmente, de acordo com Resolução CMN no 4.658, de 26 de abril de 2018, instituições financeiras devem observar novos requisitos de segurança cibernética e para a contratação de serviços de processamento e armazenamento de dados e de computação em nuvem. O não cumprimento de tais obrigações regulatórias podem causar efeitos adversos ao Banco.

h. *aos países estrangeiros onde o emissor atue*

O Banco está exposto a certos riscos que podem afetar o mercado das Ilhas Cayman.

Ao final de 2024, o Banco Pine atuava no exterior por meio de sua agência em Cayman. Mudanças que afetem economicamente essa localidade podem afetar adversamente nossos negócios, resultados operacionais e condição financeira.

i. *a questões socioambientais*

O Banco Pine entende que o seu desempenho socioambiental está diretamente ligado ao seu negócio de concessão de crédito corporativo. Portanto, o crédito responsável é considerado um item indispensável na Gestão de Riscos do Banco, pois eventuais falhas nesta parte da análise poderiam trazer danos à Companhia e seus *stakeholders*.

Com isso, a gestão de riscos atrelados ao tema Socioambiental está relacionada à gestão de riscos já existentes e que podem impactar o Banco Pine de diversas formas, como por exemplo:

- Crédito: Possibilidade de perdas financeiras decorrentes de eventos socioambientais que causem danos aos clientes (multas, taxas de regularização), o que compromete sua capacidade de pagamento.
- Legal: Existência de arcabouço legal capaz de responsabilizar o Banco Pine em financiar (direta ou indiretamente) clientes e projetos que incorram em descumprimentos da legislação socioambiental vigentes.
- Reputacional: Possibilidade da imagem do Banco Pine ficar atrelada às irregularidades socioambientais.

Nesse cenário, o Banco possui uma atuação 100% responsável ao trabalhar com linhas de crédito aprovadas por organismos multilaterais que impõem uma série de compromissos socioambientais em suas operações. Alinhado a esses organismos e seus princípios, o Banco conta com uma política socioambiental e climática que determina os aspectos a serem observados na gestão da operação do Banco Pine e no relacionamento com sua cadeia de valor.

4.1 Descrição dos fatores de risco

No processo de avaliação e da oferta de crédito levamos em consideração a análise de riscos socioambientais do cliente, ou seja, o cliente poderá ter um impacto negativo no seu Rating de crédito pré-definido pela área de Análise de Crédito se for encontrado em suas pesquisas algo desabonador referente ao tema socioambiental, conforme metodologia interna.

Além disso, neste processo considera-se uma lista restritiva que identifica práticas em projetos ou organizações para os quais o Banco tem restrições na concessão de crédito ou financiamento. Essa lista leva em consideração projetos e empresas que estejam envolvidas com práticas trabalhistas ilegais, que firam os Direitos Humanos ou, ainda, que produzam, comercializem ou utilizem produtos, substâncias ou atividades consideradas nocivas à sociedade e ao meio ambiente.

j. *Questões macroeconômicas*

O Governo Federal exerce influência significativa sobre a economia brasileira. Esta influência, bem como as condições políticas e econômicas brasileiras, pode nos afetar adversamente.

O Governo Federal pode exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Assim, dado um possível cenário de crise econômica, o governo pode realizar alguma intervenção direta ou indireta na economia de modo a atingir determinados objetivos macroeconômicos, como controle da inflação, aumento da taxa de crescimento do PIB, controle da taxa de câmbio, controle da base monetária, entre outras. Esta atuação do governo, bem como seu impacto na economia brasileira, pode causar efeito adverso relevante nas atividades, nos resultados operacionais e no preço das ações de emissão do Banco.

As políticas econômicas do Governo Federal podem ter efeitos importantes sobre as empresas brasileiras, sobre as condições de mercado e sobre os preços dos valores mobiliários dessas empresas, incluindo o Banco.

A condição financeira e os resultados operacionais do Banco podem ser afetados negativamente por vários fatores e pela resposta do governo brasileiro a esses fatores, dentre os quais:

- taxas de câmbio e controles sobre o câmbio e restrições sobre remessas ao exterior;
- inflação;
- financiamento do déficit em conta corrente do governo;
- dívida pública interna e de desequilíbrio fiscal;
- instabilidade de preços e custos;
- taxas de juros;
- instabilidade social e política;
- redução de salários e níveis de renda;
- expansão ou contração da economia global ou brasileira;
- liquidez dos mercados de capitais e de dívida;
- política fiscal;
- política monetária;
- controles sobre a importação e exportação;
- política regulatória para a indústria de petróleo e gás, distribuição de derivados, incluindo a política de preços;
- política energética;

4.1 Descrição dos fatores de risco

- alterações na legislação tributária;
- alterações nas normas trabalhistas;
- provimento de serviços de utilidade pública tais como energia;
- alegações de corrupção contra partidos políticos, autoridades eleitas ou outros agentes públicos; e
- outros acontecimentos políticos, diplomáticos, sociais e econômicos que possam afetar o Brasil.

Os fatores descritos acima, bem como as incertezas sobre as políticas ou regulamentações que podem ser adotadas pelo governo brasileiro em relação a esses fatores, em conjunto com o atual cenário político do país, podem afetar a confiança dos investidores e do público em geral, resultando na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos títulos emitidos por companhias brasileiras, causando um efeito material adverso sobre os resultados operacionais e financeiros do Banco.

A instabilidade do cenário político do país pode vir a nos afetar adversamente, impactando negativamente nossos resultados operacionais e a nossa situação financeira.

O desempenho da economia brasileira é historicamente influenciado pelo ambiente político do país. Crises políticas podem afetar a confiança dos investidores e do público em geral no mercado brasileiro, influenciando de forma relevante na desaceleração da economia e no aumento da volatilidade dos valores mobiliários emitidos por companhias e instituições financeiras brasileiras.

Além disso, as divisões políticas ressaltadas no Brasil em razão das eleições poderão resultar em impasses no Congresso e dificuldade de implementação dos planos de governo, agitação política e manifestações massivas e/ou greves que podem afetar adversamente as operações do Banco. Adicionalmente, incertezas em relação à implementação, pelo novo governo, de mudanças relativas às políticas monetária, fiscal e previdenciária, podem contribuir para a instabilidade econômica do país e aumentar a volatilidade do mercado de capitais brasileiros.

Desta forma, a instabilidade do cenário político do país poderá afetar adversamente e a economia brasileira e, conseqüentemente, o Banco, impactando negativamente os seus resultados operacionais e a sua situação financeira, bem como a cotação de suas ações.

Acontecimentos e mudanças na percepção de riscos em outros países, podem prejudicar o preço de mercado dos valores mobiliários em todo mundo, inclusive o preço de mercado dos nossos valores mobiliários.

O valor de mercado de valores mobiliários de emissão de companhias brasileiras é influenciado, em diferentes graus, pelas condições econômicas das economias de outros países. A reação dos investidores aos acontecimentos nesses outros países pode causar um efeito adverso sobre o valor de mercado de valores mobiliários das companhias brasileiras. O Banco não pode assegurar que o mercado de capitais brasileiro estará aberto às companhias brasileiras, uma vez que uma crise financeira pode causar um aumento do custo de financiamento, a tal ponto que se torne impeditivo para as companhias brasileiras. Adicionalmente, crises em outros países de economia emergente ou políticas econômicas diferenciadas podem reduzir o interesse dos investidores nos valores mobiliários das companhias brasileiras, incluindo os valores mobiliários de emissão do Banco, o que poderá prejudicar o preço de mercado das ações de emissão do Banco.

Adicionalmente, condições econômicas e crises financeiras, principalmente nos Estados Unidos, na Europa e na China, podem afetar a economia mundial, gerando diversos reflexos

4.1 Descrição dos fatores de risco

que, direta ou indiretamente, afetam o mercado acionário e a economia do Brasil, tais como oscilações nas cotações de valores mobiliários de companhias abertas, falta de disponibilidade de crédito, desaceleração generalizada da economia mundial, instabilidade cambial e pressão inflacionária, dentre outros, que podem, direta ou indiretamente, ter um efeito adverso sobre o Banco. Os preços das ações na B3, por exemplo, são altamente afetados pelas flutuações nas taxas de juros dos Estados Unidos e pelo comportamento das principais bolsas norte-americanas. Qualquer aumento nas taxas de juros em outros países, especialmente os Estados Unidos, poderá reduzir a liquidez global e o interesse do investidor em realizar investimentos no mercado de capitais brasileiro.

Qualquer outro rebaixamento na classificação de crédito do Brasil pode afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de nossa emissão.

Os ratings de crédito efetuados por agência de classificação de risco afetam a percepção de risco dos investimentos e, como resultado, os rendimentos necessários nas futuras emissões de dívida no mercado de capitais. Agências de classificação avaliam regularmente o Brasil e seus *ratings* soberanos, tendo como base diversos fatores, incluindo tendências macroeconômicas, condições orçamentárias, métricas de endividamento e a perspectiva de mudanças em quaisquer desses fatores.

Um prolongamento dos resultados ruins da economia brasileira pode levar a novos rebaixamentos de *ratings*. Qualquer rebaixamento de *ratings* de crédito soberano brasileiro pode aumentar a percepção de risco dos investimentos no Brasil e, como resultado, aumentar o custo de futuras emissões de dívida e afetar adversamente o preço de negociação dos valores mobiliários de emissão do Banco.

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

4.2 Indicação dos 5 (cinco) principais fatores de risco

Os cinco principais fatores de risco do Banco Pine não inteiramente mitigados são:

Risco de Crédito

A carteira de crédito do banco é concedida e monitorada de acordo com as melhores práticas de mercado, com constante revisão de modelos e atenção diária a KPIs e índices do portfólio e safras de concessão.

Naturalmente, como toda carteira de crédito, há um risco de inadimplência intrínseco a toda operação de crédito, que é medida e mitigada pelo provisionamento que tem correlação com o risco auferido constantemente.

Risco de Mercado

É o risco de variação resultado da instituição por oscilações de mercado em índices, curvas ou cotações de mercado com livre negociação.

Para monitoramento e controle, a área de gestão de riscos implementa o monitora uma série de indicadores que tenta prever cenários de stress para estimar qual o potencial risco e impacto nas estratégias da instituição.

Risco de Liquidez

Compreende o risco de descasamento entre ativos e passivos da instituição, gerando um descasamento de fluxo de caixa da instituição.

A área de gestão de risco controla essa exposição com diferentes cenários de stress e previsão a médio e longo prazo do caixa da instituição através dessas premissas, que servem para ajustar estratégias de desembolso ou de captações através de comitês competentes.

Risco de Capital

O risco de, por conta de movimentações de ativos ou capital regulatório (patrimônio ou captações semelhantes a capital), tem um nível de capital aquém dos padrões mínimos requeridos pelo órgão regulador (BCB).

O banco faz um acompanhamento mensal e também produz cenários de estimativa para definir ações e impor limites de carteira para se adequar aos limites com razoável previsibilidade.

Risco Econômico

Esse risco pode e costuma impactar todos os outros citados acima. Por exemplo, um cenário econômico adverso pode impactar num maior risco de crédito por cenários macroeconomicos que impactam todo o setor e inclusive a carteira de crédito do Pine.

4.3 Descrição dos principais riscos de mercado

4.3 - Descrição dos principais riscos de mercado

O risco de mercado é definido como a potencial ocorrência de perdas financeiras resultantes das variações dos fatores de risco de mercado das carteiras de negociação e bancária e investimentos *offshore*. Os principais fatores de riscos são exposições cambiais, taxa de juros, índices de inflação, preços de ações e de *commodities*, volatilidades, correlações etc.

O Banco Pine está em conformidade com os requerimentos exigidos pela Resolução nº 4.557/17 do Conselho Monetário Nacional e demais regulamentações vigentes. O posicionamento do Banco, decorrentes da atividade bancária, nos fatores mencionados acima é amplamente debatido nos fóruns e comitês institucionais, dentro dos limites determinados pela RAS e acompanhados diariamente pela área de Risco de Mercado.

Para a avaliação dos riscos de mercado são utilizadas diferentes metodologias conforme descritas a seguir:

- *Value At Risk* – VaR (Valor em Risco): o VaR mede a perda potencial máxima através de um horizonte dado sob condições normais de mercado a um dado nível de confiança. O modelo utilizado é o paramétrico, com o algoritmo EWMA para o cálculo da volatilidade dos ativos ($\lambda=0,94$), nível de confiança de 99% e horizonte de tempo de 1 dia.
- Análises de Sensibilidade: DV01: a análise mede a variação do valor de mercado da carteira a uma variação de 1 ponto-base (DV01) nas curvas de juros que compõem as carteiras do Banco.
- Gregas: métrica que estima o impacto na carteira das derivadas parciais da carteira de opções em relação aos preços dos ativos-objetos, às volatilidades implícitas, às taxas de juros e ao tempo.
- Delta equivalente: para as operações indexadas aos ativos do tipo moedas estrangeiras, commodities, indicadores econômicos, ações e índices de bolsa, o delta equivalente representa a exposição equivalente nos ativos relacionados.
- Análise de Estresse: simulações para avaliação do comportamento dos ativos, passivos e derivativos da carteira quando diversos fatores de risco são levados a situações extremas de mercado, sendo considerados os cenários divulgados pela B3 para os principais fatores de risco.
- *Stop Loss*: métrica que tem por objetivo o monitoramento e reporte das posições, quanto às perdas acumuladas em um dado período, sendo calculada através da soma do resultado dos últimos 21 dias úteis.

A divulgação das informações referentes a gestão de riscos, a apuração dos montantes ponderados pelo risco (RWA) e demais informações relevantes de riscos são realizadas trimestralmente no Relatório de Gerenciamento de Risco e Capital.

4.4 Processos não sigilosos relevantes

4.4 Processos não sigilosos relevantes

Descrever os processos judiciais, administrativos ou arbitrais em que o emissor ou suas controladas sejam parte, discriminando entre trabalhistas, tributários, cíveis, ambientais e outros: (i) que não estejam sob sigilo, e (ii) que sejam relevantes para os negócios do emissor ou de suas controladas, indicando:

O Banco possui processos judiciais e administrativos, incluindo processos cíveis, trabalhistas e tributários decorrentes do curso ordinário de seus negócios. A administração do Banco acredita que as contingências decorrentes desses processos não irão afetar adversamente sua condição financeira ou seus resultados operacionais, tendo em vista o valor já provisionado para os referidos processos. A administração do Banco acompanha todos os regulamentos aplicáveis do Banco Central e da CVM e mantém um relacionamento próximo e perene com as os órgãos reguladores.

Em alguns casos, o Banco fez provisões para cobrir perdas antecipadas relacionadas a esses processos baseado na opinião de nossos assessores jurídicos externos. A Administração do Banco considera adequada suas reservas para contingências para cobrir quaisquer perdas razoavelmente prováveis resultantes destas contingências.

Abaixo estão os saldos patrimoniais das provisões para processos judiciais e administrativos e obrigações legais por natureza:

	31/12/2024		31/12/2023	
	Provisão	Depósitos judiciais	Provisão	Depósitos judiciais
Contingências Fiscais	578	61.431	709	58.743
Contingências Trabalhistas	10.389	11.660	8.593	5.448
Contingências Cíveis ⁽¹⁾	1.435	3.805	4.026	35.424
Total	12.402	76.896	13.328	99.615

(1) Em 31 de dezembro de 2023, refere-se à depósito judicial para a garantia de ação de execução, movida para a cobrança de dívida. Atualmente, os valores estão em processo de levantamento pela parte contrária no processo, pois o Superior Tribunal de Justiça já julgou definitivamente a defesa apresentada no processo.

Abaixo, processos considerados relevantes para o Banco:

O Banco Pine e a Pine Investimentos obtiveram decisões favoráveis, transitadas em julgado, em relação às ações judiciais que questionavam o alargamento das bases de cálculo das contribuições devidas ao PIS e COFINS nos termos do disposto no artigo 3o., §1o. da Lei nº 9.718/98, sendo que as provisões anteriormente constituídas em relação a essas ações, classificadas como Obrigações Legais, foram revertidas em exercícios anteriores. A decisão favorável, entretanto, não foi acatada pela União, a qual inscreveu em dívida ativa ambas as empresas e ajuizou execuções fiscais em face destas. O valor atualizado desta inscrição representa o montante de R\$ 513.466.402,97 em relação ao Banco Pine, e R\$ 5.710.155,06 em relação à Pine DTVM, os quais encontram-se atualmente garantidos através de seguros garantias identificados pelas Apólices nº 1007500031592, Endosso 0000002 e nº 1007507053771 - Endosso 0000000, no valor total de R\$ 512.723.259,43 (Banco Pine), bem como através de Bloqueio judicial no valor de R\$ 2.368.124,25 e Seguro Garantia identificado pela Apólice n.º 014142023000107750191608, Endosso 00001, no valor de R\$ 4.072.039,21 (Pine DTVM). Os Embargos à Execução Fiscal opostos pelo Banco Pine e pela Pine DTVM encontram-se em trâmite perante a Justiça Federal da 3ª Região.

Desde então, o Banco Pine iniciou os procedimentos necessários para viabilizar o levantamento dos depósitos judiciais vinculados a essas ações. Em relação ao PIS, em 31 de dezembro de 2024, esses depósitos representavam R\$ 59.092 mil no Consolidado. O processo abaixo encontra-se suspenso em virtude de sua vinculação com a Repercussão Geral do Supremo Tribunal Federal representada pelo tema 372.

Inserimos os dados do processo abaixo já transitado em julgado, mas que consta de nossas demonstrações financeiras pela relevância.

Processo nº 0010633-11.2005.4.03.6100 - PIS Dezembro/2024	
a. juízo	17ª Vara Federal de São Paulo

4.4 Processos não sigilosos relevantes

b. instância	2ª instância
c. data de instauração	08/06/2005
d. partes no processo	Banco Pine S/A e Delegado da Receita Federal Especializado em Instituições Financeiras em São Paulo
e. valores, bens ou direitos envolvidos	Depósitos judiciais no valor de R\$ 56.368 mil
f. principais fatos	Vide descrição constante deste item 4.4
g. resumo das decisões de mérito proferidas	Vide descrição constante deste item 4.4
h. estágio do processo	Vide descrição constante deste item 4.4
i. se a chance de perda é: Provável, possível ou remota	Remota
j. motivo pelo qual o processo é considerado relevante	Vide descrição constante deste item 4.4
k. análise do impacto em caso de perda do processo	Remota

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

4.5 Valor total provisionado dos processos não sigilosos relevantes

Não há valor provisionado, somente valores depositados, conforme mencionado acima.

4.6 Processos sigilosos relevantes

4.6 Processos sigilosos relevantes

O Banco e suas controladas não possuem processos sigilosos relevantes em que o Banco ou suas controladas sejam parte e que não tenham sido divulgados acima.

4.7 Outras contingências relevantes

4.7 Outras contingências relevantes

O Banco e suas controladas não possuem outras contingências relevantes além das mencionadas nos itens anteriores.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

5.1 *Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado*

a. política formalizada de gerenciamento de riscos

Em 2025, o conselho de administração do Banco aprovou a revisão e atualização da política de Gestão de Riscos.

b. objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos

O Banco tem como forte diferencial a postura conservadora na gestão dos riscos inerentes às suas atividades, onde possui a sua estrutura integrada de gerenciamento de riscos e capital, sendo sustentada por comitês que apoiam as decisões da Alta Administração.

As práticas de controle de risco estão em constante aprimoramento, buscando identificar e limitar perdas financeiras de forma a assegurar que os objetivos do Banco sejam cumpridos, que as metas de lucratividade sejam alcançadas, sempre mantendo altos padrões de credibilidade e segurança na governança corporativa.

Os níveis aceitáveis de apetite a riscos atende os objetivos da administração alinhados com requerimentos regulatórios e compreende os níveis de tolerância definidos nos indicadores de limites e alertas. A estrutura de gerenciamento de riscos é definida pelo Conselho de Administração, onde as funções são subsidiadas pelo Comitê de Gestão de Riscos e Capital nas atribuições de aprovação dos fatores, indicadores e montantes de limites e alertas.

A estrutura de Gestão de Riscos do Banco contemplou os grupos de riscos tratados no contexto de riscos financeiros, riscos operacionais e riscos estratégicos, isolados e/ou conjuntamente, conforme segue:

Risco de Crédito:

O Banco estruturou as atividades de gerenciamento do Risco de Crédito para permitir a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a cada instituição individualmente e ao Banco.

O Banco assume a definição do Risco de Crédito proposta pelo BACEN, onde é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas associadas a:

- Não cumprimento pela contraparte de suas obrigações nos termos pactuados;
- Desvalorização, redução de remunerações e ganhos esperados em instrumento financeiro decorrentes da deterioração da qualidade creditícia da contraparte, do interveniente ou do instrumento mitigador;
- Reestruturação de instrumentos financeiros; ou
- Custos de recuperação de exposições caracterizadas como ativos problemáticos.

Risco de Mercado

A gestão de Risco de Mercado é efetuada de forma permanente, bem como em

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

consonância com os princípios dos acordos de Basileia.

Destacam-se a estrutura organizacional, os sistemas envolvidos no monitoramento dos Riscos de Mercado, as metodologias e os relatórios de acompanhamento das posições do Banco.

O Banco assume a definição do Risco de Mercado proposta pelo BACEN, onde define-se como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela instituição, incluindo

- O risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação e
- O risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária”.

IRRBB - Risco de Taxa de Juros na Carteira Bancária

O Banco estruturou as atividades de gerenciamento do IRRBB – *Interest Rate Risk in Banking Book* – para permitir a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a cada instituição individualmente e ao Banco.

O Banco assume a definição do IRRBB proposta pelo BACEN, onde é definido como o risco, atual ou prospectivo, do impacto de movimentos adversos das taxas de juros no capital e nos resultados da instituição financeira, para os instrumentos classificados na carteira bancária.

Risco de Liquidez

O Banco adota uma política conservadora de gestão da liquidez, de forma a mitigar os riscos resultantes de perda súbita de liquidez, focando o casamento de prazos dos ativos e passivos, uma política de caixa mínimo, um plano de contingência e o controle efetivo da alavancagem.

O Banco assume a definição do Risco de Liquidez proposta pelo BACEN, onde é definido como:

- A possibilidade de a instituição não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas;
- A possibilidade de a instituição não conseguir negociar a preço de mercado uma posição, devido ao seu tamanho elevado em relação ao volume normalmente transacionado ou em razão de alguma descontinuidade no mercado.

Risco Operacional

O Banco estruturou as atividades de Gerenciamento de Risco Operacional e metodologia aplicada, de maneira que ocorra o mapeamento de processos, a identificação e classificação de riscos, a avaliação de controles, a mensuração das perdas, o reporte aos

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

gestores, diretoria e Comitês e a adoção de medidas que mantenham um ambiente de controles internos fortalecido.

O Banco assume a definição do Risco Operacional proposta pelo BACEN, onde é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Esta definição inclui o risco legal associado à inadequação ou deficiência em contratos firmados pela instituição, bem como a sanções em razão de descumprimento de dispositivos legais e a indenizações por danos a terceiros decorrentes das atividades desenvolvidas pela instituição.

Risco Socioambiental e Climático

O Banco estruturou as atividades de gerenciamento do Risco Socioambiental e Climático para permitir a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a cada instituição individualmente e ao Banco.

O Banco assume a definição do Risco Socioambiental e Climático proposta pelo BACEN, onde é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas das instituições decorrentes de danos socioambientais.

Risco de Conformidade

O Banco estruturou as atividades de gerenciamento do Risco de Conformidade (ou regulatório) permitindo identificar a aderência regulatória de suas políticas, procedimentos e produtos em consonância com as diretrizes dos órgãos reguladores.

O Banco considera que o Risco de Conformidade (ou regulatório) compreende a possibilidade da instituição sofrer sanções legais ou regulatórias, perdas financeiras, danos de reputação e outros danos, decorrentes de descumprimento ou falhas na observância de Leis, Regulamentações, Recomendações dos órgãos de supervisão e códigos regulatórios aplicáveis.

Risco Reputacional (ou imagem)

O Banco estruturou as atividades de gerenciamento do Risco Reputacional (ou imagem) permitindo identificar a percepção desfavorável da imagem do banco por seus clientes, contrapartes, acionistas ou órgãos reguladores.

O Banco considera que em razão desta percepção, o Risco Reputacional considera a capacidade do banco em estabelecer novas relações ou atender às relações existentes sejam afetadas, expondo o banco a possíveis perdas financeiras ou a um declínio em sua base de clientes.

Demais Riscos Relevantes

O Banco estruturou as atividades de gerenciamento dos demais riscos relevantes

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

para permitir a identificação, a mensuração, o controle e a mitigação dos riscos associados a cada instituição individualmente e ao Banco.

O Banco assume a definição proposta pelo BACEN no tocante aos demais riscos relevantes, que segundo os critérios definidos pela instituição, devem incluir aqueles riscos não cobertos na apuração do montante dos ativos ponderados pelo risco (RWA).

Gestão de Capital

O Banco assume a definição do gerenciamento de proposta pelo BACEN como o processo contínuo de:

- Monitoramento e controle do capital mantido pela instituição;
- Avaliação da necessidade de capital para fazer face aos riscos a que a instituição está exposta; e
- Planejamento de metas e de necessidade de capital, considerando os objetivos estratégicos da instituição.

O Banco possui uma estrutura de gerenciamento de capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, que objetiva o monitoramento do capital econômico existente e a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto. O processo de gerenciamento de capital está alinhado às melhores práticas de mercado e abrange todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes às operações do Banco.

Estrutura de Gerenciamento de Riscos do Banco Pine

A gestão de riscos e capital é um dos pilares da administração bancária. Neste contexto, e dentro dos princípios da governança corporativa, o Banco dispõe de uma estrutura de gerenciamento de riscos e capital compatível com sua estratégia de crescimento e com a complexidade de suas operações, onde objetiva a identificação, mensuração, avaliação, monitoramento, reporte, controle e mitigação das modalidades de riscos plenamente alinhados com o monitoramento e planejamento do capital existente, bem como a avaliação das necessidades de capital para fazer frente aos riscos aos quais está exposto.

Na estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital implantada no Banco, no primeiro nível da Administração encontram-se o Conselho de Administração (CA) e o Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC). O CA é a entidade principal que tem como objetivos estabelecer as diretrizes, políticas e o apetite ao risco, dentre outras atribuições, para a gestão de riscos e capital. O CGRC tem por principais atribuições assessorar e subsidiar o CA no desempenho de suas atribuições relacionadas à gestão conjunta de riscos e de capital.

Por sua vez, além do CGRC como sendo o comitê de alto nível na perspectiva da gestão integrada na estrutura implantada no Banco, existe um conjunto de Comitês de Gestão deliberativos para tratar de temas específicos e alinhados com a gestão de riscos e capital, onde estão descritos a seguir.

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

Alinhado com a Alta Administração e de forma integrada, encontram-se os níveis executivos, desde a Presidência- Executiva, a Diretoria Executiva, Diretoria de Riscos, Compliance & PLD e SI, até os gestores das áreas de suporte. Estes executivos têm a responsabilidade, de forma conjunta e integrada, pelo comando do gerenciamento de riscos e capital no Banco, no tocante às suas funções executivas de planejamento, monitoramento e controle, sendo suportadas com equipes especializadas de forma que os riscos e o capital sejam administrados de acordo com as políticas e procedimentos estabelecidos, bem como a geração de informações a partir de relatórios gerenciais para toda hierarquia. Na estrutura do Banco, o titular da Diretoria de Riscos, Compliance & PLD e SI exerce função de *Chief Risk Officer* (CRO) e de Diretor de Gerenciamento de Capital (DGC).

Ainda na respectiva estrutura de gerenciamento de riscos e capital, no nível das áreas de suporte, o Banco dispõe-se da Área de Gestão de Riscos e Capital Regulatório, onde tem o seu escopo orientado na gestão das modalidades de riscos e na apuração do capital regulatório, e da Diretoria de Controladoria e Planejamento, onde está responsável pelo gerenciamento e planejamento de capital, além de outras atribuições. As áreas de Gerências de Riscos têm como atribuição identificar, mensurar, controlar, avaliar e administrar os riscos, assegurando a consistência entre os riscos assumidos e o nível aceitável do risco definido pelo Banco.

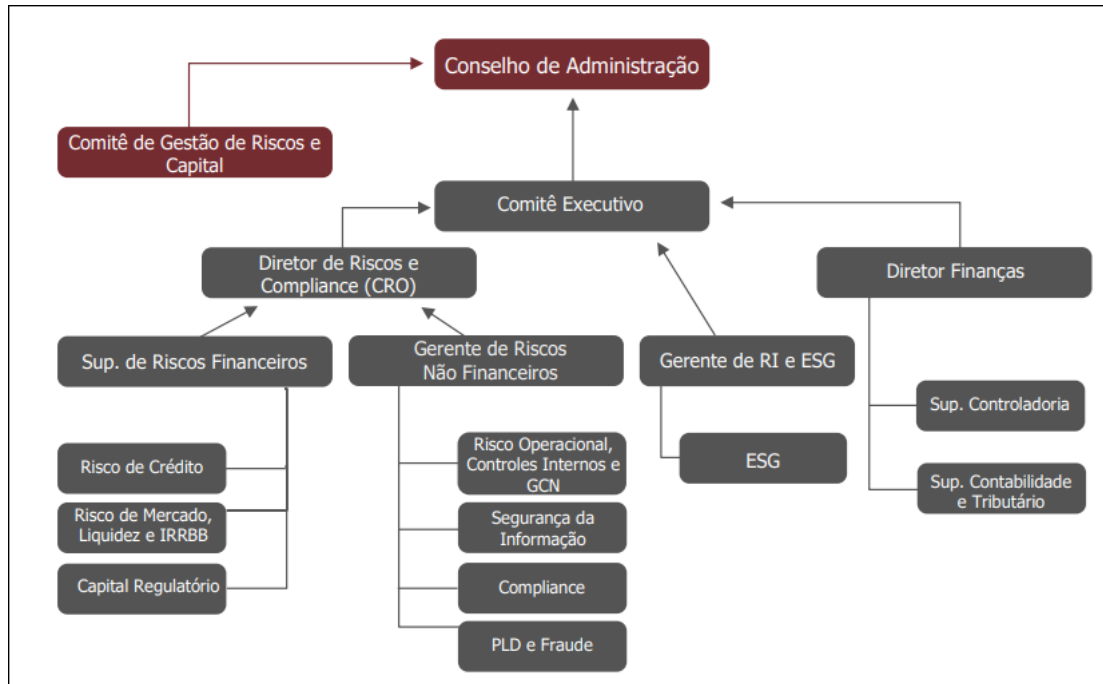
Desta forma, no escopo da Governança Corporativa, o gerenciamento de riscos e capital no BAanco é realizado por meio do monitoramento, análises, debates, sugestões e, por fim, de decisões colegiadas, desde a Alta Administração até os Comitês de Gestão específicos, contando com a participação dos gestores das áreas de negócios e de suporte.

Em conformidade com artigo 2º da Resolução 4.557/17 do CMN, as estruturas de gerenciamento contínuo e integrado de Riscos e de Capital no Banco têm como escopo ser:

- i. compatíveis com o modelo de negócio, com a natureza das operações e com a complexidade dos produtos, dos serviços, das atividades e dos processos da instituição;
- ii. proporcionais à dimensão e à relevância da exposição aos riscos, segundo critérios definidos pela instituição;
- iii. adequadas ao perfil de riscos e à importância sistêmica da instituição; e
- iv. capazes de avaliar os riscos decorrentes das condições macroeconômicas e dos mercados em que a instituição atua.

Assim sendo, a estrutura de gerenciamento integrado de riscos e capital no Banco está demonstrada na figura abaixo:

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado



O Banco compreende que a sua estrutura apresentada atende os requisitos de:

- Integração, onde permeia a totalidade da instituição, desde a Alta Administração até às áreas de suporte e de negócios, bem como a existência de comitês deliberativos;
- Abrangência, onde permite a Alta Administração obter a visão global das exposições do Banco aos riscos frente às necessidades de capital; e
- Otimização, de forma a permitir uma total agilização nas decisões corporativas no gerenciamento de riscos e capital no Banco.

Comitês

Os Comitês de Gestão deliberativos vigentes e relacionados com a estrutura de gerenciamento de riscos e capital no Banco estão relacionados abaixo:

- Comitê de Gestão de Riscos e Capital;
- Comitê de Portfólio;
- Comitê de Tesouraria;
- Comitê de Ativos e Passivos (ALCO);
- Comitê de Risco Operacional, Controles Internos e GCN;

Adicionalmente aos Comitês, considera-se ainda na estrutura:

- Comissão de Finanças

Benefícios da Estrutura de Gerenciamento de Riscos e Capital

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

O processo de Gerenciamento de Riscos e Capital está alinhado as melhores práticas de mercado e abrangem todas as áreas envolvidas com a identificação e avaliação dos riscos relevantes as operações do Banco.

Responsabilidade e Atribuições

O processo integrado da gerência de riscos do Banco conta com a participação dos níveis hierárquicos desde a administração até as áreas administrativas, considerando as atribuições e responsabilidades descritas abaixo, bem como o atendimento das disposições na Resolução nº 4.557/17.

Conselho da Administração, contando com auxílio do Comitê de Gestão de Riscos e Capital é responsável por:

- i. Fixar os níveis de apetite por riscos da instituição na RAS;
- ii. Aprovar e revisar, com periodicidade mínima anual, as políticas e estratégias, os testes de estresse, os planos de contingência e plano de capital;
- iii. Assegurar a aderência da instituição às políticas, às estratégias e aos limites de gerenciamento de riscos;
- iv. Assegurar a correção tempestiva das deficiências da estrutura de gerenciamento de riscos e de capital;
- v. Aprovar alterações significativas nas políticas, nas estratégias, nos sistemas, rotinas e procedimentos;
- vi. Autorizar, quando necessário, exceções às políticas, aos procedimentos, aos limites e aos níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- vii. Promover a disseminação da cultura de gerenciamento de riscos na instituição;
- viii. Assegurar recursos adequados e suficientes para o exercício das atividades de gerenciamento de riscos e capital, de forma independente, objetiva e efetiva;
- ix. Estabelecer a organização e as atribuições do comitê de riscos, observado o disposto na Resolução 4.557/17 do CMN;
- x. Garantir que a estrutura remuneratória não incentive comportamentos incompatíveis com os níveis de apetite por riscos fixados na RAS;
- xi. Assegurar que a instituição mantenha níveis adequados e suficientes de capital e de liquidez.

O Diretor de Gerenciamento de Riscos (CRO-Chief Risk Officer) é responsável por:

- i. supervisionar o desenvolvimento, a implementação e o desempenho da estrutura de gerenciamento de riscos, incluindo seu aperfeiçoamento;
- ii. adequar-se à declaração de apetite a riscos (RAS) e aos objetivos estratégicos da instituição, das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos no gerenciamento de riscos;
- iii. ser responsável pela adequada capacitação dos integrantes das áreas de gestão de

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

riscos, acerca das políticas, dos processos, dos relatórios, dos sistemas e dos modelos da estrutura de gerenciamento de riscos, mesmo que desenvolvidos por terceiros;

- iv. subsidiar e participar do processo de tomada de decisões estratégicas relacionadas ao gerenciamento de riscos e de capital, auxiliando o Conselho de Administração.

O Diretor de Gerenciamento de Capital (DGC) é responsável por:

- i. elaborar as políticas, estratégias e controles para o gerenciamento de capital;
- ii. estruturar sistemas, rotinas e procedimentos para o gerenciamento de capital;
- iii. avaliar os impactos no capital dos resultados do programa de testes de estresse;
- iv. elaborar o plano de capital e plano de contingência de capital;
- v. avaliar a adequação do capital, considerando os níveis do PR, do Nível I e do Capital Principal aos riscos incorridos.

Comitês

Os comitês deliberativos vigentes e relacionados com a estrutura de gerenciamento de riscos e capital no Banco, e demonstrados na figura da estrutura apresentada na seção inicial, estão descritos abaixo:

Comitê de Gestão de Riscos e Capital

O Comitê de Gestão de Riscos e Capital realiza reuniões com periodicidade trimestral e tem a missão de ser a consolidação e compilação dos outros comitês deliberativos. O CGRC tem por objetivo apoiar o Conselho de Administração no desempenho de suas responsabilidades relativas à gestão de riscos em todas as suas dimensões e de gestão de capital do Banco, tendo as seguintes atribuições:

- validar e propor ao Conselho de Administração, com periodicidade mínima anual, as recomendações no tocante a estratégias, políticas, estruturas, apetite a riscos, limites, testes de estresse, planos de continuidade e planos de contingência de liquidez e capital;
- supervisionar a atuação e o desempenho do CRO, bem como a observância, pela diretoria da instituição, dos termos da RAS;
- monitorar e analisar o perfil de riscos assumidos e adequação dos níveis de capital e liquidez.

Comitê de Portfólio

O Comitê de Portfólio se reúne com periodicidade mensal e tem por objetivo analisar e realizar o acompanhamento da Carteira de Crédito (Operações de Créditos, Financiamento de Câmbio, TVM Privados e Derivativos) e das diretrizes de Risco de Crédito do Banco, tratando desde as evoluções, composições, migrações e até a análise dos indicadores e metodologias no âmbito do Risco de Crédito.

Comitê de Tesouraria

O Comitê de Tesouraria se reúne com periodicidade semanal e tem por objetivo analisar e avaliar o cenário macroeconômico como subsídio às decisões de posicionamento dos *traders*, aprovar políticas e limites operacionais, acompanhar os indicadores de Risco

5.1 Descrição do gerenciamento de riscos e riscos de mercado

de Mercado no tocante a limites de posição e do VaR, tanto na carteira de negociação (*trading book*) quanto na carteira bancária (*banking book*), avaliar o consumo do capital de Risco de Mercado e efetuar análises de *backtesting* e P&L do portfólio dos *Books* da Tesouraria.

Comitê de Ativos e Passivos (ALCO)

O Comitê de Ativos e Passivos (ALCO - Asset and Liability Committee) se reúne com periodicidade semanal e tem por objetivo discutir as posições e estratégias a serem utilizadas no gerenciamento do risco de liquidez, desde a análise e projeção da liquidez no tocante a desembolsos de ativos, geração de *funding* e precificação na tesouraria até a definição dos processos, instrumentos, relatórios, metodologias e conceitos a serem aplicados no efetivo controle e monitoramento do risco de liquidez.

Comitê de Risco Operacional e Controles Internos

O Comitê de Risco Operacional e Controles Internos se reúne com periodicidade bimestral e tem por objetivo supervisionar e validar as atividades envolvendo o risco operacional, considerando a identificação de eventos de risco decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações nos processos e tendo como objetivo a minimização dos impactos relevantes por meio do monitoramento dos controles internos no banco. Adicionalmente, considera-se o posicionamento do plano de continuidade operacional das atividades do Banco.

Comissão de Finanças

A comissão de Finanças se reúne com periodicidade semanal e tem por objetivo subsidiar o planejamento estratégico do Banco e seu alinhamento com as áreas de negócios e administrativas, efetuando o planejamento e monitoramento do capital e da atuação da instituição para os próximos exercícios.

c. adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada

A estrutura e controles responsáveis pela verificação da efetividade da política é detalhado no item 5.1(b) (iii) acima. A estrutura de controles internos encontra-se descrita no item 5.3 (b).

Os diretores do Banco consideram como adequado o grau de eficiência dos controles internos existentes, dado o histórico de inexistência de deficiências materiais.

5.2 Descrição dos controles internos

5.2 Descrição dos controles internos

Em relação aos controles adotados pelo emissor para assegurar a elaboração de demonstrações financeiras confiáveis, indicar:

a. as principais práticas de controles internos e o grau de eficiência de tais controles, indicando eventuais imperfeições e as providências adotadas para corrigi-las

O ambiente de controles internos contempla o acompanhamento das atividades desenvolvidas pelas Instituições a fim de avaliar se os respectivos objetivos estão sendo alcançados e se as regras estabelecidas e as leis e regulamentações aplicáveis estão sendo cumpridos, bem como certificar que quaisquer irregularidades possam ser prontamente corrigidas.

Além disso, reflete a atitude e os atos das Instituições perante a condução de seus processos, que visa adotar procedimentos que assegurem o controle e avaliação dos riscos dos processos no atendimento de seus objetivos. Neste sentido o Banco adota procedimentos que serão descritos a seguir nesse relatório que buscam atender adequadamente a este objetivo.

São aplicadas diversas atividades de controles no Banco, com o objetivo de mitigar os riscos inerentes aos processos internos e garantir o alcance dos objetivos estratégicos, sendo que tais controles são monitorados de diferentes formas pelo Banco.

Considerando a crescente complexidade e a dinâmica do mercado financeiro em nível global, cada vez mais se faz necessária a adoção de práticas de Controles Internos baseadas em risco, para garantir foco nos aspectos mais relevantes.

A abordagem baseada em riscos tem como fundamentação o próprio processo de gerenciamento de riscos da organização, e de forma estruturada, deve considerar a natureza, a complexidade e o risco das operações realizadas.

Os testes de controles internos são planejados e executados após a atualização da matriz de riscos e controles da área. A área de Controles Internos documenta por meio do plano de testes, as ações necessárias para testar os controles mapeados, utilizando a metodologia baseada nos princípios do COSO.

No Banco, há dois tipos de testes que são executados: os testes de desenho, mais conhecidos como teste “*quality*” e os testes de efetividade:

O teste “*quality*”: abrange somente a etapa de walkthrough do teste do desenho do controle, onde o controle é analisado de acordo com o seu objetivo e sua forma de execução, por meio da verificação de um caso de amostra. Este teste tem o foco de abranger uma reavaliação dos controles avaliados como inefetivos em testes de ciclos anteriores, novos controles, bem como acompanhar com mais proximidade a atuação do controle e com maior frequência. Neste teste é possível haver uma probabilidade maior de detecção de erros ou desvios atuais, e o monitoramento e de planos de ação podem atuar mais tempestivamente.

Uma vez realizado o teste, o resultado apurado de cada controle pode ser avaliado como ‘eficaz’ ou ‘ineficaz’. Podemos avaliar um resultado como ‘eficaz’, quando o controle cumpre

5.2 Descrição dos controles internos

o seu objetivo proposto, e o caso avaliado está corretamente adequado com o desenho do controle. E o resultado é avaliado como 'ineficaz' quando o controle não cumpre o seu objetivo, demonstrado por falha no caso avaliado ou ainda, ausência de apresentação de alguma evidência para demonstrar a existência e eficácia do controle. É possível ainda avaliar um controle como 'eficaz' e sugerir alguma recomendação de melhoria que poderá auxiliar no desempenho do controle.

O teste de efetividade: percorre todas as etapas do teste de controle, bem como walkthrough; seleção de bases e amostras em um período determinado de tempo e a avaliação de evidências. Este teste tem o foco de abranger grande parte dos controles da área a ser testada, com foco nos controles mais críticos e há uma maior probabilidade na detecção de erros ou desvios históricos não divulgados ou reportados. Uma vez realizado o teste, o resultado apurado de cada controle pode ser avaliado como 'efetivo'; 'efetivo com recomendação' ou 'inefetivo'.

Podemos avaliar um resultado como 'efetivo', quando o controle cumpre com o seu objetivo e funciona eficazmente de acordo com as evidências apresentadas e avaliadas corretamente. O resultado 'efetivo com recomendação' é avaliado quando o controle é considerado 'efetivo', porém com alguma exceção, por exemplo pode apresentar uma ausência de formalização de uma evidência (falta de carimbo de identificação na assinatura de algum documento), entretanto, não causam impacto imediato e é passível de oportunidades de melhoria. E o resultado 'inefetivo', é avaliado quando o controle não cumpre com o seu objetivo devido a uma falha/erro, de acordo com as evidências avaliadas, ou não são apresentadas evidências para demonstrar que o controle é válido.

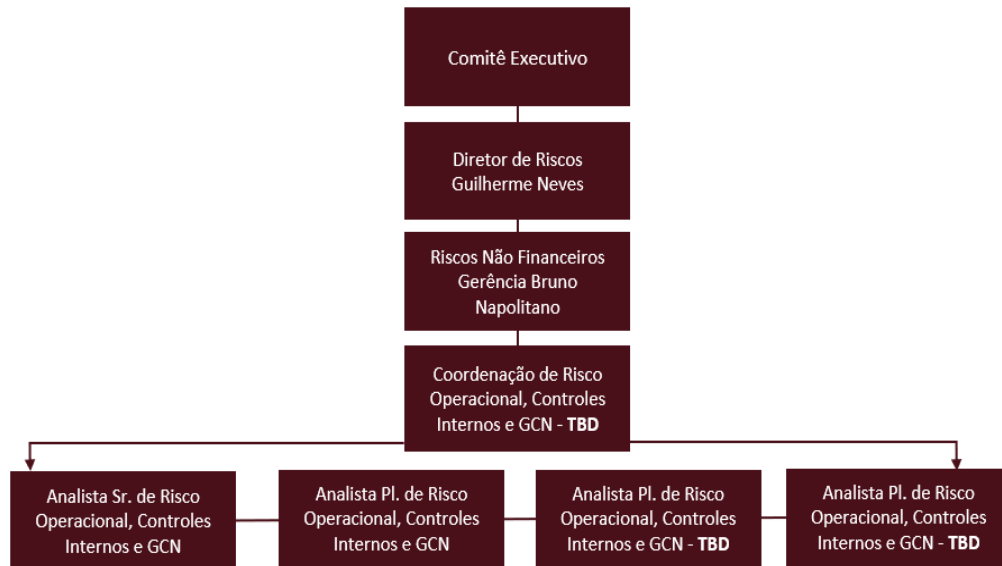
Os resultados apurados de ambos os testes são validados junto ao gestor da área avaliada, considerando que para os controles efetivos com recomendação, 'inefetivos' ou ineficazes, é necessária a elaboração de planos de ação pertinentes por parte do gestor da área, para melhorias/aprimoramentos dos controles e consequentemente, a mitigação dos riscos.

A instituição mantém atualizada e disponível a todos os profissionais as políticas internas de gerenciamento de risco operacional, controles internos e da gestão de continuidade de negócios.

b. as estruturas organizacionais envolvidas

Os profissionais da área de Risco Operacional, Controles Internos e Gestão de Continuidade de Negócios são subordinados à Diretoria de Compliance, PLD, Riscos, SI, conforme estrutura abaixo:

5.2 Descrição dos controles internos



- c. se, e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela administração do emissor, indicando o cargo das pessoas responsáveis pelo referido acompanhamento.**

A transparência sobre os riscos e a preocupação em mitigá-los com controles internos eficientes e adequados é de conhecimento de todos os níveis hierárquicos, a governança corporativa é estruturada de forma a contemplar a discussão de riscos relevantes em Comitês e fóruns apropriados o que permite o gerenciamento pró-ativo e o resguardo de recursos, minimizando o risco de perdas de alta severidade, mesmo que de baixa ou nenhuma frequência.

O Banco possui o Comitê Gestão de Risco e Capital (CGRC) com frequência de realização trimestral e a Comissão de riscos com frequência mensal. O objetivo do Comitê é supervisionar e validar as atividades envolvendo o risco operacional, considerando identificação de eventos de risco decorrentes de falhas, deficiências ou inadequações nos processos e tendo como objetivo a minimização dos impactos relevantes por meio do monitoramento dos controles internos no banco. Adicionalmente, considera-se o posicionamento do plano de continuidade operacional das atividades.

Anualmente é emitido o Relatório de Conformidade de Controles Internos, conforme previsto na Resolução 4.968/21 do Conselho Monetário Nacional, para acompanhamento sistemático das atividades relacionadas com o sistema de controles internos da Instituição, o relatório é encaminhado aos membros do Conselho de Administração e fica à disposição do Banco Central do Brasil e demais órgãos reguladores, auditoria independente e para processos de “*due diligence*”.

- d. deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes do relatório circunstanciado, preparado e encaminhado ao emissor pelo auditor independente, nos termos da regulamentação emitida pela CVM que trata do registro e do exercício da atividade de auditoria independente**

5.2 Descrição dos controles internos

O auditor independente não apontou deficiências significativas de controle interno ou descumprimento relevante de dispositivos legais e regulamentares no ano de 2024. Para as recomendações de aprimoramento foram elaborados planos de ação para a devida implementação.

e. comentários dos diretores sobre as deficiências apostadas no relatório circunstanciado preparado pelo auditor independente e sobre as medidas corretivas adotadas

Não há comentários dos diretores, pois conforme informado no item 5.3.d, não houve deficiências significativas de controle interno ou descumprimento relevante de dispositivos legais e regulamentares apontados pelo auditor independente no ano de 2024.

5.3 Programa de integridade

5.3 Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor

Em relação aos mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira, informar:

- a. **se o emissor possui regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificando, em caso positivo:**

i. os principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas

De maneira a adequar o Programa de Compliance às boas práticas e exigências regulatórias, os princípios essenciais para o funcionamento e efetividade das atividades são gerenciados e monitorados pela área de Compliance, incluindo o escopo da Lei Anticorrupção. Políticas e Normativos Internos são comunicados e publicados na Intranet do Pine e disponibilizados a todos os colaboradores para consulta.

A área de Compliance gerencia as revisões e atualizações anuais de políticas, manuais de produtos e normativos internos, e a revisão dos manuais de procedimentos das áreas do Banco está sob a gestão da área de Riscos Operacionais e Controles Internos. Os Normativos Internos abrangem os principais temas de Compliance Regulatório para detectar indícios de corrupção e suborno, sendo que nas Políticas e Manuais de Compliance e PLD são contemplados as seguintes abordagens e procedimentos: medidas anticorrupção, procedimentos de “Conheça seu Cliente, Parceiro, Funcionário, Fornecedor e Terceiros”, diretrizes e procedimentos de monitoramento de operações, supervisão de investimentos pessoais, controle de partes relacionadas, Canais de Denúncia, comunicação aos órgãos reguladores, governança de comitês, Código de Ética e Conduta para Funcionários, Código de Ética e Conduta para Fornecedores.

Além da Política de Compliance, que aborda integralmente as diretrizes anticorrupção para suportar aplicação e efetividade do Programa de Integridade, é importante destacar a Política de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e Combate ao Terrorismo, que estabelece diretrizes para o monitoramento e detecção de atos ilícitos, inclusive os que têm relação com a corrupção. As políticas, procedimentos e planos de ação elaborados e implementados pelas diversas áreas do Banco devem ser suficientes para assegurar a prevenção e/ou detecção de não cumprimento das leis e regulamentações.

ii. as estruturas organizacionais envolvidas no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes

As segundas e terceiras linha de defesa do Pine (área de Riscos Operacionais, Controles Internos, Compliance e Auditoria Interna) atuam na implementação de mecanismos e procedimentos internos para assegurar a integridade e prevenir desvios, irregularidades, fraudes e possíveis atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira. A área de Compliance tem como função assegurar a adequação, fortalecimento e funcionamento do sistema de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, Anticorrupção e Suborno, além de disseminar para os colaboradores os padrões de ética, conduta e cultura de Compliance exigidos pela instituição e determinados em Código de Ética e Treinamentos Institucionais. Também cabe à área orientar e conscientizar os colaboradores sobre atos considerados ilícitos e que possam afetar a imagem do Pine perante seus clientes e mercado. Denúncias ou suspeitas

5.3 Programa de integridade

comunicadas no canal de denúncia interno disponibilizado a colaboradores são gerenciadas pela área de Compliance, que submete de maneira sigilosa cada caso para deliberação aplicável.

A área de Riscos Operacionais e Controles Internos tem como escopo o mapeamento, identificação de riscos operacionais mensurando seus possíveis impactos financeiros e testes de controles para assegurar o cumprimento ao Programa de Integridade. Os riscos relacionados à corrupção são acompanhados e gerenciados com base na metodologia de Risco Operacional. A área é responsável por definir metodologias e disponibilizar ferramentas de gestão para identificação e avaliação dos riscos e controles pela primeira linha de defesa, realizar avaliação independente para os processos elegíveis e avaliar o desenho dos controles de mitigação por meio de testes periódicos.

A área de Auditoria Interna deve avaliar a adequação e efetividade das políticas, normas e procedimentos Anticorrupção, Suborno e de Prevenção à Lavagem de Dinheiro, bem como realizar testes periódicos nos processos que envolvem a prevenção à corrupção. Atua verificando a atuação da primeira e segunda linha de defesa do Pine. Denúncias ou suspeitas comunicadas no canal de denúncia externo são investigados e tratados de forma sigilosa pela Auditoria.

As funções de Compliance & PLD, Riscos Operacionais, Controles Internos e Auditoria Interna estão formalizadas em políticas e normativos internos que se encontram disponíveis na Intranet do Banco.

As políticas mais sensíveis, como por exemplo a Política de Compliance, que dispõe sobre as atribuições da área e criação de diretrizes e procedimentos de Combate à Corrupção, à Lavagem de Dinheiro e o Financiamento ao Terrorismo, são aprovadas pelo Conselho de Administração do Pine.

Na mesma toada, as situações que apresentem alto impacto regulatório ou risco ao Programa de Integridade e Conformidade são avaliados pelo Comitê de Ética e Conduta e/ou pelo Conselho de Administração, a depender da competência para deliberação.

Além disto, as atividades do Conglomerado são supervisionadas pelos órgãos reguladores e autorreguladores continuamente, através de reportes ao Banco Central do Brasil (Bacen), à Comissão de Valores Mobiliários (CVM), ao Conselho de Controle de Atividades Financeiras (COAF) e à ANBIMA, conforme exigências regulatórias.

O Conselho de Administração é composto por dois membros independentes, além dos membros estatutários, representando 33,33% dos membros. Além disso, todos os membros do Comitê de Auditoria são considerados independentes, conforme Resolução CVM nº 23/2021. Deste modo, garantimos melhores práticas de governança corporativa.

iii. se o emissor possui código de ética ou de conduta formalmente aprovado, indicando:

- se ele se aplica a todos os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados e se abrange também terceiros, tais como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados
- se e com que frequência os diretores, conselheiros fiscais, conselheiros de administração e empregados são treinados em relação ao código de ética ou de conduta e às demais normas relacionadas ao tema
- as sanções aplicáveis na hipótese de violação ao código ou a outras normas relativas ao assunto, identificando o documento onde essas sanções estão previstas
- órgão que aprovou o código, data da aprovação e, caso o emissor divulgue o código de conduta, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

O Banco possui Código de Conduta Ética formalmente aprovado que se aplica a todos os diretores,

5.3 Programa de integridade

conselheiros e colaboradores do Conglomerado, disponível na intranet. Possui também um Código de Ética e Conduta específico para Fornecedores, que abrange terceiros como fornecedores, prestadores de serviço, agentes intermediários e associados.

Todos os colaboradores do Pine devem, no momento de sua contratação, assinar Termo de Adesão ao Código de Conduta, ratificando todas as diretrizes estabelecidas no Código. Sendo assim, todos os funcionários compreendem que práticas ou procedimentos ilegais, falhos ou incorretos poderão acarretar em medidas punitivas. Qualquer colaborador que infringir o Código estará sujeito às seguintes ações disciplinares, a serem definidas pelo Comitê de Ética instaurado: advertência verbal, advertência escrita, suspensão, desligamento sem/com justa causa ou abertura de processo civil e/ou criminal.

A área de Compliance utiliza como mecanismos para aculturação do Programa de Compliance o envio de comunicados periódicos para conscientização a respeito de temas sensíveis tratados no Código de Ética e Conduta, bem como no escopo regulatório e legal, como conflitos de interesses, canais de denúncia, PLD/CFT, corrupção, entre outros.

Além deste canal de comunicação com os colaboradores e executivos, passamos por um processo de reciclagem periódica, o qual consiste na revisão dos termos do Código de Ética e Conduta, visando o aprimoramento constante das diretrizes éticas, com o envio da versão atualizada a todos do Conglomerado, que devem devolver o termo de ciência e adesão ao normativo interno.

Ademais, treinamentos obrigatórios são realizados sobre temas regulatórios disponíveis no Código, como Anticorrupção e Suborno e Prevenção à Lavagem de Dinheiro.

O Código de Ética e Conduta passa por rito de aprovação pelo Conselho de Administração, sendo que a última versão do documento foi aprovada em 06 de fevereiro de 2023. Este Código encontra-se disponível no seguinte endereço da web: <https://ri.pine.com/Download.aspx?Arquivo=75aq+bRlx2lgPKGtPgHVJA==&IdCanal=JTgF23c90CKAhWLIhPs+Q==>.

O Código de Ética de Fornecedores está disponível em nossa página na Internet, na seção de Códigos e Políticas em “Relações com Investidores”.

b. se o emissor possui canal de denúncia, indicando, em caso positivo:

- i. se o canal de denúncias é interno ou se está a cargo de terceiros
- ii. se o canal está aberto para o recebimento de denúncias de terceiros ou se recebe denúncias somente de empregados
- iii. se há mecanismos de anonimato e de proteção a denunciantes de boa-fé
- iv. órgão do emissor responsável pela apuração de denúncias

Possuimos duas ferramentas de comunicação instituídas para o tratamento de denúncias. Sendo as seguintes: o canal “Fale Abertamente”, disponível na Intranet, que destina-se exclusivamente aos funcionários do Conglomerado; e o “Canal de Denúncias”, disponível no site da instituição na rede mundial de computadores, mediante o qual qualquer pessoa pode oferecer denúncias. O sistema para ambas as ferramentas é de gestão interna.

Ambos os canais asseguram o anonimato ao denunciante. A área de Compliance é responsável pelo recebimento e apuração das denúncias, e o tratamento é feito de maneira sigilosa, mesmo quando o denunciante opta por se identificar, sua identidade não é revelada às demais áreas envolvidas na

5.3 Programa de integridade

apuração dos fatos.

O Compliance aciona as áreas relacionadas aos fatos, para colaboração na investigação, através de esclarecimentos aos questionamentos de Compliance. Se houver indícios de procedência da denúncia, o caso é remetido ao Comitê de Ética e Conduta, o qual tem competência para julgar e aplicar as medidas corretivas cabíveis.

- c. **número de casos confirmados nos últimos 3 (três) exercícios sociais de desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública e medidas corretivas adotadas**

Não foram apurados casos que se enquadrem nestes critérios.

- d. **caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Item não aplicável ao Banco Pine.

5.4 Alterações significativas

5.4 Alterações significativas

Informar se, em relação ao último exercício social, houve alterações significativas nos principais riscos a que o emissor está exposto ou na política de gerenciamento de riscos adotada, comentando, ainda, eventuais expectativas de redução ou aumento na exposição do emissor a tais riscos

Não aplicável.

5.5 Outras informações relevantes

5.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram informadas nos itens anteriores.

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
Clube de Investimento Horizonte						
00.194.297/0001-73	Brasil	Não	Não	03/12/2024		
Não						
760.171	0,655	8.579.650	7,751	9.339.821	4,119	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
FRANCISCO ASCLEPIO BARROSO AGUIAR						
170.810.253-15	Brasil	Sim	Não	03/12/2024		
Não						
583.362	0,503	6.758.875	6,106	7.342.237	3,238	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO						
026.336.983-87	Brasil	Não	Sim	03/12/2024		
Não						
113.433.026	97,750	40.402.028	36,498	153.835.054	67,847	
Classe Ação	Qtde. de ações Unidade	Ações %	Ações (%) da espécie	Ações (%) do capital social		
TOTAL	0	0.000				
AÇÕES EM TESOURARIA						

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA						
ACIONISTA						
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração		
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ		
Detalhamento de ações Unidade						
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %	
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social	
88.100	0,076	1.840.689	1,663	1.928.789	0,851	
OUTROS						
1.179.494	1,016	53.114.173	47,982	54.293.667	23,945	
TOTAL						
116.044.153	100,000	110.695.415	100,000	226.739.568	100,000	

6.1/2 Posição acionária

CONTROLADORA / INVESTIDORA					
ACIONISTA					
CPF/CNPJ acionista	Nacionalidade-UF	Participa de acordo de acionistas	Acionista controlador	Última alteração	
Acionista Residente no Exterior	Nome do Representante Legal ou Mandatário		Tipo de pessoa	CPF/CNPJ	
Detalhamento de ações Unidade					
Qtde. ações ordinárias Unidade	Ações ordinárias %	Qtde. ações preferenciais Unidade	Ações preferenciais %	Qtde. total de ações Unidade	Total ações %
CONTROLADORA / INVESTIDORA				CPF/CNPJ acionista	Composição capital social
Clube de Investimento Horizonte				00.194.297/0001-73	
AÇÕES EM TESOURARIA					
100	100,000	3.416.742	100,000	3.416.842	100,000
OUTROS					
0	0,000	0	0,000	0	0,000
TOTAL					
100	100,000	3.416.742	100,000	3.416.842	100,000

6.3 Distribuição de capital

Data da última assembleia / Data da última alteração	04/04/2025
Quantidade acionistas pessoa física	20.269
Quantidade acionistas pessoa jurídica	89
Quantidade investidores institucionais	31

Ações em Circulação

Ações em circulação correspondente a todas ações do emissor com exceção das de titularidade do controlador, das pessoas a ele vinculadas, dos administradores do emissor e das ações mantidas em tesouraria

Quantidade ordinárias	1.179.494	1,016%
Quantidade preferenciais	53.114.173	47,982%
Total	54.293.667	23,945%

Classe de Ação

Preferencial Classe A	0	0,000000%
-----------------------	---	-----------

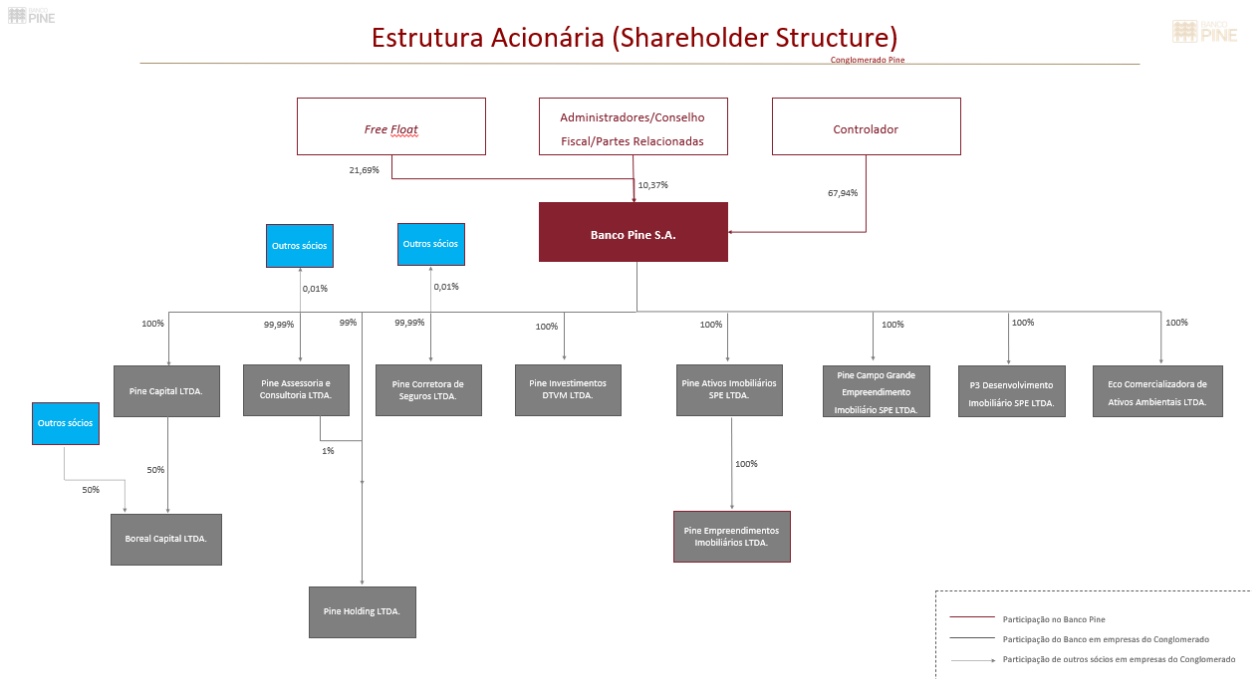
6.4 Participação em sociedades

Razão social	CNPJ	Participação do emisor (%)
ECO COMERCIALIZADORA DE ATIVOS AMBIENTAIS LTDA	53.338.428/0001-05	100
P3 DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA	24.769.056/0001-73	100
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	14.802.384/0001-70	99,99
Pine Ativos Imobiliarios Ltda	32.196.276/0001-83	100
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	30.040.154/0001-78	100
Pine Corretora de Seguros Ltda	27.107.955/0001-07	99,99
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	92.236.777/0001-78	100
Pine Planejamento e Serviços Ltda	16.417.799/0001-56	100

6.5 Organograma dos acionistas e do grupo econômico

6.5 Inserir organograma dos acionistas do emissor e do grupo econômico em que se insere, indicando:

- a. todos os controladores diretos e indiretos e, caso o emissor deseje, os acionistas com participação igual ou superior a 5% de uma classe ou espécie de ações
- b. principais controladas e coligadas do emissor
- c. participações do emissor em sociedades do grupo
- d. participações de sociedades do grupo no emissor
- e. principais sociedades sob controle comum



6.6 Outras informações relevantes

6.6 Outras informações relevantes

Em complemento ao item 6.4, informamos a seguir as participações indiretas do Grupo:

Denominação Social	CNPJ	Participação do emisor (%)
BOREAL CAPITAL LTDA	47.893.019/0001-78	Indireta
PINE HOLDING LTDA	56.069.013/0001-71	Indireta
PINE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA	27.969.560/0001-05	Indireta

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

- a. **principais características das políticas de indicação e preenchimento de cargos, se houver, e, caso o emissor a divulgue, locais na rede mundial de computadores em que o documento pode ser consultado**

O emissor não possui política de indicação e de preenchimento de cargos dos órgãos de administração e conselho fiscal. As referidas indicações observam os requisitos descritos na regulamentação vigente.

- b. **se há mecanismos de avaliação de desempenho, informando, em caso positivo:**

- i. a periodicidade das avaliações e sua abrangência

Não há avaliação específica para os órgãos e Comitês. Anualmente, todos os membros que compõem a Diretoria são avaliados individualmente através de um sistema único de performance, cabendo ressaltar que alguns desses membros fazem parte de Comitês que se reportam ao Conselho de Administração.

- ii. metodologia adotada e os principais critérios utilizados nas avaliações

A avaliação de performance contém as seguintes etapas: acordo de metas, auto avaliação, avaliação do gestor, comitê de performance e feedback.

Considerando que, conforme informado no item "i" acima, a avaliação é feita apenas para membros da Diretoria, cada Diretor inclui as suas próprias metas acordadas com os seus superiores em um sistema de performance, e, ao fim do ciclo de 1 (um) ano, realizam a auto avaliação das metas inseridas no sistema, mediante atribuição de uma nota para cada meta. O avaliador (gestor e/ou comitê competente) tem conhecimento das notas dadas pelo avaliado, mas apenas a fim conceder uma avaliação mais justa, uma vez que somente as notas dadas pelo avaliador são consideradas como nota final. Após a finalização da avaliação pelo avaliador, acontece o Comitê de Performance, reunião mediada por RH, que conta com a participação dos avaliadores e membros convidados. Neste fórum discute-se a performance dos Diretores, com o objetivo de levantar os pontos positivos e de oportunidade de cada um deles.

- iii. se foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos

Não foram contratados serviços de consultoria ou assessoria externos.

- c. **regras de identificação e administração de conflitos de interesses**

O Banco não dispõe de regras de identificação de conflitos de interesses e segue as disposições da Lei das Sociedades Anônimas, a qual veda a intervenção do administrador em qualquer operação social e deliberações, com relação as quais detenha interesses conflitantes com os do Banco.

Adicionalmente, informamos que, de acordo com o Estatuto Social do Banco, os seus acionistas, Administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela Comissão de Valores Mobiliários, nos regulamentos da B3, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento do Nível 2, do Regulamento

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

de Arbitragem, do Regulamento de Sanções e do Contrato de Participação no Nível 2 de Governança Corporativa.

d. por órgão:

Identidade autodeclarada de gênero	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	referenciar não responder
Diretoria	1	7	-	-	-
Conselho de Administração - Efetivos	-	6	-	-	-
Conselho de Administração - Suplentes	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal - Efetivos	-	3	-	-	-
Conselho Fiscal - Suplentes	-	-	-	-	-
TOTAL = 17	1	16	0	0	0

	Amarelo	Branco	Pret	Pard	Indígena	Outros	Preferenciar não responder
Diretoria	-	7	-	1	-	-	-
Conselho de Administração - Efetivos	-	6	-	-	-	-	-
Conselho de Administração - Suplentes	-	-	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal - Efetivos	-	3	-	-	-	-	-
Conselho Fiscal - Suplentes	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL = 17	0	16	0	1	0	0	0

- e. se houver, objetivos específicos que o emissor possua com relação à diversidade de gênero, cor ou raça ou outros atributos entre os membros de seus órgãos de administração e de seu conselho fiscal

A Companhia não possui objetivos quantitativos específicos no âmbito deste item. Entretanto, Pessoas e Cultura promove que a diversidade de pessoas e ideias é um ativo valioso que é de contribuição fundamental para os valores e estratégias da Instituição.

- f. papel dos órgãos de administração na avaliação, gerenciamento e supervisão dos riscos e oportunidades relacionados ao clima

O gerenciamento de riscos e oportunidades relacionadas ao clima no Pine é feito de forma transversal e integrada com os demais riscos. Esta governança foi criada para acompanhar

7.1 Principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

a agenda climática e dar o tratamento adequado aos riscos que a Instituição está exposta.

Os Órgãos de Administração atuam em nível estratégico e de tomada de decisão. Sua responsabilidade inclui:

Conselho de Administração: responsável pela avaliação, correção, revisão, aprovação e divulgação da Política de Responsabilidade Socioambiental e Climática (PRSAC), que também envolve o gerenciamento de riscos relacionados.

Comitê de Gestão de Riscos e Capital (CGRC): subordinado ao Conselho de Administração, responsável pela aprovação e revisão da estratégia, projetos e programas advindos da PRSAC bem como do seu Plano de Ação.

Chief Risk Officer (CRO): responsável pelo cumprimento da PRSAC, implementa, monitora e, quando cabível, aperfeiçoa as ações com vistas à efetividade da PRSAC; de forma a minimizar a exposição aos riscos.

7.1D Descrição das principais características dos órgãos de administração e do conselho fiscal

Quantidade de membros por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Diretoria	1	7	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 17	1	16	0	0	0

Quantidade de membros por declaração de cor e raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Diretoria	0	7	0	1	0	0	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0	0	0	0	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0	0	0	0	0
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 17	0	16	0	1	0	0	0

Quantidade de membros - Pessoas com Deficiência

	Pessoas com Deficiência	Pessoas sem Deficiência	Prefere não responder
Diretoria	0	8	0
Conselho de Administração - Efetivos	0	6	0
Conselho de Administração - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
Conselho Fiscal - Efetivos	0	3	0
Conselho Fiscal - Suplentes	Não se aplica	Não se aplica	Não se aplica
TOTAL = 17	0	17	0

7.2 Informações relacionadas ao conselho de administração

7.2 Descrição sobre a atuação do conselho de administração

Em relação especificamente ao conselho de administração, indicar:

a. órgãos e comitês permanentes que se reportem ao conselho de administração

Reportam-se, ao Conselho de Administração, a Diretoria (Comitê Executivo) e os Comitês Estatutários, quais sejam: (i) Comitê de Auditoria; (ii) Comitê de Gestão de Riscos; e (iii) Comitê de Remuneração.

b. de que forma o conselho de administração avalia o trabalho da auditoria independente, indicando se o emissor possui uma política de contratação de serviços de extra-auditoria com o auditor independente e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado

Os membros do Conselho de Administração reúnem-se trimestralmente com o Comitê de Auditoria para ciência sobre os planos de ação, o calendário de reuniões e o controle das recomendações feitas pelo referido Comitê. Conforme disciplina o Estatuto Social, o Comitê de Auditoria assessora o Conselho de Administração na avaliação da Auditoria Independente, a qual é formalizada no Relatório Semestral do referido Comitê, e reporta essa e todas as suas demais atividades ao Conselho de Administração.

Ademais, em relação a contratação de serviços extra auditoria com o Auditor Independente, o Banco não possui uma política formal, porém tais contratações devem ser submetidas à avaliação do Comitê de Auditoria e seguem as regras estabelecidas na Resolução CVM nº 23, de 25 de fevereiro de 2021.

c. se houver, canais instituídos para que questões críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade cheguem ao conhecimento do conselho de administração

O Pine mantém dois canais de comunicação (interno e externo, “Fale Abertamente” e “Canal de Denúncias”, respectivamente), mediante os quais recebe denúncias que são tratadas pela área de Compliance, com envolvimento das áreas relacionadas para investigação dos fatos.

Quando há indícios de procedência, a comunicação é submetida ao Comitê de Ética e Conduta e, posteriormente, validada pelo Conselho de Administração.

Os canais acima citados estão aptos a receber quaisquer tipos de denúncias, reclamações e sugestão, inclusive as críticas relacionadas a temas e práticas ASG e de conformidade.

Além disso, o Comitê de Auditoria acompanha os planos de ação ASG e reporta trimestralmente eventuais questões críticas ao Conselho de Administração.

7.3 Composição e experiências profissionais da administração e do conselho fiscal

Funcionamento do conselho fiscal: Não permanente e instalado

Nome	ALCIDES ROBERTO ROCHA	CPF:	034.038.188-45	Passaporte:		Nacionalidade:	Brasil	Profis são:	Administrador de Empresas	Data de Nascimento:	21/03/1961
Experiência Profissional:	O Sr. Alcides é graduado em Administração de Empresas pela UNISANTANA, com extensão em Finanças pela Universidade São Judas. Participou de diversas instituições, como Banco Rendimento e BBNK. Atuou no Banco Pine durante o IPO como Diretor de TI e operações. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.										

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/04/2025	Primeira RCA após AGO 2027	Outros Diretores	Diretor de Operações e TI	30/06/2025		28/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome CLIVE JOSÉ VIEIRA BOTELHO

CPF: 045.565.448-40

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro

Data de Nascimento: 03/12/1958

Experiência Profissional:

O Sr. Clive é graduado em Engenharia de Produção pela UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos) e Administração de Empresas pela Mackenzie, com MBA em Finanças pelo IBMEC. Iniciou sua carreira no Banco Itaú em 1982. Entre os anos de 1985 e 2007, atuou na área de Tesouraria, Planejamento, MIS e Pricing nos seguintes bancos: BCN, Iochpe, BHM, BMG, WestLB, Standard Bank e Dresdner Bank. Entre os anos de 2008 e 2012, fez parte da equipe do Banco Pine como Vice-presidente do Corporate Banking. Na sequência, assumiu a posição de Head de Captação e Produtos de Atacado no Banco BMG. Em 2022, torna-se responsável pela frente de Novos Negócios. O membro ora mencionado também ocupa o cargo de Diretor nas controladas: (i) Pine Capital; (ii) Boreal Capital Ltda; (iii) Pine Assessoria e Consultoria Ltda; (iv) Pine Corretora de Seguros Ltda; (v) Pine Holding Ltda; (vi) Pine Investimentos DTVM Ltda; (vii) Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda; (viii) Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda; (ix) Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda; (x) P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda; e (xi) Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	16/04/2025	Primeira AGO após AGO 2027	Outros Diretores	Diretor Executivo da Pine Assesoria	16/04/2025		26/06/2024

Nome CRISTIANO OLIVEIRA DA SILVA

CPF: 256.671.628-57

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Economista

Data de Nascimento: 16/11/1974

Experiência Profissional:

Mestre em Economia pela EESP-FGV, graduado na FEA-USP e pós-graduado em Finanças pelo Insper, agronegócios pela ESALQ-USP e em Data Science pela USP. Possui passagens pelo Itaú-Unibanco, J.Safrá, Safrá e Fibra.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/04/2025	Até a primeira reunião do C.A. após AGO 2027	Outros Diretores	Diretor sem designação específica	30/06/2025		30/08/2024

Nome DIEGO SOUZA E SILVA

CPF: 027.177.081-38

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Gestor de Finanças

Data de Nascimento: 02/06/1989

Experiência Profissional:

O Sr. Diego possui certificado em Operações Bancárias e Produtos Financeiros, Planejamento Financeiro e Gestão de Riscos, além de ser formado pela Faculdades Integradas Estácio de Sá em Gestão Financeira e em Investment Banking e Valuation de Empresas pela Saint Paul Escola de Negócios. Possui experiência em análises de mercado para câmbio, ações e commodities, avaliando tendências econômicas e indicadores financeiros. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	03/04/2025	Primeira RCA após AGO 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/preferencialistas			Não	03/04/2025

Nome FELIPE CAMERA RUIZ

CPF: 221.252.258-40

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro

Data de Nascimento: 09/08/1967

Experiência Profissional:

O Sr. Felipe possui MBA de 2008 a 2010 no Massachusetts Institute of Technology - Sloan School of Management e é fundador da AGF, trazendo experiência de funções anteriores no Grupo Unipar, Eternit S/A, Banco Pine e Massachusetts Institute of Technology. Com um conjunto robusto de habilidades que inclui Consultoria de Gestão, Design Organizacional, Estratégia de Negócios, Estratégias de Redução de Custos, suporte a fusões e aquisições e entre outros. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	03/04/2025	Primeira RCA após AGO 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		07/07/2025	Sim	03/04/2025

Nome FRANCISCO ASCLEPIO BARROSO AGUIAR **CPF:** 170.810.253-15 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro **Data de Nascimento:** 19/02/1961

Experiência Profissional: O Sr. Francisco é Engenheiro Mecânico formado pela Universidade Federal do Ceará (UFC). Engenheiro Nuclear - Pós-graduado em Engenharia Nuclear pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Pós-Graduado em Engenharia Metalúrgica pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Matemático pela Universidade Estadual do Ceará (UECE). Pós-Graduado em Análise de Sistemas pelo convênio PETROBRAS/PUC-RJ. Possui um amplo currículo, com passagem como membro do Conselho Fiscal em empresas como Iguatemi S/A, Jereissati Telecom e La Fonte Investimentos S.A. Também possui experiência como Presidente do Conselho de Administração (Chairman of the Board) da Recrusul S/A em 2009 e Diretor de Relações com Investidores (DRI) da Recrusul S/A em 2009, Cia Aberta com Registro negociada na BOVESPA com Registro na CVM. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	03/04/2025	Primeira RCA após AGO 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/preferencialistas		30/06/2025	Não	03/04/2025

Nome GERSOM PEREIRA PRECARO **CPF:** 226.492.648-10 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Ciências da Computação **Data de Nascimento:** 01/10/1982

Experiência Profissional: O Sr. Gersom é graduado em Ciências da Computação com MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC. Possui 18 anos de experiência em RH com atuação nos subsistemas da área de Pessoas como Remuneração e Benefícios, Folha, DH&O, em empresas nacionais e multinacionais, atuando em diversos segmentos como agribusiness, mercado financeiro e mineração. Em sua trajetória profissional passou pelo Itaú Unibanco, B3, CTC, Banco Fibra e Anglo American. Ingressou ao Banco Pine como Conselheiro - Membro Independente do Comitê de Remuneração. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/04/2025	Até a primeira reunião do C.A. após AGO 2027	Outros Diretores	Diretor de RH	30/06/2025		18/07/2024

Nome GIUSEPPE PATERNOSTRO NETO **CPF:** 077.896.268-76 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Contador **Data de Nascimento:** 30/10/1965

Experiência Profissional: Baseado em mais de 30 anos de experiência nas áreas de risco de crédito, gerenciando e implementando todo o processo de prospecção, análise, manutenção e recuperação de crédito, de forma a obter a melhor relação risco-retorno, busco posições em instituições financeiras, onde a minha experiencia possa contribuir para definição estratégica e Gestão de carteiras e produtos de credito PJ e PF.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	04/08/2025	AGO 2027	Outros Diretores	Diretor de Crédito	04/08/2025		04/08/2025

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome GUILHERME VIEIRA NEVES **CPF:** 181.376.198-10 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 27/05/1974

Experiência Profissional: O Sr. Guilherme é graduado em Física e Economia pela Universidade de São Paulo, possui MBA em Finanças e Economia pela FEA-USP. Possui mais de 25 anos de experiência no mercado Financeiro. Com passagem em grandes instituições como Bancos Safra e JSafra, Safra Asset Management, Itaú Unibanco e Banco BMG. O membro ora mencionado também ocupa o cargo de Diretor nas controladas: (i) Pine Capital; (ii) Boreal Capital Ltda; (iii) Pine Assessoria e Consultoria Ltda; (iv) Pine Corretora de Seguros Ltda; (v) Pine Investimentos DTVM Ltda; (vi) Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda; (vii) Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda; (viii) Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda; e (ix) P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/04/2025	Primeira RCA após AGO 2027	Outros Diretores	Diretor de Riscos e Compliance	30/06/2025		10/10/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome IGOR ESTEVES PINHEIRO

CPF: 220.176.578-24

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 13/05/1979

Experiência Profissional:

Graduado em Administração de Empresas pela American Intercontinental University, Londres, UK. Participou de diversas instituições, nas áreas de Finanças e Seguros. Atuou no Pine como Diretor na área de Corporate Banking até fevereiro de 2016, quando renunciou para assumir o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco.Nos últimos 5 anos o conselheiro não exerceu atividade em sociedades que integram o grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/04/2025	AGO 2027	Conselho de Administração (Efetivo)		30/06/2025	Sim	04/08/2017

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome MAILSON FERREIRA DA NOBREGA

CPF: 043.025.837-20

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Economista

Data de Nascimento: 14/05/1942

Experiência Profissional:

O Sr. Mailson foi Ministro da Fazenda no período 1988/1990, sendo o responsável por presidir vários órgãos, como o Conselho Monetário Nacional (CMN) e o CONFAZ. Foi Diretor Executivo do European Brazilian Bank- EUROBRAZ, em Londres. Atualmente é sócio da empresa Tendências Consultoria Integrada Ltda., empresa de consultoria econômica e política. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/06/2025	Sim	13/03/2007

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome NOBERTO NOGUEIRA
PINHEIRO

CPF: 026.336.983-87

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Banqueiro

Data de Nascimento: 13/06/1951

Experiência Profissional:

O Sr. Noberto atuou como acionista controlador, VP Executivo e membro permanente do Comitê Executivo e Comitê Superior de Crédito do Banco BMC. Entre 1975 e 1996, atuou em áreas Comerciais, Produtos e Marketing. Já em 1997, fundou o Banco Pine. O Acionista Majoritário, em janeiro de 2007 fora eleito Presidente do Conselho de Administração do Banco, cargo que ocupa até a presente data. O membro ora mencionado também ocupa o cargo de Diretor nas controladas: (i) Pine Corretora de Seguros Ltda. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/04/2025	AGO 2027	Presidente do Conselho de Administração		30/06/2025	Sim	13/03/2007

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome NOBERTO NOGUEIRA
PINHEIRO JUNIOR

CPF: 308.529.408-23

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de
Empresa

Data de Nascimento: 21/03/1977

Experiência Profissional:

O Sr. Noberto Jr. iniciou sua carreira como Analista de Fusões e Aquisições e de Crédito no West Merchant Bank e Pine Bank em Londres e Miami. Trabalhou no Banco Pactual S.A. e GreenLake Capital LLC em Nova York. Atuou no Banco Pine em posições de liderança, como Chefe de Operações e Administrativos, Finanças, Presidente Executivo e no Conselho de Administração como Vice-Presidente, Membro do Conselho de Administração. O membro ora mencionado também ocupa o cargo de Diretor nas controladas: (i) Pine Capital; (ii) Boreal Capital Ltda; (iii) Pine Assessoria e Consultoria Ltda; (iv) Pine Corretora de Seguros Ltda; (v) Pine Holding Ltda; (vi) Pine Investimentos DTVM Ltda; (vii) Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda; (viii) Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda; (ix) Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda; (x) P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda; e (xi) Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	03/04/2025	AGO 2027	Outros Conselheiros / Diretores	Membro do Conselho de Administração	30/06/2025	Sim	15/03/2022
Diretoria e Conselho de Administração	03/04/2025	Primeira RCA após AGO 2027	Outros Conselheiros / Diretores	Diretor Executivo e de Relações com Investidores	30/06/2025	Sim	15/03/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome ODILARDO GUERREIRO
RODRIGUES FILHO

CPF: 277.712.938-08

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador

Data de Nascimento: 25/08/1978

Experiência Profissional:

O Sr. Odilardo é formado em Administração de Empresas pelo Mackenzie, com Pós-graduação em Administração pela FGV e MBA no IBMEC. Possui mais de 20 anos de experiência profissional no mercado financeiro, com sólida experiência na área comercial e gestão de equipes. Atualmente atua como Diretor Comercial do Banco Pine, possuindo experiência na área comercial de outros Bancos, como: Bradesco e Santander. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/04/2025	Primeira RCA após AGO 2027	Outros Diretores	Diretor Comercial	30/06/2025		28/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome PAULO SERGIO ALDRIGHI

CPF: 032.144.798-06

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Engenheiro

Data de Nascimento: 03/01/1957

Experiência Profissional:

O Sr. Paulo é engenheiro mecânico formado pela Faculdade de Engenharia Fundação Armando Álvares Penteado - FAAP em 1980, com pós-graduação em Administração Financeira pela Faculdade de Administração e Ciências Econômicas Santana em 1982 e especialização em gestão esportiva pela Faculdade Trevisan e Brunoro e Cocco em 2002. Foi assessor do Departamento de Underwriting do Banco Itaú de Investimento S.A. de setembro de 1983 a maio de 1984, onde assessorou a divisão de contratação de operações e, posteriormente, até dezembro de 1985, Gerente de Underwriting. Posteriormente, até dezembro de 1991, atuou como Diretor Adjunto do Banco Multiplic S.A. e, de fevereiro de 1992 a janeiro de 1993, como Diretor Adjunto de Investimentos do Banco Investcorp S.A. Entre maio de 1993 a dezembro de 1994, atuou como Diretor Adjunto de Investimentos do Banco Atlantis S.A. Foi Diretor Adjunto de Mercado de Capitais no Banco Fibra S.A. entre janeiro de 1995 e fevereiro de 1999. Entre setembro de 1999 e novembro de 2001, foi Gerente de Corporate Finance no Bank of America Liberal S.A. Em dezembro de 2001, tornou-se consultor independente atuando em consultorias específicas para clubes de futebol profissional, com trabalhos desenvolvidos para a Ponte Preta, como Assessor da Presidência (planejamento e implementação de estratégias de negócios nas áreas de receitas potenciais), para o Coritiba Football Clube (análise do projeto de abertura de capital de empresa esportiva) e o Botafogo Futebol e Regatas (Business Plan das empresas esportivas idealizadas). Entre janeiro de 2004 e janeiro de 2006, foi Superintendente Geral/Liquidante da Bolsa de Valores Regional. Foi Gerente Regional da BM e FBOVESPA entre fevereiro de 2006 e janeiro de 2010. Tornou-se sócio da IGD Express Gráfica Digital Ltda. em março de 2011, permanecendo até julho de 2014. Foi Diretor Superintendente da Dentalmaster Comércio de Planos Odontológicos Ltda. de dezembro de 2014 a setembro de 2017. Foi Superintendente Administrativo da JN Maxi Corretora de Câmbio Ltda. de março de 2018 a setembro de 2019. Foi Membro do Conselho Fiscal (suplente) da CR Almeida S.A. Engenharia e Construções de 2011 a 2015. Atualmente, é consultor na Paldrx Consultoria Ltda e Membro do Conselho Fiscal da Ecorodovias Infraestrutura e Logística S.A. desde 2018 e do Banco Pine S.A. (suplente, em 2025). Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	03/04/2025	Primeira RCA após AGO 2026	C.F.(Suplent)Eleito p/Controlador			Sim	03/04/2025

Nome RICARDO DE CASTRO BAMPÁ

CPF: 128.076.958-09

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador

Data de Nascimento: 29/01/1969

Experiência Profissional:

O Sr. Ricardo é graduado em Administração de Empresas pela FGV, com Pós-graduação em Contabilidade e Finanças pela USP e com MBA em Finanças pela Wharton Business School, University of Pennsylvania. Possui mais de 20 anos de experiência profissional na área Financeira atuando em empresas dos segmentos bancário, indústria e comércio. Experiência anteriores em no Banco Itaú, Itaú Corretora de Valores, Banco BMG, entre outras. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/04/2025	AGO 2027	Diretor Financeiro		30/06/2025		13/12/2023

Nome RODRIGO ESTEVES PINHEIRO

CPF: 221.853.258-17

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administrador de Empresas

Data de Nascimento: 22/08/1980

Experiência Profissional:

O Sr. Rodrigo Pinheiro é graduado em Administração de Empresas pela American Intercontinental University – Londres/UK. Teve participação em diversas instituições como Credit Suisse e Bulltick, nas áreas de Finanças, Comércio Exterior e Administração de Fundos. Atuou no Banco Pine como Diretor Executivo na área de Corporate Banking até fevereiro de 2016, quando renunciou para assumir o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco. O membro ora mencionado também ocupa o cargo de Diretor nas controladas: (i) Pine Capital; (ii) Boreal Capital Ltda; (iii) Pine Assessoria e Consultoria Ltda; (iv) Pine Corretora de Seguros Ltda; (v) Pine Holding Ltda; (vi) Pine Investimentos DTVM Ltda; (vii) Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda; (viii) Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda; (ix) Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda; (x) P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda; e (xi) Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria e Conselho de Administração	03/04/2025	AGO 2027	Outros Conselheiros / Diretores	Vice-Presidente do Conselho de Administração	30/06/2025	Sim	01/07/2016
Diretoria	03/04/2025	Primeira RCA após AGO 2027	Outros Diretores	Diretor Executivo	30/06/2025		24/06/2021

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome RONALDO SILVESTRE **CPF:** 636.711.317-72 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Economista **Data de Nascimento:** 19/07/1961

Experiência Profissional: O Sr. Ronaldo é graduado em Ciências Econômicas pela Faculdade Unisantana. Possuindo mais de 40 anos de experiência em Bancos nacionais e internacionais, como: Banco Sudameris Brasil, Deutsche Sudamerikanische Bank Brasil, Banco Banif, Banco Máxima e Banco BMG. Atua como Membro dos comitês de Tesouraria e Captação na Febraban e ABBC. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/04/2025	Até a primeira reunião do C.A. após AGO 2027	Outros Diretores	Diretor sem Designação Específica	30/06/2025		29/11/2023

Nome SÉRGIO MACHADO ZICA DE CASTRO **CPF:** 477.334.546-20 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profis são:** Engenheiro Metalúrgico **Data de Nascimento:** 17/10/1961

Experiência Profissional: O Sr. Sergio é graduado em Engenharia Metalúrgica e Ciências Econômicas, com mestrado no Colorado School – EUA. Possui vasta experiência em posição de liderança no mercado, sendo sócio diretor de empresas e gestor de investimentos. Desde 2013, atua como membro do Comitê de Auditoria do Banco Pine. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho de Administração	03/04/2025	AGO 2027	Conselho de Adm. Independente (Efetivo)		30/06/2025	Sim	22/03/2018

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
N/A	

Nome SERGIO TUFFY SAYEG

CPF: 935.221.858-20

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Administração de Empresas

Data de Nascimento: 30/03/1954

Experiência Profissional:

O Sr. Sergio é formado em administração de empresas e pós-graduado em mercado de capitais pela Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo. Professor em cursos de MBA, pós-graduação e educação executiva do Insper, da FIA Business School, do Ibmecc e de entidades do mercado financeiro e de capitais. Qualificado com Certificações por Experiência para Conselheiro de Administração, Conselheiro Fiscal e Comitê de Auditoria pelo IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, e, anteriormente, CNPI - Certificação Nacional do Profissional de Investimentos pela APIMEC - Associação dos Analistas e Profissionais de Investimento do Mercado de Capitais e Certificação Profissional ANBIMA – série 20. Desde 1976, atua nos mercados financeiro, de capitais e corporativo, tendo trabalhado como executivo e diretor no Unibanco, Banco London Multiplic, Banco Safra, Seller DTVM, Banco Fibra, Dresdner Asset Management, Bolsa de Valores de São Paulo, SABESP – Cia. de Saneamento Básico do Estado de São Paulo e FIRB – Financial Investor Relations. Membro Independente do Conselho de Administração da Oliveira Trust S.A. (2021 – atual). Conselheiro Fiscal da EcoRodovias Infraestrutura e Logística S.A. (2018 - atual), do Banco Pine S.A. (2022 e 2024 - atual), da Gafisa S.A. (2024 - atual) e da Westwing Comércio Varejista S.A. (2025). Membro dos Comitês de Auditoria Estatutários da Enauta Participações S.A. (2022 - 2024), do Grupo Educacional Multivix (2021 – 2024), da São Paulo Turismo S.A. (2018 - 2023), da Companhia de Engenharia de Tráfego (2018 - 2023) e do Banco GM S.A. - Chevrolet Serviços Financeiros (2012 – 2018). Conselheiro de Administração da Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. – INVEPAR (2017) e da Lojas Salfer S.A. (2007 – 2009). Conselheiro Fiscal da Companhia de Saneamento de Minas Gerais - COPASA (2018 - 2023), da CSU Digital S.A. (2008 – 2016, 2018 - 2021), da Enauta Participações S.A. (2014 – 2019, 2021), da Linx S.A. (2018 - 2021), da Eldorado Brasil Celulose S.A. (2017), da Cia. Providência Indústria e Comércio (2012 – 2015), da Marfrig Global Foods S.A. (2010 e 2012) e da CR Almeida S.A. Engenharia e Construções (2011– 2015). Membro do Audit Committee Institute da KPMG, do EY Board Members Program, do Deloitte Boardroom Program e das Comissões de Comunicação e Mercado de Capitais e dos Certificados do IBGC. Conselheiro de Administração (2003 – 2008) e vice-presidente da Comissão Internacional do IBRI – Instituto Brasileiro de Relações com Investidores. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Conselho Fiscal	03/04/2025	Primeira RCA após AGO 2026	C.F.(Efetivo)Eleito p/Controlador		30/06/2025	Sim	03/04/2025

Nome TATIANA MUNHOZ

CPF: 291.216.868-66

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profis são: Advogada

Data de Nascimento: 17/04/1982

Experiência Profissional:

A Sra. Tatiana é graduada em Direito pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, com Pós-graduação em Direito Público pela Escola Paulista de Direito, Pós-graduação em Direito Processual Civil pela Universidade Presbiteriana Mackenzie, MBA em Crédito e Cobrança pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC e Educação Continuada em Direito Imobiliário pela Fundação Getúlio Vargas – FGV. Possui mais de 19 anos de experiência no mercado financeiro, com atuação nos Bancos Itaú e Safra. Responsável por liderar o departamento jurídico com atuação nas áreas de Contencioso Cível e Consultivo, Consumidor, Trabalhista, Tributário, Societário, Imobiliário e Criminal, com a sólida gestão de equipes. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Órgãos da Administração:

Órgão da Administração	Data da Eleição	Prazo do mandato	Cargo eletivo ocupado	Detalhar o cargo exercido	Data de posse	Foi eleito pelo controlador	Data de início do primeiro mandato
Diretoria	03/04/2025	AGO 2027	Outros Diretores	Diretora Jurídica	30/06/2025		26/07/2023

7.4 Composição dos comitês

Nome:ANTONIO SERGIO BOTELHO JUNIOR

CPF:153.262.998-28

Passaporte:

Nacionalidade:Brasil

Profissão:Administrador de Empresa

Data de Nascimento:04/04/1974

Experiência Profissional:

Formado pela PUC/SP em Administração de Empresas e especializado em Leadership Development Education pela University of Chicago Booth, possui vasta experiência em empresas nacionais e internacionais no segmento de negócios, finanças, gestão de pessoas e Recursos Humanos, especialmente em interface com Conselhos de Administração, processos de transformação cultural, estratégia de remuneração executiva e em desenvolvimento organizacional. Além disso, é membro do IBGC - Instituto Brasileiro de Governança Corporativa, atuando no Comitê de Pessoas.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)	19/08/2022	01/08/2027			19/08/2022	19/08/2022

Nome:

CLIVE JOSÉ VIEIRA BOTELHO

CPF:

045.565.448-40

Passaporte:

Nacionalidade:

Brasil

Profissão:

Engenheiro

Data de Nascimento:

03/12/1958

Experiência Profissional:

O Sr. Clive é graduado em Engenharia de Produção pela UFSCAR (Universidade Federal de São Carlos) e Administração de Empresas pela Mackenzie, com MBA em Finanças pelo IBMEC. Iniciou sua carreira no Banco Itaú em 1982. Entre os anos de 1985 e 2007, atuou na área de Tesouraria, Planejamento, MIS e Pricing nos seguintes bancos: BCN, Iochpe, BHM, BMG, WestLB, Standard Bank e Dresdner Bank. Entre os anos de 2008 e 2012, fez parte da equipe do Banco Pine como Vice-presidente do Corporate Banking. Na sequência, assumiu a posição de Head de Captação e Produtos de Atacado no Banco BMG. Em 2022, torna-se responsável pela frente de Novos Negócios. O membro ora mencionado também ocupa o cargo de Diretor nas controladas: (i) Pine Capital; (ii) Boreal Capital Ltda; (iii) Pine Assessoria e Consultoria Ltda; (iv) Pine Corretora de Seguros Ltda; (v) Pine Holding Ltda; (vi) Pine Investimentos DTVM Ltda; (vii) Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda; (viii) Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda; (ix) Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda; (x) P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda; e (xi) Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	03/05/2023	Indeterminado			03/05/2023	03/05/2023
Outros Comitês		Outros	27/06/2024	Primeira RCA após AGO 2025	Comitê Executivo	Membro do Comitê Executivo sem Direito a Voto	27/06/2024	27/06/2024

Nome: GERSOM PEREIRA
PRECARO

CPF: 226.492.648-10

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Ciências da Computação

Data de Nascimento: 01/10/1982

Experiência Profissional:

O Sr. Gersom é graduado em Ciências da Computação com MBA em Gestão de Negócios pelo IBMEC. Possui 18 anos de experiência em RH com atuação nos subsistemas da área de Pessoas como Remuneração e Benefícios, Folha, DH&O, em empresas nacionais e multinacionais, atuando em diversos segmentos como agribusiness, mercado financeiro e mineração. Em sua trajetória profissional passou pelo Itaú Unibanco, B3, CTC, Banco Fibra e Anglo American. Ingressou ao Banco Pine como Conselheiro - Membro Independente do Comitê de Remuneração. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Membro do Comitê (Efetivo)		Até a primeira reunião do C.A. após AGO 2027			07/05/2024	07/05/2024

Nome: HARUMI SUSANA UETA
WALDECK

CPF: 100.754.348-57

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administradora de Empresas

Data de Nascimento: 21/06/1965

Experiência Profissional:

Graduada em Administração de Empresas pela Universidade Mackenzie e MBA pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC/INSPER SP. Possui 31 anos de experiência no mercado financeiro nas áreas de Planejamento, Orcamento, Controles, Custos e Controladoria, atuou no Banco Sudameris Brasil S/A, Banco Dibens S/A e Banco Pine S/A. No Pine trabalhou desde sua fundação passando pela abertura de capital e demais fases de consolidação da instituição.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	30/06/2025	14/08/2028			05/06/2023	05/06/2023

Nome: IGOR ESTEVES PINHEIRO **CPF:** 220.176.578-24 **Passaporte:** **Nacionalidade:** Brasil **Profissão:** Administrador de Empresas **Data de Nascimento:** 13/05/1979

Experiência Profissional: Graduado em Administração de Empresas pela American Intercontinental University, Londres, UK. Participou de diversas instituições, nas áreas de Finanças e Seguros. Atuou no Pine como Diretor na área de Corporate Banking até fevereiro de 2016, quando renunciou para assumir o cargo de Vice-Presidente do Conselho de Administração do Banco. Nos últimos 5 anos o conselheiro não exerceu atividade em sociedades que integram o grupo econômico da Companhia ou de sócios com participação, igual ou superior a 5% de uma mesma classe ou espécie de valores mobiliários da Companhia.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Presidente do Comitê		indeterminado			04/01/2024	

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO

CPF: 026.336.983-87

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Banqueiro

Data de Nascimento: 13/06/1951

Experiência Profissional:

O Sr. Noberto atuou como acionista controlador, VP Executivo e membro permanente do Comitê Executivo e Comitê Superior de Crédito do Banco BMC. Entre 1975 e 1996, atuou em áreas Comerciais, Produtos e Marketing. Já em 1997, fundou o Banco Pine. O Acionista Majoritário, em janeiro de 2007 fora eleito Presidente do Conselho de Administração do Banco, cargo que ocupa até a presente data. O membro ora mencionado também ocupa o cargo de Diretor nas controladas: (i) Pine Corretora de Seguros Ltda. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Remuneração		Presidente do Comitê	28/04/2020	01/08/2027			28/04/2020	28/04/2020

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO JUNIOR

CPF: 308.529.408-23

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administrador de Empresa

Data de Nascimento: 21/03/1977

Experiência Profissional:

O Sr. Noberto Jr. iniciou sua carreira como Analista de Fusões e Aquisições e de Crédito no West Merchant Bank e Pine Bank em Londres e Miami. Trabalhou no Banco Pactual S.A. e GreenLake Capital LLC em Nova York. Atuou no Banco Pine em posições de liderança, como Chefe de Operações e Administrativos, Finanças, Presidente Executivo e no Conselho de Administração como Vice-Presidente, Membro do Conselho de Administração. O membro ora mencionado também ocupa o cargo de Diretor nas controladas: (i) Pine Capital; (ii) Boreal Capital Ltda; (iii) Pine Assessoria e Consultoria Ltda; (iv) Pine Corretora de Seguros Ltda; (v) Pine Holding Ltda; (vi) Pine Investimentos DTVM Ltda; (vii) Pine Ativos Imobiliários SPE Ltda; (viii) Pine Empreendimentos Imobiliários Ltda; (ix) Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda; (x) P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda; e (xi) Eco Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Risco		Membro do Comitê (Efetivo)	11/07/2022	Indeterminado			11/07/2022	11/07/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: SÉRGIO MACHADO ZICA DE CASTRO

CPF: 477.334.546-20

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Engenheiro Metalúrgico

Data de Nascimento: 17/10/1961

Experiência Profissional:

O Sr. Sergio é graduado em Engenharia Metalúrgica e Ciências Econômicas, com mestrado no Colorado School – EUA. Possui vasta experiência em posição de liderança no mercado, sendo sócio diretor de empresas e gestor de investimentos. Desde 2013, atua como membro do Comitê de Auditoria do Banco Pine. Declara não ter ocorrido qualquer tipo de condenação criminal, em processo administrativo da CVM, do Banco Central do Brasil ou da Superintendência de Seguros Privados, transitado em julgado, na esfera judicial ou administrativa que o tenha suspenso ou inabilitado para a prática de uma atividade profissional ou comercial qualquer, durante os últimos 5 anos. Não é considerado Pessoa Exposta Politicamente, nos termos da Resolução CVM nº 50.

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatutário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Membro do Comitê (Efetivo)	30/06/2025	01/02/2027			03/04/2025	01/02/2022

Condenações:

Tipo de Condenação	Descrição da Condenação
--------------------	-------------------------

N/A

Nome: WALKYRIA APARECIDA AUGUSTO

CPF: 093.463.678-81

Passaporte:

Nacionalidade: Brasil

Profissão: Administra
dora

Data de Nascimento: 09/08/1967

Experiência Profissional:

33 anos de experiência no mercado financeiro nas áreas de Auditoria Externa, Auditoria interna, Compliance, Controles Internos, Risco Operacional e Prevenção e Combate a Lavagem de Dinheiro e Financiamento ao Terrorismo nas empresas PWC, BankBoston (Brasil e EUA), Itaú, Cetip e Banco Original.Certificações CIA, CCSA, CRMA pelo IIA - Institute of Internal Auditors

Comitês:

Tipo comitê	Tipo auditoria	Cargo ocupado	Data posse	Prazo mandato	Descrição de outros comitês	Descrição de outro cargo/função	Data da eleição	Data de início do primeiro mandato
Comitê de Auditoria	Comitê de Auditoria Estatuário aderente a Resolução CVM nº 23/21	Presidente do Comitê	30/06/2025	23/08/2026			28/06/2021	23/08/2021

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Igor Esteves Pinheiro	220.176.578-24	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Noberto Nogueira Pinheiro	026.336.983-87	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	Pai ou Mãe (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Igor Esteves Pinheiro	220.176.578-24	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
RODRIGO ESTEVES PINHEIRO	221.853.258-17	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Igor Esteves Pinheiro	220.176.578-24	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO JUNIOR	308.529.408-23	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Executivo	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
RODRIGO ESTEVES PINHEIRO	221.853.258-17	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	
Vice-Presidente do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Roberto Nogueira Pinheiro	026.336.983-87	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
RODRIGO ESTEVES PINHEIRO	221.853.258-17	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	
Vice-Presidente do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO JUNIOR	308.529.408-23	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração e Diretor Executivo	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
RODRIGO ESTEVES PINHEIRO	221.853.258-17	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	
Vice-Presidente do Conselho de Administração.	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
IGOR ESTEVES PINHEIRO	220.176.578-24	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.5 Relações familiares

Nome	CPF	Nome empresarial do emissor ou controlada	CNPJ	Tipo de parentesco com o administrador do emissor ou controlada
Cargo	Passaporte		Nacionalidade	
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Noberto Nogueira Pinheiro Junior	308.529.408-23	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
Noberto Nogueira Pinheiro	026.336.983-87	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	Filho ou Filha (1º grau por consanguinidade)
Presidente do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Noberto Nogueira Pinheiro Junior	308.529.408-23	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
RODRIGO ESTEVES PINHEIRO	221.853.258-17	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Vice Presidente do Conselho de Administração e Diretor Executivo	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				
<u>Administrador do emissor ou controlada</u>				
Noberto Nogueira Pinheiro Junior	308.529.408-23	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Pessoa relacionada</u>				
IGOR ESTEVES PINHEIRO	220.176.578-24	BANCO PINE S.A	62.144.175/0001-20	Irmão ou Irmã (1º grau por consanguinidade)
Membro do Conselho de Administração	N/A		Brasileiro(a)	
<u>Observação</u>				

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
Exercício Social 31/12/2024			
<u>Administrador do Emissor</u>			
NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO	026.336.983-87	Controle	Controlada Direta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
P3 DESENVOLVIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA	24.769.056/0001-73		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PINE INVESTIMENTOS DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS LTDA	92.236.777/0001-78		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

<u>Administrador do Emissor</u>			
NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PINE ASSESSORIA E CONSULTORIA LTDA	14.802.384/0001-70		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PINE PLANEJAMENTO E SERVIÇOS LTDA	16.417.799/0001-56	Brasileiro(a) - Brasil	
Sócio	N/A		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PINE CORRETORA DE SEGUROS LTDA	27.107.955/0001-07	Brasileiro(a) - Brasil	
Sócio-Diretor	N/A		
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO	026.336.983-87	Brasileiro(a) - Brasil	
Presidente do Conselho de Administração	N/A		
<u>Observação</u>			

7.6 Relações de subordinação, prestação de serviço ou controle

Identificação	CPF/CNPJ	Tipo de relação do Administrador com a pessoa relacionada	Tipo de pessoa relacionada
Cargo/Função	Passaporte	Nacionalidade	
<u>Administrador do Emissor</u>			
NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PINE CAMPO GRANDE EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO SPE LTDA	30.040.154/0001-78		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PINE ATIVOS IMOBILIARIOS LTDA	32.196.276/0001-83		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
<u>Administrador do Emissor</u>			
NOBERTO NOGUEIRA PINHEIRO	026.336.983-87	Controle	Controlada Indireta
Presidente do Conselho de Administração	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Pessoa Relacionada</u>			
PINE REALTY XXVIII EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA.	27.969.560/0001-05		
Sócio	N/A	Brasileiro(a) - Brasil	
<u>Observação</u>			
Sócio			

7.7 Acordos/seguros de administradores

7.7. Descrever as disposições de quaisquer acordos, inclusive apólices de seguro, que prevejam o pagamento ou o reembolso de despesas suportadas pelos administradores, decorrentes da reparação de danos causados a terceiros ou ao emissor, de penalidades impostas por agentes estatais, ou de acordos com o objetivo de encerrar processos administrativos ou judiciais, em virtude do exercício de suas funções:

Em 14/02/2025 o Banco Pine firmou junto a Zurich Minas Brasil Seguros S/A, o seguro de responsabilidade civil de administradores e diretores (DIRECTORS AND OFFICER LIABILITY - D&O), com objetivo de pagamento, a título de perdas e danos, devido a terceiros pelo Banco, em decorrência de ato ou fato pelo qual seja responsabilizado durante a vigência da apólice. A referida apólice de seguro permanecerá vigente até 14 de fevereiro de 2026, o prêmio líquido do seguro foi de R\$ 166.036,32 (cento e sessenta e seis mil, trinta e seis reais e trinta e dois centavos) e a importância segurada (limite máximo de garantia da apólice) é de R\$ 65.000.000,00 (sessenta e cinco milhões de reais).

7.8 Outras informações relevantes

7.8. Outras informações que o emissor julgue relevantes:

A posse de todos os Membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal, da Diretoria e do Comitê de Auditoria, conforme indicado nos itens 7.3 e 7.4, está pendente de homologação do Banco Central do Brasil. Desta forma, a Companhia se responsabiliza a atualizar todos os itens necessários após a referida homologação.

8.1 Política ou prática de remuneração

8.1 - Descrição da política ou prática de remuneração, inclusive da diretoria não estatutária

a) objetivos da política ou prática de remuneração, informando se a política de remuneração foi formalmente aprovada, órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A política de remuneração do Banco Pine visa cumprir a legislação vigente, padrões de governança corporativa e competitividade com o mercado.

Além disso, ela tem objetivo de assegurar a capacidade do Banco de atrair e reter profissionais qualificados, que possam contribuir para o desenvolvimento estratégico do Banco.

A sua elaboração se baseia em 4 (quatro) pilares: cultura, objetivos do negócio, práticas de mercado e gestão de risco.

O Conselho de Administração é o órgão responsável por aprovar o relatório anual de política de remuneração proposto pelo Comitê de Remuneração.

Conselho de Administração e Comitês de Auditoria e Remuneração:

A política de remuneração do Conselho de Administração e dos Comitês de Auditoria e Remuneração visa atrair e garantir a permanência de profissionais altamente qualificados, que possam contribuir para o desenvolvimento estratégico institucional.

Todos os conselheiros que são membros externos e/ou independentes possuem honorários fixos mensais, definidos de acordo com o número de fóruns que o conselheiro participará.

Os Administradores que fazem parte do Conselho e/ou Comitês obedecem às práticas da diretoria estatutária abaixo.

Diretoria Estatutária:

O pacote de remuneração tem como objetivo atrair, reter e reconhecer profissionais qualificados, que possam contribuir para o desenvolvimento estratégico do Banco.

Os Administradores possuem remuneração fixa e benefícios alinhados às boas práticas de mercado e são elegíveis à remuneração variável anual e/ou incentivos de longo prazo, atrelados ao desempenho institucional e performance individual aferidos por meio de instrumentos que compõem a política, e, serão detalhados neste documento.

b) práticas e procedimentos adotados pelo conselho de administração para definir a remuneração individual do conselho de administração e da diretoria, indicando:

8.1 Política ou prática de remuneração

- i) os órgãos e comitês do emissor que participam do processo decisório, identificando de que forma participam;
- ii) critérios e metodologia utilizada para a fixação da remuneração individual, indicando se há a utilização de estudos para a verificação das práticas de mercado, e, em caso positivo, os critérios de comparação e a abrangência desses estudos;
- iii) com que frequência e de que forma o conselho de administração avalia a adequação da política de remuneração do emissor.

A remuneração dos membros do Conselho de Administração e Comitês está atrelada às boas práticas de mercado e hierarquia, observadas em pesquisas específicas para Conselhos de Administração e Governança, apresentadas pelo Comitê de Remuneração em reuniões específicas.

O Conselho de Administração avalia a adequação da política de remuneração anualmente.

c) Composição da remuneração

- seus objetivos e alinhamento aos interesses de curto, médio e longo prazo do emissor;
- sua proporção na remuneração total nos 3 últimos exercícios sociais;
- sua metodologia de cálculo e de reajuste;
- principais indicadores de desempenho nele levados em consideração, inclusive, se for o caso, indicadores ligados a questões ESG.

Remuneração Fixa: são considerados remuneração fixa os salários e honorários pagos mensalmente. Os valores pagos como remuneração fixa seguem padrões de mercado e permitem a atração e retenção de profissionais que agreguem valor aos resultados do Banco.

Remuneração Variável: Para os Diretores é composta por um Acordo Individual, firmado anualmente, e eventualmente pode ser firmado um incentivo de longo prazo, vinculado à performance. Para os demais colaboradores do Banco, é composta por uma parcela de PLR estabelecida pelo acordo do sindicato dos bancários e também por uma parcela de PPLR definida em acordo próprio.

O acordo próprio de PPLR possui instrumentos de aferição que estão atrelados aos seguintes critérios: desempenho corporativo; desempenho da unidade/área, quando aplicável; avaliação de performance individual; e competências do Banco.

Nosso plano de remuneração variável visa alinhar os interesses dos Administradores e acionistas do Banco, bem como desenvolver sua gestão de riscos e governança corporativa, dando mais conforto e transparência para o mercado.

8.1 Política ou prática de remuneração

O programa de remuneração variável e de incentivos de longo prazo estão em conformidade com a Resolução nº 5.177/24 do Conselho Monetário Nacional.

Parte da remuneração variável anual é paga em ações ou instrumentos baseados em ações, com *vesting* futuro à razão de 1/3 a cada ano. Os incentivos de longo prazo são instrumentos baseados em ações, com *vestings* futuros parcelados em no mínimo 3 parcelas, a depender de cada instrumento e, tem como principal objetivo atrelar a retenção do executivo conectada ao seu desempenho perante os desafios do negócio.

Os membros externos e independentes do Conselho de Administração e Comitês de Auditoria e Remuneração não possuem Remuneração Variável.

Benefícios

O pacote de benefícios dos administradores inclui: vale refeição; vale alimentação; vale mobilidade; seguro de vida em grupo; seguro de saúde; seguro patrimonial D&O; assistência odontológica; auxílio creche; estacionamento; notebook; e telefone celular.

Os membros externos e independentes do Conselho de Administração e Comitês de Auditoria e Remuneração possuem somente o benefício seguro de vida.

Aos membros externos e independentes do COAUD e do Conselho de Administração com os cargos de Presidentes, estes fazem jus ao benefício de assistência médica.

Todos os nossos benefícios obedecem às políticas de concessão de benefícios vigente e estão alinhados às práticas do mercado financeiro, ao acordo coletivo e à legislação trabalhista.

De acordo com a tabela abaixo as proporções para o ano de 2024 foram:

% em relação a remuneração total paga a título de	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	94,91%	0,00%	5,09%	100,00%
Comitê Auditoria e Remuneração	89,71%	0,00%	10,29%	100,00%
Diretoria Executiva	51,80%	45,03%	3,17%	100,00%

Nota: Três diretores receberam a RV de forma proporcional, considerando o tempo de CLT x tempo de estatutário, e tivemos 2 diretores que receberam RV como CLT e não como ADM.

8.1 Política ou prática de remuneração

Considerando o quadro cheio da Diretoria, a distribuição ficaria da seguinte forma: fixo 48,36%, variável 48,68% e benefício 2,96%.

De acordo com a tabela abaixo as proporções para o ano de 2023 foram:

% em relação a remuneração total paga a título de	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	95,32%	0,0%	4,68%	100%
Comitê Auditoria e Remuneração	89,32%	0,0%	10,68%	100%
Diretoria Executiva	37,08%	60,48%	2,44%	100%

De acordo com a tabela abaixo as proporções para o ano de 2022 foram:

% em relação a remuneração total paga a título de	Remuneração Fixa	Remuneração Variável	Benefícios	Total
Conselho de Administração	95,67%	0,0%	4,33%	100,0%
Comitê Auditoria e Remuneração	98,00%	0,0%	2,0%	100,0%
Diretoria Executiva	43,48%	53,71%	2,81%	100,0%

A remuneração dos membros externos e independentes do Conselho de Administração e Comitês de Auditoria e Remuneração é avaliada pontualmente através de pesquisas específicas realizadas com consultorias renomadas.

A remuneração fixa dos Administradores é comparada anualmente com o mercado por meio de pesquisas realizadas por consultorias externas especializadas com o objetivo de aferir a sua competitividade e eventualmente avaliar a necessidade de revisão nos componentes de remuneração. No ano de 2020 conforme a resolução do Bacen nº 4820 foi vetado qualquer alteração de incremento na remuneração fixa ou variável dos administradores. Como iniciativa prudencial condizente com os riscos da pandemia, na ocasião, os administradores e conselheiros tiveram redução da remuneração fixa em 20% por prazo indeterminado com a prerrogativa de ser reavaliado conforme determinações do Conselho de Administração. No ano de 2021, com a melhoria do cenário provocado pela pandemia, foi aprovada a recomposição de maneira escalonada da remuneração fixa dos administradores que tiveram redução. Com intuito de corrigir a remuneração fixa, baseando-se nos indicadores de inflação do ano, em 2021 também foi aprovado um incremento de 5% na remuneração fixa dos administradores em calendário escalonado.

- i) razões que justificam a composição da remuneração

8.1 Política ou prática de remuneração

A remuneração dos membros externos e independentes do Conselho de Administração e Comitês de Auditoria e Remuneração está atrelada às práticas de mercado observadas em pesquisas para conselheiros.

A política adotada para diretores estatutários visa reter e reconhecer nossos administradores, mantendo uma remuneração competitiva com o mercado, alinhada à gestão de riscos no curto e longo prazo e meritocracia.

- ii) a existência de membros não remunerados pelo emissor e a razão para esse fato

Não há membros não remunerados no Banco Pine.

d) existência de remuneração suportada por subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos

O Banco paga as remunerações dos membros do seu conselho de administração, diretoria estatutária e comitês. Não existem membros do conselho de administração, dos comitês e da diretoria estatutária que recebam remuneração suportada por empresas subsidiárias, controladas ou controladores diretos ou indiretos.

e) existência de qualquer remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário, tal como a alienação do controle societário do emissor

Não há remuneração ou benefício vinculado à ocorrência de determinado evento societário.

8.2 Remuneração total por órgão

Remuneração total prevista para o Exercício Social corrente 31/12/2025 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	10,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	4,00	10,00	3,00	17,00
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.654.600,00	10.956.000,00	378.000,00	14.988.600,00
Benefícios direto e indireto	480.000,00	2.982.676,80	6.000,00	3.468.676,80
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	1.378.485,00	2.465.100,00	85.050,00	3.928.635,00
Descrição de outras remunerações fixas	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante informado no campo "Outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	17.694.630,12	0,00	17.694.630,12
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	11.796.420,08	0,00	11.796.420,08
Descrição de outras remunerações variáveis	ste item não é aplicável porque além da Remuneração variável (bônus, participação de resultados e participação em reuniões), o Pine não pratica outras remunerações variáveis, além das já mencionadas.	Em Outros consideramos os Incentivos de Longo prazo que são instrumentos baseados em ações, concedidos pontualmente. Todos possuem vestings futuros parcelados em no mínimo 3 parcelas, a depender de cada instrumento. Encargos sobre a remuneração variável (Participação de Resultados).	N/A	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	0,00	0,00	0,00
Observação		De acordo com a resolução do BACEN 5.177, o montante previsto para o exercício de 2025 relacionado a Participação de Resultados da Diretoria Estatutária será de R\$ 29.491.050. Desta remuneração, de acordo com a resolução do BACEN 5.177, 50% deve ser reconhecido com pagamento a vista (R\$ 14.745.525 – Informado na tabela acima no campo "Participação de Resultados") e os demais 50% (R\$ 14.745.525 – Informados na tabela acima no campo "Baseada em Ações") devem ser convertidos em incentivo de longo prazo baseado em ações restritas, sendo seu pagamento escalonado no mínimo de 3 anos com pagamentos futuros.		
Total da remuneração	5.513.085,00	45.894.827,00	469.050,00	51.876.962,00

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2024 - Valores Anuais				
	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	10,00	1,75	17,75
Nº de membros remunerados	4,00	8,75	1,75	14,50
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.714.000,00	9.009.499,99	159.300,00	12.882.799,99
Benefícios direto e indireto	272.024,47	1.179.522,87	1.015,74	1.452.563,08
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	835.650,00	10.293.444,38	35.842,50	11.164.936,88
Descrição de outras remunerações fixas	Refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS)	Refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	-	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	9.940.365,46	0,00	9.940.365,46
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	6.626.910,30	0,00	6.626.910,30
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Em Outros consideramos os Incentivos de Longo prazo que são instrumentos baseados em ações, concedidos pontualmente. Todos possuem vestings futuros parcelados em no mínimo 3 parcelas, a depender de cada instrumento. Encargos sobre a remuneração variável (Participação de Resultados).	-	
Pós-emprego	0,00	0,00	0,00	0,00
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	211.824,04	0,00	211.824,04
Observação		De acordo com a resolução do BACEN 3.921, o montante previsto para o exercício de 2024 relacionado a Participação de Resultados da Diretoria Estatutária será de R\$ 21.408.700,00. Desta remuneração, de acordo com a resolução do BACEN 3.921, 50% deve ser reconhecido com pagamento a vista (R \$10.704.350,00 – Informado na tabela acima no campo “Participação de Resultados”) e os demais 50% (R\$ 10.704.350,00 – Informados na tabela acima no campo “Baseada em Ações”) devem ser convertidos em incentivo de longo prazo baseado em ações restritas, sendo seu pagamento escalonado no mínimo de 3 anos com pagamentos futuros.		
Total da remuneração	4.821.674,47	37.261.567,04	196.158,24	42.279.399,75

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2023 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	7,00		13,00
Nº de membros remunerados	4,00	5,92		9,92
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.718.970,00	6.253.464,73		9.972.434,73
Benefícios direto e indireto	249.098,71	699.703,16		948.801,87
Participações em comitês	0,00	0,00		0,00
Outros	836.768,25	2.520.186,85		3.356.955,10
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos recolhidos sobre o salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS)	Encargos recolhidos sobre o salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS)		
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00		0,00
Participação de resultados	0,00	8.106.331,18		8.106.331,18
Participação em reuniões	0,00	0,00		0,00
Comissões	0,00	0,00		0,00
Outros	0,00	0,00		0,00
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	N/A		
Pós-emprego	0,00	0,00		0,00
Cessação do cargo	1.184,17	1.837.257,39		1.838.441,56
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	9.201.417,53		9.201.417,53
Observação		Em 2023 em função da reorganização da diretoria estatutária, reorganização do plano de negócios e do modelo de gestão do Banco, visando a retomada de resultados positivos, otimização dos custos, aumento de eficiência e melhor integração, foi outorgado em caráter de exceção 1 novo plano de retenção aos executivos do Banco. O montante destinado ao programa de retenção soma-se a importância de R\$ 7,5 milhões.		
Total da remuneração	4.806.021,13	28.618.360,84		33.424.381,97

Remuneração total do Exercício Social em 31/12/2022 - Valores Anuais

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,50	8,42	1,25	15,17
Nº de membros remunerados	4,00	8,42	1,25	13,67
Esclarecimento				
Remuneração fixa anual				
Salário ou pró-labore	3.060.000,00	6.783.263,36	91.500,00	9.934.763,36
Benefícios direto e indireto	169.662,96	950.611,65	483,12	1.120.757,73
Participações em comitês	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	688.500,00	5.657.126,03	20.587,50	6.366.213,53
Descrição de outras remunerações fixas	Encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS)	O montante "outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	O montante "outros" refere-se aos encargos recolhidos sobre salário (INSS e FGTS) ou pró-labore (INSS).	
Remuneração variável				
Bônus	0,00	0,00	0,00	0,00
Participação de resultados	0,00	4.674.834,41	0,00	4.674.834,41
Participação em reuniões	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros	0,00	12.015.047,85	0,00	12.015.047,85
Descrição de outras remunerações variáveis	N/A	Em outros consideramos os incentivos de longo prazo que são instrumentos baseados em ações, concedidos pontualmente. Todos possuem vestings futuros parcelados em no mínimo 3 parcelas, a depender de cada instrumento.	N/A	
Pós-emprego	0,00	2.270.235,28	0,00	2.270.235,28
Cessação do cargo	0,00	0,00	0,00	0,00
Baseada em ações (incluindo opções)	0,00	1.480.000,00	0,00	1.480.000,00
Observação	N/A	N/A	N/A	
Total da remuneração	3.918.162,96	33.831.118,58	112.570,62	37.861.852,16

8.3 Remuneração Variável

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	10,00	3,00	19,00
N° de membros remunerados	4,00	10,00	3,00	17,00
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3964800,00	0,00	3.964.800,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	29736000,00	0,00	29.736.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	19824000,00	0,00	19.824.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	10,00	1,75	17,75
N° de membros remunerados	4,00	10,00	1,75	15,75
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	3675600,00	0,00	3.675.600,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	18378000,00	0,00	18.378.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	27567000,00	0,00	27.567.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	16567275,76	0,00	16.567.275,76

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
N° total de membros	6,00	7,00		13,00
N° de membros remunerados	4,00	5,92		9,92
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00		0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00		0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00		0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	2981200,00		2.981.200,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	22359000,00		22.359.000,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	14906000,00		14.906.000,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	17190000,00		17.190.000,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,50	8,42	1,25	15,17
Nº de membros remunerados	4,00	8,42	1,25	13,67
Esclarecimento				
EM RELAÇÃO AO BÔNUS				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
EM RELAÇÃO À PARTICIPAÇÃO NO RESULTADO				
Valor mínimo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor máximo previsto no plano de remuneração	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor previsto no plano de remuneração, caso as metas estabelecidas fossem atingidas	0,00	0,00	0,00	0,00
Valor efetivamente reconhecido no exercício social	0,00	4674834,41	0,00	4.674.834,41

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

8.4 - Em relação ao plano de remuneração baseado em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, em vigor no último exercício social e previsto para o exercício social corrente, descrever:

a) termos e condições gerais

O Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Remuneração não possuem remuneração variável e pagamento em ações.

Em conformidade à Resolução nº 5.177/24 do Conselho Monetário Nacional, nosso modelo de remuneração variável total atribuída pela performance dos Administradores é baseada no mínimo em 50% em ações, ou instrumentos baseados em ações, dos quais são diferidas 40% do montante por no mínimo 3 anos com períodos de liberação anual.

b) data de aprovação e órgão responsável

O atual Plano de remuneração visa alinhar os interesses dos Administradores aos interesses dos acionistas do Banco, bem como desenvolver sua gestão de riscos e governança corporativa, dando mais conforto e transparência para o mercado através da transformação das visões de curto prazo em médio e longo.

c) número máximo de ações abrangidas

O programa não contempla número máximo de ações.

d) número máximo de opções a serem outorgadas

O Banco não fará pagamentos em opções.

e) condições de aquisição de ações

Os Administradores do Banco receberão suas ações ou instrumentos baseados em ações, como parte do pagamento da remuneração variável por performance, conforme previamente disposto na política de remuneração atrelada a resolução nº 5.177/24 do CMN.

f) critérios para fixação do preço de aquisição ou exercício

Os instrumentos baseados em ações, dependendo da regra definida no ano do exercício do programa, podem ser precificadas pelo valor médio das ações PINE4 dos últimos 20 (vinte) pregões da bolsa de valores anteriores a 31 de janeiro do ano do pagamento, conforme oscilação do mercado ou pelo valor da ação patrimonial na data de encerramento do exercício anterior.

g) critérios para fixação do prazo de aquisição ou exercício.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

O direito de disposição destas ações ou instrumentos baseados em ações, serão diferidos obedecendo a seguinte regra:

- Ao final do primeiro ano do diferimento, o Administrador poderá dispor de apenas 1/3 (um terço) do total de ações diferidas;
- Ao final do segundo ano do diferimento, o Administrador apenas poderá dispor de outros 1/3 (um terço) das ações diferidas;
- Ao final do terceiro e último ano do diferimento, o Administrador poderá dispor dos 1/3 (um terço) restantes das ações diferidas.

h) forma de liquidação

- Caso o instrumento seja em ações PINE4, na concessão a liquidação se dá via custódia;
- Na venda das ações *vested* a liquidação se dá via ambiente de bolsa em corretora definida pelo executivo.
- Caso o instrumento seja *Phantom Stocks* (Instrumentos baseados em ações), a liquidação se dá através do pagamento via depósito em folha de pagamento, obedecendo as devidas datas de *vesting*.

i) restrições à transferência das ações

É restrita a transferência das ações PINE4 antes dos períodos de liberação e nos períodos de vedação a negociação, além de consulta à área de Compliance antes da negociação.

j) critérios e eventos que, quando verificados, ocasionarão a suspensão, alteração ou extinção do plano

(1) No caso de redução significativa do lucro recorrente realizado ou de ocorrência de resultado negativo do Banco ou de qualquer uma de suas unidades de negócios durante o período de diferimento, as parcelas cujo direito de disposição dos Administradores ainda não tiver sido assegurado por não terem decorrido os prazos previstos no item (j) acima poderão ser revertidas pelo Banco de forma proporcional à redução no resultado e em plena consonância da Resolução n.º 5.177/24 do Conselho Monetário Nacional.

(2) Esclarece-se ainda que, em caso de reversão de ações não liberadas decorrentes de redução do lucro, compete ao Comitê de Remuneração e ao Conselho de Administração a decisão final pela aplicabilidade de tais reduções.

k) efeitos da saída do administrador dos órgãos do emissor sobre seus direitos previstos no plano de remuneração baseado em ações

(1) Na hipótese de o contrato de trabalho ser rescindido, sem justa causa, por iniciativa da instituição financeira ou por pedido de desligamento por parte do Administrador, com o objetivo de aposentadoria, o Administrador permanecerá com as ações em seu nome e as condições de liberação contratadas na adesão ao programa (proporcionalidade e prazo) permanecerão inalteradas.

8.4 Plano de remuneração baseado em ações

(2) Caso o Administrador solicite demissão com o objetivo de assumir um novo vínculo empregatício com instituições fora do mercado financeiro ou que não sejam parte dos grupos econômicos atendidos pelo Banco Pine na data do seu desligamento, a manutenção da propriedade das ações será julgada pelo Comitê de Remuneração e submetida à apreciação do Conselho de Administração.

(3) Caso o Administrador solicite demissão com o objetivo de se recolocar em outra instituição financeira ou grupo econômico atendido pelo Banco Pine, ou o vínculo seja rescindido por justa causa a qualquer momento, eventuais ações pendentes de liberação serão devolvidas ao Banco Pine.

8.5 Remuneração Baseada em Ações (Opções de Compra de Ações)

Exercício Social: 31/12/2025

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	10,00	3,00	19,00
Nº de membros remunerados	4,00	10,00	3,00	17,00
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	6,00	10,00	1,75	17,75
Nº de membros remunerados	4,00	10,00	1,75	15,75
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Nº total de membros	5,50	8,42	1,25	15,17
Nº de membros remunerados	4,00	8,42	1,25	13,67
Diluição potencial em caso de exercício de todas as opções em aberto	0,000000	0,000000	0,000000	0,00
Esclarecimento				----
PREÇO MÉDIO PONDERADO DE EXERCÍCIO DE CADA UM DOS SEGUINTE GRUPOS DE OPÇÕES				
Em aberto no início do exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Perdas e expiradas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00
Exercidas durante o exercício social	0,00	0,00	0,00	0,00

8.6 Outorga de opções de compra de ações

8.6 - Em relação à cada outorga de opções de compra de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Em virtude do cancelamento do Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão do Banco aprovado em 10 de agosto de 2007, este não chegou a ser implementado, sendo as opções outorgadas, porém nunca exercidas.

O Pine não possui plano de Opção de Compra de Ações de Emissão própria. O atual Plano de Incentivo de longo prazo foi instituído em 2012 conforme Resolução nº 5.177/24 do Conselho Monetário Nacional.

8.7 Opções em aberto

8.7 Em relação às opções em aberto do conselho de administração e da diretoria estatutária ao final do último exercício social, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Em virtude do cancelamento do Plano de Opção de Compra de Ações de Emissão do Banco aprovado em 10 de agosto de 2007, este não chegou a ser implementado, sendo as opções outorgadas, porém nunca exercidas.

O Pine não possui plano de Opção de Compra de Ações de Emissão própria. O atual Plano de Incentivo de longo prazo foi instituído em 2012 conforme Resolução nº 5.177/24 do Conselho Monetário Nacional.

8.8 Opções exercidas e ações entregues

8.8 - Em relação às opções exercidas relativas à remuneração baseada em ações do conselho de administração e da diretoria estatutária, nos 3 últimos exercícios sociais, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

2024	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Total
Número de Membros	6	10	16
Número de Membros Remunerados	4	8,75	12,75
Opções Exercidas	n/a	n/a	n/a
Número de ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a	n/a
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a	n/a
Ações Entregues	n/a	n/a	n/a
Número de ações entregues	n/a	4.621.628	4.621.628
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	2,76	2,76
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas adquiridas	n/a	n/a	n/a

2023	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Total
Número de Membros	6	7	13
Número de Membros Remunerados	4	5,92	9,92
Opções Exercidas	n/a	n/a	n/a
Número de ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a	n/a
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a	n/a

8.8 Opções exercidas e ações entregues

Ações Entregues	n/a	n/a	n/a
Número de ações entregues	n/a	1.609.404	1.609.404
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	2,76	2,76
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas adquiridas	n/a	n/a	n/a

2022	Conselho de Administração	Diretoria Executiva	Total
Número de Membros	5,5	8,42	13,92
Número de Membros Remunerados	4,0	8,42	12,42
Opções Exercidas	n/a	n/a	n/a
Número de ações	n/a	n/a	n/a
Preço médio ponderado de exercício	n/a	n/a	n/a
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas às opções exercidas	n/a	n/a	n/a
Ações Entregues	n/a	n/a	n/a
Número de ações entregues	n/a	3.099.444	3.099.444
Preço médio ponderado de aquisição	n/a	1,58	1,58
Diferença entre o valor de exercício e o valor de mercado das ações relativas adquiridas	n/a	n/a	n/a

8.9 Diluição potencial por outorga de ações

8.9 Em relação à remuneração baseada em ações, sob a forma de ações a serem entregues diretamente aos beneficiários, reconhecida no resultado dos 3 últimos exercícios sociais e à prevista para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis a remuneração baseada em ações.

Parte da remuneração variável da Diretoria Estatutária é paga em instrumentos baseados em ações, com prazo de diferimento até 3 anos, em linha com as regras da Res. CMN nº 5.177/24.

Nos últimos três exercícios sociais (2022, 2023 e 2024), não houve outorgas de opções de compra de ações. A última outorga foi realizada em fevereiro de 2017, com prazo para exercício nos anos de 2018, 2019 e 2020. Desde 2019 o Banco paga a remuneração variável com instrumentos baseados em ações nomeados de ações *phantom*, que são baseadas no preço das ações PINE4 ou no Valor da Ação Patrimonial.

8.10 Outorga de ações

8.10 Em relação à cada outorga de ações realizada nos 3 últimos exercícios sociais e previstas para o exercício social corrente, do conselho de administração e da diretoria estatutária, elaborar tabela com o seguinte conteúdo:

Os membros do Conselho de Administração não são elegíveis a remuneração baseada em ações.

Parte da remuneração variável da Diretoria Estatutária é paga em instrumentos baseados em ações, com prazo de diferimento até 3 anos, em linha com as regras da Res. CMN nº 5.177/24.

Nos últimos três exercícios sociais (2022, 2023 e 2024), não houve outorgas de opções de compra de ações. A última outorga foi realizada em fevereiro de 2017, com prazo para exercício nos anos de 2018, 2019 e 2020. Desde 2019 o Banco paga a remuneração variável com instrumentos baseados em ações nomeados de ações *phantom*, que são baseadas no preço das ações PINE4 ou no Valor da Ação Patrimonial.

8.11 Ações Entregues

Exercício Social: 31/12/2024

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	6,00	10,00	1,75
N° de membros remunerados	4,00	8,75	1,75
N° de ações	0	6.626.910	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	0,00	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2023

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	6,00	7,00	
N° de membros remunerados	4,00	5,92	
N° de ações	0	1.609.404	
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	2,76	
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	2,76	
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	
Esclarecimento			

Exercício Social: 31/12/2022

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
N° total de membros	5,50	8,42	1,25
N° de membros remunerados	4,00	8,42	1,25
N° de ações	0	3.099.444	0
Preço médio ponderado de aquisição	0,00	1,58	0,00
Preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	0,00	0,00
Multiplicação do total das ações adquiridas pela da diferença entre o preço médio ponderado de aquisição e o preço médio ponderado de mercado das ações adquiridas	0,00	4.897.121,52	0,00
Esclarecimento			

8.12 Precificação das ações/opções

8.12 - Informações necessárias para a compreensão dos dados divulgados nos itens 8.5 a 8.8 - Método de precificação do valor das ações e das opções

a) modelo de precificação

Os instrumentos baseados em ações, dependendo da regra definida no ano do exercício do programa, podem ser precificadas pelo valor médio das ações PINE4 dos últimos 20 (vinte) pregões da bolsa de valores anteriores a data de 31 de janeiro do ano de pagamento conforme oscilação do mercado ou pelo valor da ação patrimonial na data de encerramento do exercício anterior.

b) dados e premissas utilizadas no modelo de precificação, incluindo o preço médio ponderado das ações, preço de exercício, volatilidade esperada, prazo de vida da opção, dividendos esperados e a taxa de juros livre de risco

O preço de outorga das ações é definido pela média dos últimos 20 (vinte) pregões da bolsa de valores anteriores a data de 31 de janeiro do ano de pagamento ou pelo valor da ação patrimonial na data de encerramento do exercício anterior conforme ao programa que se refere.

c) método utilizado e as premissas assumidas para incorporar os efeitos esperados de exercício antecipado

Não aplicável

d) forma de determinação da volatilidade esperada

Não aplicável

e) se alguma outra característica da opção foi incorporada na mensuração de seu valor justo

Não aplicável

8.13 Participações detidas por órgão

8.13 Informação, por órgão, sobre as participações detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária e do conselho fiscal

Informar a quantidade de ações, cotas e outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos, no Brasil ou no exterior, pelo emissor, seus controladores diretos ou indiretos, sociedades controladas ou sob controle comum, que sejam detidas por membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão.

Os membros do Conselho de Administração, da Diretoria estatutária e do Comitê de Auditoria da Companhia, na data de encerramento do último exercício social, detinham os seguintes valores mobiliários:

Órgão	Emissor dos Valores Mobiliários	Ações		Total
		ON	PN	
Conselho de Administração ⁽¹⁾	Banco Pine	113.436.070	40.520.880	153.956.0950
Diretoria	Banco Pine	213.987	7.484.218	7.698.205
Comitê de Auditoria	Banco Pine	-	378.471	378.471

1. O Controlador do Banco Pine faz parte do Conselho de Administração e, ao final de dezembro de 2024, possuía 113.433.026 ações ON e 40.402.028 ações PN.

Nenhum membro do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária ou do Comitê de Auditoria da Companhia, na data de encerramento do último exercício social, detinha outros valores mobiliários conversíveis em ações ou cotas, emitidos pela Companhia, seus controladores diretos ou indiretos, Sociedades Controladas ou sob controle comum.

8.14 Planos de previdência

8.14 - Em relação aos planos de previdência em vigor conferidos aos membros do conselho de administração e aos diretores estatutários, fornecer as seguintes informações em forma de tabela:

Não foram conferidos planos de previdência aos diretores estatutários, membros do Conselho de Administração, ou do Conselho Fiscal.

8.15 Remuneração mínima, média e máxima

Valores anuais

	Diretoria Estatutária			Conselho de Administração		
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2022
Nº de membros	10,00	7,00	8,42	6,00	6,00	5.50
Nº de membros remunerados	8,75	5,92	8,42	4,00	4,00	4,00
Valor da maior remuneraçãoReal	1.980.000,00	1.620.000,00	1.292.000,00	2.472.000,00	2.472.000,00	2.196.000,00
Valor da menor remuneraçãoReal	660.000,00	768.000,00	164.700,00	240.000,00	240.000,00	240.000,00
Valor médio da remuneraçãoReal	900.950,00	568.496,79	521.789,49	834.000,00	834.000,00	765.000,00

Observações e esclarecimentos

	Diretoria Estatutária	
	Observação	Esclarecimento

	Conselho de Administração	
	Observação	Esclarecimento
31/12/2024	-	

8.16 Mecanismos de remuneração/indenização

8.16 - Descrever arranjos contratuais, apólices de seguros ou outros instrumentos que estruturam mecanismos de remuneração ou indenização para os administradores em caso de destituição do cargo ou de aposentadoria, indicando quais as consequências financeiras para o emissor:

O Banco não possui outros mecanismos de remuneração ou indenização.

Em caso de destituição do cargo por iniciativa da empresa, o Banco Pine pode, por meio de deliberação do Conselho de Administração e Comitê de Remuneração, instituir um acordo extrajudicial que contemple um pagamento de um múltiplo salarial na saída do executivo. Além disso, por de liberalidade, pode conceder a extensão de alguns benefícios por determinado período como por exemplo: assistência médica. Nestes casos, o calendário de liberação de ações concedidas será mantido. Em contrapartida o ex-Administrador tem o dever de manter absoluta confidencialidade de informações e conhecimentos pretéritos dos projetos ao qual esteve envolvido, além de preservar a reputação e zelo por informações confidenciais das quais teve acesso enquanto trabalhou no Banco Pine.

8.17 Percentual partes relacionadas na remuneração

8.17 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar o percentual da remuneração total de cada órgão reconhecida no resultado do emissor referente a membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal que sejam partes relacionadas aos controladores, diretos ou indiretos, conforme definido pelas regras contábeis que tratam desse assunto:

Órgão	2024	2023	2022
Diretoria Estatutária	59,93%	39,55%	19,69%
Conselho de Administração	8,87%	8,94%	9,02%

Obs. São considerados os membros da Diretoria Estatutária que também compõe o Conselho de Administração, evitando assim duplicidade de valores.

Três diretores receberam a RV de forma proporcional, considerando o tempo de CLT x tempo de estatutário, e tivemos 2 diretores que receberam RV como CLT e não como administradores.

Considerando o quadro cheio da Diretoria, a distribuição ficaria da seguinte forma: Diretoria estatutária 55,55%.

8.18 Remuneração - Outras funções

8.18 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado do emissor como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal, agrupados por órgão, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados:

Não existem valores reconhecidos no resultado do Banco como remuneração de membros do Conselho de Administração ou da Diretoria Estatutária, por qualquer razão que não a função que ocupam, como por exemplo, comissões e serviços de consultoria ou assessoria prestados. O Conselho Fiscal não foi instalado nesses períodos.

Os membros de nosso Conselho de Administração e de nossa Diretoria Estatutária recebem remuneração exclusivamente em decorrência destas funções, independentemente de sua participação em certos comitês do Banco.

8.18 Remuneração - Outras funções (Estruturado)

Documento não preenchido.

8.19 Remuneração reconhecida do controlador/controlada

8.19 - Em relação aos 3 últimos exercícios sociais e à previsão para o exercício social corrente, indicar os valores reconhecidos no resultado de controladores, diretos ou indiretos, de sociedades sob controle comum e de controladas do emissor, como remuneração de membros do conselho de administração, da diretoria estatutária ou do conselho fiscal do emissor, agrupados por órgão, especificando a que título tais valores foram atribuídos a tais indivíduos:

Não existem valores desta natureza reconhecidos nos últimos 3 anos.

8.20 Outras informações relevantes

8.20 - Fornecer outras informações que o emissor julgue relevantes

Não há outras informações que a Companhia julgue relevantes em relação a este item 8.

9.1/9.2 Identificação e Remuneração

Código CVM do Auditor	002879	
Razão Social	Tipo Auditor	CPF/CNPJ
PRICEWATERHOUSECOOPERS AUDITORES INDEPENDENTES LTDA	Juridica	61.562.112/0001-20
Data de contratação do serviço	Data de início da prestação de serviço	
01/01/2011	01/01/2011	
Descrição dos serviços prestados		
Serviços de Auditoria		
Montante total da remuneração dos auditores independentes, segregada por serviços, no último exercício social		
Conforme o Ofício Circular CVM 003/2012, que estabelece que o montante total da remuneração dos auditores independentes deverá ser prestado somente em relação ao último exercício social, para o período de 01/01/2024 à 31/12/2024 o total da remuneração dos auditores independentes totalizou R\$2.745.000,00 para os serviços prestados conforme descrito anteriormente. Este valor é referente aos honorários de auditoria externa e não houve quaisquer outros serviços prestados		
Justificativa da substituição		
Não aplicável, pois não houve substituição. A PricewaterhouseCoopers é a atual empresa de auditoria contratada pelo Banco Pine.		
Razão apresentada pelo auditor em caso da discordância da justificativa		
Não aplicável, pois não houve substituição. A PricewaterhouseCoopers é a atual empresa de auditoria contratada pelo Banco Pine.		

.....

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

9.3 Independência e conflito de interesses dos auditores

O auditor confirmou a sua independência em relação a Companhia e suas Controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC), e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas.

Essas normas requerem que o auditor cumpra com os requerimentos éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional e nas Normas Profissionais, emitidos pelo CFC, e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante. Uma auditoria envolve a realização de procedimentos para obtenção de evidência de auditoria a respeito dos valores e divulgações nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante das demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Os riscos de não detecção de uma distorção relevante que resulte de fraude são maiores do que os provenientes de erro, já que a fraude pode envolver atos intencionais de burlar os controles internos, conluíus, falsificações, omissões ou falsas apresentações e representações. Uma auditoria inclui também a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

9.4 Outras informações relevantes

9.4 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes e pertinentes a este tópico foram divulgadas nos itens acima.

10.1A Descrição dos recursos humanos

Quantidade de empregados por declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Liderança	27	53	0	0	0
Não-liderança	136	150	0	0	0
TOTAL = 366	163	203	0	0	0

Quantidade de empregados por declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indígena	Outros	Prefere não responder
Liderança	2	67	0	5	0	0	6
Não-liderança	12	186	15	64	0	0	9
TOTAL = 366	14	253	15	69	0	0	15

Quantidade de empregados por posição e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Liderança	5	61	14
Não-liderança	101	160	25
TOTAL = 366	106	221	39

Quantidade de empregados - Pessoas com Deficiência

	Pessoa com Deficiência	Pessoa sem Deficiência	Prefere não responder
Liderança	0	80	0
Não-liderança	0	286	0
TOTAL = 366	0	366	0

Quantidade de empregados por posição e localização geográfica

	Norte	Nordeste	Centro-Oeste	Sudeste	Sul	Exterior
Liderança	0	0	0	79	1	0
Não-liderança	0	2	3	276	5	0
TOTAL = 366	0	2	3	355	6	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de gênero

	Feminino	Masculino	Não binário	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0
Nordeste	0	2	0	0	0
Centro-Oeste	0	3	0	0	0
Sudeste	163	192	0	0	0
Sul	0	6	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0
TOTAL = 366	163	203	0	0	0

Quantidade de empregados por localização geográfica e declaração de cor ou raça

	Amarelo	Branco	Preto	Pardo	Indigena	Outros	Prefere não responder
Norte	0	0	0	0	0	0	0
Nordeste	0	2	0	0	0	0	0
Centro-Oeste	0	3	0	0	0	0	0
Sudeste	14	243	15	68	0	0	15
Sul	0	5	0	1	0	0	0
Exterior	0	0	0	0	0	0	0
TOTAL = 366	14	253	15	69	0	0	15

Quantidade de empregados por localização geográfica e faixa etária

	Abaixo de 30 anos	De 30 a 50 anos	Acima de 50 anos
Norte	0	0	0
Nordeste	0	2	0
Centro-Oeste	0	3	0
Sudeste	106	211	38
Sul	0	5	1
Exterior	0	0	0
TOTAL = 366	106	221	39

10.1 Descrição dos recursos humanos

10.1 Descrição dos recursos humanos

- a. número de empregados total e por grupos, com base na atividade desempenhada, na localização geográfica e em indicadores de diversidade, que, dentro de cada nível hierárquico do emissor, abranjam:
- i. identidade autodeclarada de gênero

ii. identidade autodeclarada de cor ou raça

iii. faixa etária

iv. outros indicadores de diversidade que o emissor entenda relevantes

	2024
Número total de colaboradores	366
Por grupo com base na atividade empenhada	
Front	62
Apoio	269
Conselheiros (inclui Conselho de Administração; Comitê de Auditoria; Comitê de Remuneração)	24
Estagiários	8
Aprendizes	3
Por região geográfica	
Sul	6
Sudeste	355
Centro Oeste	3
Nordeste	2
Norte	-
Por Identidade Autodeclarada de gênero	
Feminino	163
Masculino	203
Não responderam	-
Por Identidade Autodeclarada de cor ou raça	
Branco	268
Pardo	69
Preto	15
Amarelo	14
Não responderam	-
Por Faixa Etária	

10.1 Descrição dos recursos humanos

Até 30 anos	106
-------------	-----

10.1 Descrição dos recursos humanos

Entre 30 e 50 anos	221
Acima de 50 anos	39
Não responderam	-

b. número de terceirizados (total, por grupos com base na atividade desempenhada e por localização geográfica)

	2024
Número Total de Terceirizados	51
Por grupo com base na atividade empenhada	
Suporte TI	30
Serviços Gerais	16
Operações de Atacado	1
Controladoria e Planejamento	4
Por região geográfica	
Sul	
Sudeste	51
Centro Oeste	
Nordeste	
Norte	

b. índice de rotatividade:

	2024
Percentual de Índice de Rotatividade (%)	34,46%

10.2 Alterações relevantes

10.2 Alterações relevantes

Não houve alterações relevantes com relação aos números divulgados no item 10.1.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

10.3 Política remuneração dos empregados

a. Política de salários e remuneração variável

Assim como a política de remuneração dos administradores, a política de remuneração dos nossos profissionais foi elaborada obedecendo a quatro pilares do banco: cultura, objetivos do negócio, práticas de mercado e gestão de risco. A remuneração dos profissionais é definida por meio da análise de fatores como a complexidade das funções, o desempenho profissional individual e a compatibilidade com os salários praticados no mercado.

Adicionalmente à remuneração fixa, todos os profissionais do Banco são elegíveis a PLR conforme os critérios definidos por convenção coletiva, bem como de programa próprio de participação nos lucros e resultados.

Para o cálculo da remuneração variável aplicado aos profissionais são considerados os seguintes critérios: avaliação de performance individual, comitês de performance.

Os montantes globais do Programa próprio de participação nos lucros e Resultados serão estabelecidos após a apuração de resultados dos indicadores alcançados, definidos pelas Metas Corporativas. Na definição de valores individuais é utilizada uma metodologia de *targets* por cargo que considera a contribuição estratégica da posição nos negócios do Banco e referenciais de pesquisas de mercado.

b. Política de benefícios

A política de benefícios do Pine reflete o compromisso do banco com os profissionais e inclui benefícios e facilidades além daqueles benefícios elegidos pela convenção coletiva dos bancários, sendo eles: vale refeição, vale alimentação, seguro de vida em grupo, vale transporte, seguro saúde, assistência odontológica, auxílio creche, parcerias com academias, instituições de ensino e outros serviços.

O banco oferece o benefício opcional de previdência privada, oferecendo taxas de carregamento e administração exclusivas e, não contrapartida no benefício. O estacionamento é um benefício concedido a alguns cargos. A concessão destes benefícios está atrelada à política e elegibilidade vigentes.

c. Características dos planos de remuneração baseados em ações dos empregados não-administradores, identificando:

- i.** grupos de beneficiários
- ii.** condições para exercício
- iii.** preços de exercício
- iv.** prazos de exercício
- v.** quantidade de ações comprometidas pelo plano

O programa visa estabelecer incentivos de longo prazo aos colaboradores elegíveis, por meio da outorga de ações, condicionada à permanência ativa na empresa e à observância dos prazos e condições ora estabelecidos.

10.3 Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Elegibilidade

Fazem jus ao recebimento dos valores e benefícios previstos neste Programa os empregados que:

- Estejam formalmente com contrato de trabalho ativo na data do efetivo pagamento ou exercício de cada lote, conforme cronograma estabelecido;

Estrutura do Programa

O Programa contempla a distribuição de 174.237 (cento e setenta e quatro mil, duzentas e trinta e sete) ações da empresa, vinculadas aos colaboradores considerados ativos, conforme disposto acima.

O plano será estruturado em quatro (4) lotes anuais, cada um sujeito a um período de carência (*vesting*), observado o seguinte:

- O primeiro lote ocorreu em fevereiro de 2025;
- Os demais lotes serão liberados anualmente e de forma sucessiva, observados os critérios de permanência e elegibilidade acima descritos.

Condição de Permanência

A aquisição de cada lote estará condicionada à manutenção do vínculo empregatício ativo na data correspondente ao *vesting*.

- d. razão entre (i) a maior remuneração individual (considerando a composição da remuneração com todos os itens descritos no campo 8.2.d) reconhecida no resultado do emissor no último exercício social, incluindo a remuneração de administrador estatutário, se for o caso; e (ii) a mediana da remuneração individual dos empregados do emissor no Brasil, desconsiderando-se a maior remuneração individual, conforme reconhecida em seu resultado no último exercício social**

No exercício social de 2024, a relação entre a maior remuneração individual e a mediana foi de 59,16 vezes.

10.3(d) Políticas e práticas de remuneração dos empregados

Maior Remuneração Individual	Mediana da Remuneração Individual	Razão entre as Remunerações
165.000,00	75.079,17	2,20
Esclarecimento		

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

10.4 Relações entre emissor e sindicatos

As relações entre o Banco e o sindicato no que diz respeito ao acordo coletivo da categoria ocorrem por meio da Febraban, entidade patronal.

Já em relação ao acordo próprio de PLR, as negociações são feitas entre o Banco e o sindicato, sempre com transparência e proximidade, visando melhorias para os profissionais e resultados sustentáveis no longo prazo.

10.5 Outras informações relevantes

10.5 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram informadas nos itens anteriores.

11.1 Regras, políticas e práticas

11.1 Regras, políticas e práticas

Descrever as regras, políticas e práticas do emissor quanto à realização de transações com partes relacionadas, conforme definidas pelas regras contábeis que tratam desse assunto, indicando, quando houver uma política formal adotada pelo emissor, o órgão responsável por sua aprovação, data da aprovação e, caso o emissor divulgue a política, locais na rede mundial de computadores onde o documento pode ser consultado.

A Política de Transações com Partes Relacionadas do Banco Pine está disponível em: <https://www.pine.com/relacao-com-investidores/governanca-corporativa/estatutos-codigos-politicas/> e foi aprovada em abril de 2025 pelo Conselho de Administração;

Nas demonstrações financeiras consolidadas, os saldos das contas patrimoniais ativas e passivas e os resultados oriundos das transações entre o Banco Pine, suas controladas diretas e indiretas e entidades de propósito específico, representadas por fundos de investimento em direitos creditórios foram eliminados.

De acordo com a Resolução nº 4.818/20 do CMN, que trata de elaboração e divulgação de demonstrações financeiras individuais e consolidadas pelas instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, Art. 4º, Inciso II, as empresas controladas, direta e indiretamente, e os acionistas do Pine, realizam transações, com o próprio Banco, em condições usuais de mercado. Estas operações são contratadas a taxas compatíveis às taxas praticadas pelo mercado vigentes nas datas das operações, assim como nas datas de suas respectivas liquidações.

Adicionalmente também verificamos periodicamente aderência à Lei 4.595/64, no seu Art. 34, que dispõe sobre o sistema financeiro brasileiro, onde veda às instituições financeiras a conceder empréstimos ou adiantamentos:

I – seus controladores, pessoas físicas ou jurídicas, nos termos do art. 116 da Lei no 6.404, de 15 de dezembro de 1976;

II - seus diretores e membros de órgãos estatutários ou contratuais;

II – o cônjuge, o companheiro e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau, das pessoas mencionadas nos incisos I e II deste parágrafo;

IV - as pessoas físicas com participação societária qualificada em seu capital; e

V - as pessoas jurídicas:

a) com participação qualificada em seu capital;

b) em cujo capital, direta ou indiretamente, haja participação societária qualificada;

c) nas quais haja controle operacional efetivo ou preponderância nas deliberações, independentemente da participação societária; e

d) que possuem diretor ou membro de conselho de administração em comum.

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BYX Capital S.A.	31/12/2024	538,71	538,71	.	Não Aplicável	-
Relação com o emissor	Coligadas					
Objeto contrato	Depósito a vista					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Conta de Livre Movimentação					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BYX Produtos S.A.	31/12/2024	2.924.261,72	2.924.261,72	0	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Coligada					
Objeto contrato	Valores à Recebe					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Valores a receber de empresa ligada.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
BYX Produtos S.A.	31/12/2024	1.411,12	1.411,12	0	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Coligadas					
Objeto contrato	Depósito a vist					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Conta de Livre Movimentação					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
ECO Comercializadora de Ativos Ambientais Ltda.	31/12/2024	10.195,96	10.195,96	1145,18	Não Aplicável	-
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 112% CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	31/12/2024	2.560.217,65	2.560.217,65	514.980,37	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 99% CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
P3 Desenvolvimento Imobiliário SPE Ltda.	31/12/2024	1.591.712,85	1.591.712,85	0	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósito a vist					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Conta de Livre Movimentação					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pessoas Físicas (Administradores)	31/12/2024	5.747,58	5.747,58	0	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Depósito a vist					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Conta de Livre Movimentação					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pessoas Físicas (Administradores)	31/12/2024	125.206,99	125.206,99	-7.206,99	Até 3 meses	0
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	LC					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 98% a 105% CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pessoas Físicas (Administradores)	31/12/2024	869.690,33	869.690,33	-61.022,27	Até 3 meses	0
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	LC					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 95% a 102% CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pessoas Físicas (Administradores)	31/12/2024	1.670.381,36	1.670.381,36	-77.600,69	Até 3 meses	0
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	L					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 100% CDI e 100% IPCA					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pessoas Físicas (Administradores)	31/12/2024	0,00	0	0	3 a 12 meses	-
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Compromissada					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compromissada - 95% do CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pessoas Físicas (Administradores)	31/12/2024	0,00	41.043.082,14	302.189,99	3 a 12 meses	
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Operações de Crédito					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Operações de crédito - CDI + 4,00% a.a					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pessoas Físicas (Admistradores)	31/12/2024	5.304.981,77	5.304.981,77	-212.781,98	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 100% a 120% CDI e 100% IPCA					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pessoas Físicas (Vinculados)	31/12/2024	11.559.146,91	11.559.146,91	0	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Depósito a vist					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Conta de Livre Movimentação					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pessoas Físicas (Vinculados)	31/12/2024	0,00	0	0	3 a 12 meses	0
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	LC					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 100% CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pessoas Físicas (Vinculados)	31/12/2024	487.897,04	487.897,04	-46.981,89	3 a 12 meses	0
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	LC					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 98% a 102% CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pessoas Físicas (Vinculados)	31/12/2024	28.253.966,86	28.253.966,86	-1.998.927,00	3 a 12 meses	0
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	L					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 100% IPCA					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pessoas Físicas (Vinculados)	31/12/2024	6.303.733,75	6.303.733,75	-168.253,85	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 99% a 120% CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pessoas Físicas (Vinculados)	31/12/2024	0,00	0	0	3 a 12 meses	-
Relação com o emissor	Parte Relacionada					
Objeto contrato	Compromissada					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Compromissada - 95% do CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	31/12/2024	31.161.190,17	31.161.190,17	1.681.405,03	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 99% CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	31/12/2024	8.919.589,44	8.919.589,44	0	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósito a vist					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Conta de Livre Movimentação					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Assessoria e Consultoria Ltda	31/12/2024	2.015.514,84	2.015.514,84	510.498,31	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Valores à Recebe					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Valores a receber de empresa ligada.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Ativos Imobiliários Ltda	31/12/2024	875.544,45	875.544,45	2.058.390,95	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 99% CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Ativos Imobiliários Ltda	31/12/2024	7.030,04	7.030,04	0	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósito a vist					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Conta de Livre Movimentação					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Ativos Imobiliários Ltda	31/12/2024	2.993.560,90	2.993.560,90	54.824,10	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Valores à Recebe					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Valores a receber de empresa ligada.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	31/12/2024	8.391.157,91	8.391.157,91	907.434,99	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 99% CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Campo Grande Empreendimento Imobiliário SPE Ltda	31/12/2024	911,54	911,54	0	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósito a vist					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Conta de Livre Movimentação					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Corretora de Seguros Ltda	31/12/2024	7.980.622,48	7.980.622,48	656.439,54	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 99% CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Corretora de Seguros Ltda	31/12/2024	107.308,45	107.308,45	0	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósito a vist					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Conta de Livre Movimentação					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Corretora de Seguros Ltda	31/12/2024	15.723,23	15.723,23	124.971,58	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Valores à Recebe					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Valores a receber de empresa ligada.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	31/12/2024	4.235.030,19	4.235.030,19	430.697,08	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 99% CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	31/12/2024	0,00	260,66	0	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósito a vist					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Conta de Livre Movimentação					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Investimentos Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda	31/12/2024	1.029,15	1.029,15	16.305,23	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Valores à Recebe					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Valores a receber de empresa ligada.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Planejamento e Serviços Ltda	31/12/2024	546,50	546,50	0	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósito a vist					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Conta de Livre Movimentação					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Planejamento e Serviços Ltda	31/12/2024	45,96	45,96	6.308,48	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Valores à Recebe					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Valores a receber de empresa ligada.					
Posição contratual do emissor	Credor					

11.2 Transações com partes relacionadas

Parte relacionada	Data transação	Montante envolvido Real	Saldo existente	Montante Real	Duração	Taxa de juros cobrados
Pine Planejamento e Serviços Ltda	31/12/2024	337.401,11	337.401,11	15688,82	Não Aplicável	0
Relação com o emissor	Controlada Direta					
Objeto contrato	Depósitos a prazo					
Garantia e seguros	Não Aplicável					
Rescisão ou extinção	Não Aplicável					
Natureza e razão para a operação	Aplicação de disponível. / Outras informações Relevantes: a taxa de remuneração é 99% CDI					
Posição contratual do emissor	Devedor					

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

11.2 Itens 'n.' e 'o.'

Compromissada														
P. Relacionada	Relaçã o	Contrato	Trans ação	ve nc .	Pr az o	Montante Envolvido	Tx de Juros Cobrados	Saldo	Montante	Garanti a e Seg	Dur.	Rescisão ou Extinção	Empréstimo/outr o tipo de divida	Natureza e razão para operação
Pessoas Físicas (Adms)	P.Relaci onada	Compro missada	31/12/ 2023	-	-	-	-	-	Não foi possível auferir	Não Aplicáve l	3 a 12M	N/A	Sim	Compromissada - 95% do CDI
Pessoas Físicas (Vincs.)	P.Relaci onada	Compro missada	31/12/ 2023	-	-	-	-	-	Não foi possível auferir	Não Aplicáve l	3 a 12M	N/A	Sim	Compromissada - 95% do CDI

Operações de Crédito														
P. Relacionada	Relaçã o	Contrato	Trans ação	ve nc .	Pr az o	Montante Envolvido	Tx de Juros Cobrados	Saldo	Montante	Garanti a e Seg	Dur.	Rescisão ou Extinção	Empréstimo/outr o tipo de divida	Natureza e razão para operação
Pessoas Físicas (Adms)	P.Relaci onada	Ops. Crédito	31/12/ 2023	-	-	-	-	-	Não foi possível auferir	Não Aplicáve l	3 a 12M	N/A	Sim	Operações de crédito - CDI + 0,32% a.a

Instrumentos Financeiros Derivativos														
P. Relacionada	Relaçã o	Contrato	Trans ação	ve nc .	Pr az o	Montante Envolvido	Tx de Juros Cobrados	Saldo	Montante	Garanti a e Seg	Dur.	Rescisão ou Extinção	Empréstimo/outr o tipo de divida	Natureza e razão para operação
BYX Capital S.A.	Colig,	Swap	31/12/ 2023	-	-	6.818.122,97	-	6.818.122,97	Não foi possível auferir	Não Aplicáve l	3 a 12M	N/A	Sim	Swap

11.3 Outras informações relevantes

11.3 Outras informações relevantes

Todas as informações relevantes foram informadas nos itens anteriores.

12.1 Informações sobre o capital social

Tipo Capital	Capital Integralizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
01/10/2025		955.540.368,08
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
116.232.598	110.893.687	227.126.285

Tipo Capital	Capital Emitido	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
01/10/2025		955.540.368,08
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
116.232.598	110.893.687	227.126.285

Tipo Capital	Capital Autorizado	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
04/04/2024		0,00
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
100.000.000	100.000.000	200.000.000

Tipo Capital	Capital Subscrito	
Data da autorização ou aprovação	Prazo de integralização	Valor do capital
01/10/2025		955.540.368,08
Quantidade de ações ordinárias	Quantidade de ações preferenciais	Quantidade total de ações
116.232.598	110.893.687	227.126.285

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

12.2 Emissores estrangeiros - Direitos e regras

Não aplicável.

12.3 Outros valores mobiliários emitidos no Brasil

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não aplicável.

12.4 Número de titulares de valores mobiliários

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não existem outros valores mobiliários emitidos no Brasil que não sejam ações.

12.5 Mercados de negociação no Brasil

12.5 Mercados de negociação no Brasil

As ações do Banco Pine foram admitidas à negociação na B3 em abril de 2007, sob o Nível 1 de Governança Corporativa, e em 2012 o Pine migrou para o Nível 2 de Governança Corporativa.

12.6 Negociação em mercados estrangeiros

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

Não há valores mobiliários admitidos à negociação em mercados estrangeiros.

12.7 Títulos emitidos no exterior

Justificativa para o não preenchimento do quadro:

No exercício social findo em 31 de dezembro de 2024 não havia títulos emitidos no exterior pelo Banco Pine.

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

12.8 Destinação de recursos de ofertas públicas

Caso o emissor tenha feito oferta pública de distribuição de valores mobiliários, indicar

- a. **como os recursos resultantes da oferta foram utilizados**
- b. **se houve desvios relevantes entre a aplicação efetiva dos recursos e as propostas de aplicação divulgadas nos prospectos da respectiva distribuição**
- c. **caso tenha havido desvios, as razões para tais desvios**

Nos exercícios sociais de 2024, 2023 e 2022, nem seu controlador, nem as sociedades coligadas e controladas do Banco Pine realizaram ofertas públicas de distribuição de valores mobiliários.

12.9 Outras informações relevantes

12.9 Outras informações relevantes

Conforme Fato Relevante divulgado em 16 de fevereiro de 2022, nosso Conselho de Administração aprovou Aumento de Capital de, no mínimo, R\$ 42,9 milhões, podendo chegar até a R\$ 70,0 milhões. O preço da ação foi definido em R\$ 1,60, e o período final de subscrição encerrou dia 18 de abril de 2022. Como vantagem adicional aos subscritores, será atribuído 1 (um) bônus de subscrição, em série única, para cada 3 (três) ações subscritas, sendo que cada bônus, se exercido, dará direito a 1 (uma) ação ON e 2 (duas) ações PN.

Em reunião realizada em 27 de abril de 2022, o Conselho de Administração deliberou sobre a homologação parcial do Aumento no valor de R\$ 61,3 milhões, correspondentes a aproximadamente 88% das ações disponíveis para subscrição, em razão da subscrição e total integralização de 22.317.633 ações ordinárias e 15.965.810 ações preferenciais. Nesta mesma data também foi homologada a emissão de 12.760.974 Bônus de Subscrição atribuídos aos subscritores de ações no aumento. O aumento de capital foi aprovado pelo Bacen dia 23 de maio de 2022, nos termos da regulamentação aplicável.

No período de 01 de dezembro de 2023 a 28 de dezembro de 2023 ("Quarto período de exercício"). Foi aprovada a homologação do Aumento do Capital, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, no valor de R\$44.403.786,00 (quarenta e quatro milhões e quatrocentos e três mil e setecentos e oitenta e seis reais), mediante a emissão de 22.201.893 (vinte e dois milhões e duzentas e uma mil e oitocentas e noventa e três) novas ações nominativas, sendo 7.400.631 (sete milhões e quatrocentas mil e seiscentas e trinta e uma) ordinárias e 14.801.262 (quatorze milhões e oitocentas e uma mil e duzentas e sessenta e duas) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 7.400.631 (sete milhões e quatrocentos mil e seiscentos e trinta e um) Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00 (seis reais), no Quarto período de exercício, passando o capital de R\$852.334.976,25 (oitocentos e cinquenta e dois milhões e trezentos e trinta e quatro mil e novecentos e setenta e seis reais e vinte e cinco centavos), dividido em 186.776.151 (cento e oitenta e seis milhões e setecentos e setenta e seis mil e cento e cinquenta e uma) ações nominativas, sendo 98.007.123 (noventa e oito milhões e sete mil e cento e vinte e três) ordinárias e 88.769.028 (oitenta e oito milhões e setecentas e sessenta e nove mil e vinte oito) preferenciais, sem valor nominal, para R\$896.738.762,25 (oitocentos e noventa e seis milhões e setecentos e trinta e oito mil e setecentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos), dividido em 208.978.044 (duzentos e oito milhões e novecentas e setenta e oito mil e quarenta e quatro) ações nominativas, sendo 105.407.754 (cento e cinco milhões e quatrocentas e sete mil e setecentas e cinquenta e quatro) ordinárias e 103.570.290 (cento e três milhões e quinhentas e setenta mil e duzentas e noventa) preferenciais, sem valor nominal.

No período de 01 de março de 2024 a 28 de março de 2024 ("Quinto período de exercício"). Foi aprovada a homologação do Aumento do Capital, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, no valor de R\$2.563.782,00 (dois milhões, quinhentos e sessenta e três mil,

12.9 Outras informações relevantes

setecentos e oitenta e dois reais), mediante a emissão de 1.281.891 (um milhão, duzentos e oitenta e um mil, oitocentos e noventa e uma) novas ações nominativas, sendo 427.297 (quatrocentas e vinte de sete mil e duzentas e noventa e sete) ordinárias e 854.594 (oitocentas e cinquenta e quatro mil e quinhentas e noventa e quatro) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 427.297 (quatrocentas e vinte de sete mil e duzentas e noventa e sete) Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00 (seis reais), no Quinto período de exercício, passando o capital de R\$896.738.762,25 (oitocentos e noventa e seis milhões e setecentos e trinta e oito mil e setecentos e sessenta e dois reais e vinte e cinco centavos), dividido em 208.978.044 (duzentos e oito milhões e novecentas e setenta e oito mil e quarenta e quatro) ações nominativas, sendo 105.407.754 (cento e cinco milhões e quatrocentas e sete mil e setecentas e cinquenta e quatro) ordinárias e 103.570.290 (cento e três milhões e quinhentas e setenta mil e duzentas e noventa) preferenciais, sem valor nominal, para R\$ 899.302.544,25 (oitocentos e noventa e nove milhões e trezentos e dois mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), dividido em 210.259.935 (duzentos e dez milhões e duzentas e cinquenta e nove mil e novecentos e trinta e cinco) ações nominativas, sendo 105.835.051 (cento e cinco milhões e oitocentas e trinta e cinco mil e cinquenta e uma) ordinárias e 104.424.884 (cento e quatro milhões, quatrocentas e vinte e quatro mil e oitocentos e oitenta e quatro) preferenciais, sem valor nominal.

No período de 03 de junho de 2024 a 28 de junho de 2024 ("Sexto período de exercício"). O valor do Aumento do Capital, homologado dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia é de R\$ 221.538,00 (duzentos e vinte e um mil e quinhentos e trinta e oito reais), com a emissão de 110.769 (cento e dez mil e setecentas e sessenta e nove) novas ações nominativas, sendo 36.923 (trinta e seis mil e novecentas e vinte e três) ordinárias e 73.846 (setenta e três mil e oitocentas e quarenta e seis) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 36.923 (trinta e seis mil e novecentos e vinte e três) Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00 (seis reais), no Sexto período de exercício, passando o capital de R\$899.302.544,25 (oitocentos e noventa e nove milhões e trezentos e dois mil e quinhentos e quarenta e quatro reais e vinte e cinco centavos), dividido em 210.259.935 (duzentos e dez milhões e duzentas e cinquenta e nove mil e novecentos e trinta e cinco) ações nominativas, sendo 105.835.051 (cento e cinco milhões e oitocentas e trinta e cinco mil e cinquenta e uma) ordinárias e 104.424.884 (cento e quatro milhões, quatrocentas e vinte e quatro mil e oitocentos e oitenta e quatro) preferenciais, sem valor nominal, para R\$ 899.524.082,25 (oitocentos e noventa e nove milhões e quinhentos e vinte e quatro mil e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos), dividido em 210.370.704 (duzentos e dez milhões e trezentos e setenta mil e setecentos e quatro) ações nominativas, sendo 105.871.974 (cento e cinco milhões e oitocentos e setenta e um mil e novecentos e setenta e quatro) ordinárias e 104.498.730 (cento e quatro milhões e quatrocentos e noventa e oito mil e setecentos e trinta) preferenciais, sem valor nominal.

No período de 02 de setembro de 2024 a 30 de setembro de 2024 ("Sétimo período de exercício"). Foi aprovada a homologação do Aumento do Capital, dentro do limite do capital autorizado nos termos do artigo 6º do Estatuto Social da Companhia, no valor R\$ 26.901.408,00 (vinte e seis milhões, novecentos e um

12.9 Outras informações relevantes

mil, quatrocentos e oito reais), mediante a emissão de 13.450.704 (treze milhões e quatrocentos e cinquenta mil e setecentos e quatro) novas ações nominativas, sendo 4.483.568 (quatro milhões e quatrocentos e oitenta e três mil e quinhentos e sessenta e oito) ordinárias e 8.967.136 (oito milhões e novecentos e sessenta e sete mil e cento e trinta e seis) preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, tendo em vista o registro do exercício de 4.483.568 (quatro milhões e quatrocentos e oitenta e três mil e quinhentos e sessenta e oito) Bônus de Subscrição, pelo preço de exercício individual de R\$6,00 (seis reais), no Sétimo período de exercício, passando o capital de R\$ 899.524.082,25 (oitocentos e noventa e nove milhões e quinhentos e vinte e quatro mil e oitenta e dois reais e vinte e cinco centavos), dividido em 210.370.704 (duzentos e dez milhões e trezentos e setenta mil e setecentos e quatro) ações nominativas, sendo 105.871.974 (cento e cinco milhões e oitocentos e setenta e um mil e novecentos e setenta e quatro) ordinárias e 104.498.730 (cento e quatro milhões e quatrocentos e noventa e oito mil e setecentos e trinta) preferenciais, sem valor nominal, para R\$ 926.425.490,25 (novecentos e vinte e seis milhões e quatrocentos e vinte e cinco mil e quatrocentos e noventa reais e vinte e cinco centavos), dividido em 223.821.408 (duzentos e vinte e três milhões e oitocentos e vinte e um mil e quatrocentos e oito) ações nominativas, sendo 110.355.542 (cento e dez milhões e trezentos e cinquenta e cinco mil e quinhentos e quarenta e dois) ordinárias e 113.465.866 (cento e treze milhões e quatrocentos e sessenta e cinco mil e oitocentos e sessenta e seis) preferenciais, sem valor nominal.

13.1 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE

Nome do responsável pelo conteúdo do formulário	Cargo do responsável	Status	Justificativa
Noberto Nogueira Pinheiro Junior	Diretor Presidente/Relações com Investidores	Alterado	

13.1 Declaração do diretor presidente/relações com investidores*13.1 Declaração do diretor de Relações com Investidores**DECLARAÇÃO*

Noberto Nogueira Pinheiro Jr, brasileiro, casado, Administrador de Empresa, residente em São Paulo-SP, com domicílio na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830 - 6º andar – Condomínio São Luiz– Itaim Bibi - São Paulo - SP, portador da C.I. RG. nº 28.805.152-X SSP-SP e do CPF nº 308.529.408-23, na qualidade de Diretor de Relações com Investidores do **Banco Pine S.A.**, declara que:

- a. reviu o formulário de referência da Companhia referente ao exercício social de 2023;
- b. todas as informações contidas no formulário atendem ao disposto nas Instruções CVM nº 80 e 59; e
- c. o conjunto de informações nele contido é um retrato verdadeiro, preciso e completo da situação econômico-financeira da Companhia e dos riscos inerentes às suas atividades e dos valores mobiliários por ela emitidos.

Noberto Pinheiro Jr
Diretor de Relações com Investidores

13.2 Identificação dos Responsáveis pelo Conteúdo do FRE, em caso de alteração dos Responsáveis após a Entrega Anual

Documento não preenchido.